

XV Bienal Internacional do Livro do Ceará - 2025

Contribuições Científicas de Policias Militares do Ceará



2º Ten QOAPM Estanislau Ferreira Bié



Uma nova abordagem revoluciona silenciosamente o ser e o fazer da segurança pública no estado do Ceará, que é a reflexão sobre a missão das instituições que lhe compõem sob o viés da produção científica. A Série “Segurança Pública, Direito e Justiça Brasileira” emerge para sinalizar esta revolução cultural que entremeia todas as categorias e níveis hierárquicos no âmbito da Segurança Pública. Esta obra possibilita que o conhecimento produzido na busca de soluções para os problemas cotidianos que afetam a sociedade seja compartilhado. Desse modo, as coletâneas de artigos publicados visam a reinvenção organizacional, a avaliação de estratégias, inovação, aplicação de novas tecnologias, a reflexão da ética e deontologia profissional, a formação profissional e a educação continuada, a governança corporativa e tudo mais que possa afetar a gestão da segurança pública. Diante deste novo cenário esta série pretende estimular o livre pensar e convida a todos a debaterem e refletirem, sob o viés da ciência, “Segurança Pública, Direito e Justiça Brasileira”.



www.editoraviadourada.org



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO**
Faculdade de Arquitetura - Universidade Federal da
Bahia

CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DE POLÍCIAS MILITARES DO CEARÁ

XV Bienal Internacional do
Livro do Ceará - 2025



Série Segurança Pública Direito e Justiça Brasileira

Diretores da série

Prof. Dr. Estanislau Ferreira Bié
Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior
Prof. Francisco José R. Abreu

Comitê Científico

Dra. Cícera Nunes
Universidade Regional do Cariri-URCA

Dra. Dawn Duke
University Tennessee/ EUA

Dr. Estanislau Ferreira Bié
Universidade Federal do Ceará-UFBA

Dr. Jectan Vital de Oliveira
Universidade de Coimbra - UC

Dr. Henrique Cunha Júnior
Universidade Federal do Ceará-UFBA

Dra. Maria Sílvia Bacila
Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR

CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DE POLÍCIAS MILITARES DO CEARÁ

XV Bienal Internacional do
Livro do Ceará - 2025

Estanislau Ferreira Bié
(Organizador)



Editora Via Dourada
Fortaleza - Ceará
2025

Diagramação: Estanislau Ferreira Bié

Capa: Estanislau Ferreira Bié



Todos os livros publicados pela Editora Via Dourada estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Série Segurança pública, direito e justiça brasileira - 34

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Catalogação elaborada por F. Jose R. Abreu CRB 3/1725

BIÉ, Estanislau Ferreira. (Org.)

Contribuições científicas de policias militares para XV Bienal Internacional do Livro do Ceará - 2025 [recurso físico] / Estanislau Ferreira Bié(Org.) -- Fortaleza, CE: Editora Via Dourada, 2025.

197p.

ISBN - 978-65-89622-97-0

Disponível em: <http://www.editoraviadourada.org>

1. Contribuições científicas; 2. Policias militares; 3. XV Bienal Internacional; 4. Livro; 5. Ceará I. Título. II. Série

CDD 350

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciência Militar e administração pública 350

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE **10**

CAPÍTULO 1 **13**

VIOLÊNCIA NA PERIFERIA DE FORTALEZA: UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA RESIDENTE NOS BAIRROS ATENDIDOS PELA REDE CUCA

Estanislau Ferreira Bié

Henrique Cunha Junior

CAPÍTULO 2 **53**

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA PARA A POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

Carlos Henrique Oliveira da Silva

CAPÍTULO 4 **75**

INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, COMO FATOR PACIFICADOR DE TERRITÓRIOS, NO ENFRENTAMENTO AO CRIME E A VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SETORIAL SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA

Cristiano Manoel Miranda da Silva

CAPÍTULO 5 **116**

PRÁXIS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, ANTE A INTENSIFICAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL EXERCIDO

POR FACÇÕES CRIMINOSAS, NO ESTADO DO CEARÁ

Cristiano Manoel Miranda da Silva

CAPÍTULO 6

126

PROJETO DE CRIAÇÃO DA REDE CUCA

Estanislau Ferreira Bié¹

Henrique Cunha Junior

CAPÍTULO 7

140

A REDE CUCA: UM ESTUDO SOCIODEMOGRÁFICO DE SUA CRIAÇÃO

Estanislau Ferreira Bié

Henrique Cunha Junior

¹ Docente pesquisador do Programa de Pós-doutoramento em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Doutor e Mestre em Ciências da educação pela UNISAL. Cursou Especialização em Policiamento comunitário pela UFC; Segurança pública pela FATE, Ciências política sociedade e governo pela UVA/UNIPACE, Ciências da educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO; História e cultura afro-brasileira e indígena pela FATE. Bacharela em Teologia pelo UNINTA e Bacharel Serviço Social pelo UNIBTA. Licenciatura em Ciências da religião pelo UNINTA; Licenciatura História pelo UNINTA; Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade KURIOS. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e oficial da Policial Militar do Ceará, lotado na 2ª CPG/ALECE.

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE

Estanislau Ferreira Bié²



2º TEN QOAPM Estanislau Ferreira Bié
Cavaleiro das Forças de Paz do Brasil

Uma nova abordagem revolucionária silenciosamente o ser e o fazer da segurança pública no estado do Ceará, que é a reflexão sobre a missão das instituições que lhe compõem sob o viés da produção científica. A Série “Segurança Pública, Direito e Justiça Brasileira” emerge para sinalizar esta revolução cultural que entremeia todas as categorias e níveis hierárquicos no âmbito da Segurança Pública Estadual. Esta obra possibilita que o conhecimento produzido na busca de soluções para os problemas cotidianos que afetam a sociedade sejam com-

² Cavaleiro das Forças de Paz do Brasil (ABFIP/ONU); Pós-doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade da Bahia - UFBA; Doutor e Mestre em Ciências da educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento comunitário pela UFC; Segurança pública pela FATE; Ciências política sociedade e governo pela UVA/UNIPACE; Ciências da educação; pela FACULDADE EVOLUÇÃO; História e cultura afro-brasileira e indígena pela FATE; Bacharel em Teologia pelo UNINTA; Bacharel em Serviço Social pelo UNIBTA; Licenciatura em Ciências da religião pelo UNINTA; Licenciatura em História pelo UNINTA e Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade KURIOS. Aprovado no concurso para Soldado de Fileira da Polícia Militar do Ceará - PMCE, no ano de 1989. Atualmente ocupa o posto de 2º Tenente QOAPMCE, lotado na 2ª CPG/ALECE. Atua como professor na Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - AESP/CE, Editor da Editora Via Dourada, Diretor da Série Segurança pública direito e justiça brasileira. Publicou mais de 100 livros em diferentes áreas de conhecimento, como autor/coautor e/ ou organizador.

partilhados. Parte dessa produção é fruto da vida acadêmica, mas outra parte advém da busca que policiais e bombeiros militares, policiais civis e peritos forenses, policiais penais e operadores do direito, dentre outros profissionais de encontrar meios de expressarem os dilemas do cotidiano e contribuir para o aperfeiçoamento das suas instituições e, encontraram na metodologia e no rigor científico a chave para dialogar com a sociedade.

Desse modo, as coletâneas de artigos publicados visam a reinvenção organizacional, a avaliação de estratégias, inovação, aplicação de novas tecnologias, a reflexão da ética e deontologia profissional, a formação profissional e a educação continuada, a governança corporativa e tudo mais que possa afetar a gestão da segurança pública. Diante deste novo cenário esta série pretende estimular o livre pensar e convida a todos a debaterem e refletirem, sob o viés da ciência, “Segurança Pública, Direito e Justiça Brasileira”.

CAPÍTULO 1

O VIOLÊNCIA NA PERIFERIA DE FORTALEZA: Um estudo sobre a violência estrutural contra a população negra residente nos bairros atendidos pela Rede CUCA

Estanislau Ferreira Bié¹
Henrique Cunha Junior²

1 INTRODUÇÃO

A violência é um problema social de grande impacto emocional, notadamente na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, onde as estatísticas mostram

¹ Docente pesquisador do Programa de Pós-doutoramento em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Doutor e Mestre em Ciências da educação pela UNISAL. cursou Especialização em Policiamento comunitário pela UFC; Segurança pública pela FATE, Ciências política sociedade e governo pela UVA/UNIPACE, Ciências da educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO; História e cultura afro-brasileira e indígena pela FATE. Bacharel em Teologia pelo UNINTA e Bacharel Serviço Social pelo UNIBTA. Licenciatura em Ciências da religião pelo UNINTA; Licenciatura História pelo UNINTA; Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade KURIOS. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e oficial da Policial Militar do Ceará, lotado na 2ª CPG/ALECE.

² Doutor pelo Instituto Politécnico de Lorraine - Nancy - França (1983). Mestre em História (DEA) Faculdade de Letras de Nancy- França (1981). Pós-doutoramento em Engenharia - Universidade Técnica de Berlin - Bolsista DAAD - do governo Alemão (1985). Livre Docente da Universidade de São Paulo (Título de Pós-doutoramento com tese e concurso público) (1993). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. (1994). Professor da Universidade de São Paulo (1984- 1994). Pesquisador Sênior e Chefe de Departamento - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT (1987- 1995). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (1994- 2020). Professor Visitante da Universidade Federal da Bahia (2020). Leciona as disciplinas de graduação e Pós-graduação de: História dos Afrodescendentes; Urbanismo Africano; Bairros negros; Ciência tecnologia e Sociedade; Planejamento Energético. Pesquisa urbanismo Africano; Bairros negros; Educação da população negra; Tecnologias Africanas na Formação do Brasil. Orientou 30 teses de doutoramento e 50 mestrados. Trabalha com a teoria da Complexidade Sistêmica e a Transdisciplinaridade. cursou Especialização em Cidades (2016). Tem Curso Técnico da Acupuntura na Mãos - (2016). cursou Especialização em Projeto Arquitetônico Contemporâneo: Teoria e Prática (Universidade Federal do Ceará - 2019 a 2022). Especialização em Paisagismo e Iluminação (UNYLEA- 2023-2024). Orientou 31 Teses de doutoramento nas áreas de Engenharia, Educação. Arquitetura e Urbanismo. Autor de Tear Africano - Contos - Autor de Espaço Público, Urbanismo e Bairros Negros - Editora Appris- (2020).

um crescimento preocupante fomentado por uma multivariabilidade de violências incidentes sobre periferias da cidade e de forma mais preponderante sobre a população negra a esses circunscritos. Embora essa questão não seja exclusiva das periferias dos grandes centros urbanos, refletindo uma tendência presente em outras grandes cidades brasileiras, os dados locais destacam um aumento contínuo nas práticas violentas e seus efeitos sobre a população negra que muitas das vezes tem alguns de seus direitos fundamentais tolhidos até pela ação do estado, quando sobre essa incide algum tipo de violência policial.

Os desequilíbrios sociais têm se manifestado de diversas formas, ampliando a miséria e segregando áreas urbanas. Essa divisão resulta em uma cidade fragmentada, onde a qualidade e a infraestrutura dos serviços variam drasticamente entre bairros ricos e pobres. Essas diferenças geram percepções e representações sociais negativas, especialmente em relação à atuação policial nas regiões mais carentes. Tal cenário reforça as múltiplas interpretações do que é violência, aprofundando a desigualdade e estigmatizando ainda mais os moradores dessas áreas. Essas dinâmicas contribuem para a construção de uma cidade dividida, onde a injustiça social é visível e persistente.

Diante disso, a pesquisa propõe uma análise detalhada da violência local em Fortaleza, considerando como os fatos e as representações sociais se diferenciam conforme o contexto e os atores envolvidos. Para direcionar melhor a investigação, a pesquisa foca nos bairros atendidos pela

Rede Cuca, uma iniciativa local de desenvolvimento social. Essa delimitação permite um exame mais preciso e contextualizado das dinâmicas de violência nessas áreas específicas. Assim, é possível entender como a violência se manifesta e é percebida de maneira particular nesses bairros, pela população negra, no tocante a elaboração de políticas públicas e estratégias de intervenção mais eficazes a respeito da violência genérica, particularizando-a, a violência contra a população negra e circunscrevendo essa incidência de violência policial sobre essa.

O problema da pesquisa foi formulado com o objetivo de investigar a violência urbana que afeta a população negra nas periferias de Fortaleza, especificamente nos bairros atendidos pela Rede Cuca. Essa questão busca compreender a incidência e as particularidades da violência nesses contextos, focando nas experiências vividas pela população negra. A escolha dos bairros atendidos pela Rede Cuca permite uma análise concentrada e relevante, proporcionando dados específicos que podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas e mais justas. O estudo, assim, visa revelar as nuances da violência urbana e suas implicações para essa comunidade vulnerável.

Os objetivos do trabalho são delineados de maneira clara e linear, abrangendo tanto metas gerais quanto específicas. Primeiramente, pretende-se analisar a violência urbana na cidade de Fortaleza, explorando suas causas, manifestações e consequências. Em segundo lugar, o foco será direcionado especificamente para a vio-

lência contra a população negra, examinando como esse grupo é afetado de maneira distinta. Cada objetivo será desenvolvido em um capítulo próprio, permitindo uma abordagem detalhada e estruturada dos temas. Assim, a pesquisa proporcionará uma compreensão abrangente das dinâmicas de violência urbana e suas implicações específicas para a população negra em Fortaleza.

A metodologia utilizada neste estudo combina diferentes abordagens e métodos de pesquisa para caracterizar uma análise abrangente. Inicialmente, uma pesquisa bibliográfica, realizada para fundamentar teoricamente o tema, revisando literatura relevante sobre violência urbana e suas especificidades no contexto genérico de violência e especificando esse até a violência contra a população negra, em Fortaleza. Em seguida, ocorre o emprego da sociometria para mapear e analisar as redes sociais e as interações dentro dos bairros de Fortaleza atendidos pela Rede Cuca, por ser esse o espaço de intervenção. O estudo adota uma natureza mista, integrando métodos qualitativos e quantitativos. Dessa forma, avoca a possibilidade de obter uma compreensão detalhada e robusta, unindo dados estatísticos com experiências relatadas da literatura sobre as nuances da violência que incorre sobre a população negra nesse espaço geográfico.

2 METODOLOGIA

Os dados empíricos analisados a seguir provêm de um estudo quali-quantitativo que investigou experiências e in-

dicadores de violência, especialmente a de gênero e a policial, e as situações de vulnerabilidade enfrentadas pela população negra. Este estudo também examinou como esses aspectos se relacionam com o racismo estrutural e institucional em Fortaleza. Os critérios de definição da população negra, conforme estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Secretaria de Segurança Pública do Ceará (SSPDS-CE), foram adotados. Esses critérios consideram como população negra o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas.

Os locais escolhidos para espaço amostral atendem a critérios específicos que incluem ser bairros periféricos ou populares, com altos índices de violência urbana e marcada vulnerabilidade social, especialmente em relação à deficiência na oferta de serviços essenciais como saúde, educação, assistência social e segurança pública. A seleção abrangeu cinco bairros em Fortaleza, todos eles contendo instalações da Rede Cuca. Esses bairros foram subdivididos em quatro Áreas de Segurança Integradas (AIS), seguindo as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Ceará. Essa abordagem visou compreender as interseções entre violência urbana, vulnerabilidade social concernente a violência contra a população negra e violência policial, sobre essa incidência.

3 A VIOLÊNCIA URBANA NA CIDADE DE FORTALEZA

Desde a formação do Brasil como uma nação, o colonialismo deixou marcas indeléveis em sua estrutura social e cultural. Silva (2020), argumenta que qualquer análise social no país deve necessariamente considerar a questão racial como um elemento central. A influência do colonialismo criou uma matriz de desigualdades que perdura até hoje, tornando a raça um ponto de partida essencial para entender as dinâmicas sociais brasileiras. Ignorar esse aspecto seria negligenciar uma parte crucial da história e da identidade nacional, já que a colonização não apenas explorou economicamente, mas também impôs hierarquias raciais que ainda influenciam a sociedade contemporânea como por exemplo as formas de violência que incidem sobre a população negra.

De acordo com os ensinamentos de Silvia, Anunciação e Trad (2024), a violência é amplamente reconhecida como um sério problema de saúde pública e um fenômeno que atravessa diversas esferas sociais e históricas. As suas causas são complexas e variadas, assim como suas manifestações, afetando desproporcionalmente as populações mais vulneráveis e marginalizadas. Entre essas populações, destacam-se aquelas situadas em áreas periféricas, onde se cruzam múltiplas dimensões de desigualdade, incluindo gênero, classe, raça e status social. Embora os estudos sobre violência frequentemente abordem questões étnico-raciais, eles muitas vezes não levam em conta que essa violência é também resultado do racismo institucional. Dessa forma, a compreensão da violência necessita de uma abordagem interseccional

que considere todas essas dimensões para formular estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

Segundo o SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde, a violência é classificada em cinco grandes categorias: física, psicológica, sexual, negligência e patrimonial. Definir essas categorias é essencial para entender as diversas formas de violência, especialmente aquelas que afetam mais gravemente a população negra. O Atlas da Violência (2023, p.73-74) ressalta a importância dessa classificação ao mostrar como a violência impacta diferentes aspectos da vida em sociedade. Ao expor essas definições, é possível contextualizar melhor a amplitude e a gravidade das tipologias de violência que podem incidir na população negra, dentro do contexto geográfico e social periférico ao qual em sua grande maioria estão inseridos.

Figura 1 – Tipologias da violência de acordo com o SINAN/MS.

TIPOS DE VIOLÊNCIA	DEFINIÇÃO
VIOLÊNCIA FÍSICA	São atos violentos, nos quais se fez uso da força física de forma intencional, não acidental, com o objetivo de ferir, lesar, provocar dor e sofrimento ou destruir a pessoa, deixando, ou não, marcas evidentes no seu corpo. Ela pode manifestar-se de várias formas, como tapas, beliscões, chutes, torções, empurrões, arremesso de objetos, estrangulamentos, queimaduras, perfurações, mutilações, entre outras.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	É toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobrança exagerada, punições humilhantes e utilização da pessoa para atender às necessidades psíquicas de outrem. É toda ação que coloque em risco ou cause danosXVV à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa.
VIOLÊNCIA SEXUAL	é qualquer ação na qual uma pessoa, valendo-se de sua posição de poder e fazendo uso de força física, coerção, intimidação ou influência psicológica, com uso ou não de armas ou drogas, obriga outra pessoa, de qualquer sexo e idade, a ter, presenciar ou participar de alguma maneira de interações sexuais, ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, com fins de lucro, vingança ou outra intenção. Incluem-se como violência sexual situações de estupro, abuso incestuoso, assédio sexual, sexo forçado no casamento, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas, impostas, pornografia infantil, pedofilia, voyeurismo; manuseio, penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos, de forma forçada. Inclui, também, exposição coercitiva/constrangedora a atos libidinosos, exibicionismo, masturbação, linguagem erótica, interações sexuais de qualquer tipo e material pornográfico. Igualmente, caracterizam a violência sexual os atos que, mediante coerção, chantagem, suborno ou aliciamento, impeçam o uso de qualquer método contraceptivo ou forcem ao matrimônio, à gravidez, ao aborto, à prostituição; ou que limitem ou anulem em qualquer pessoa a autonomia e o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. A violência sexual é crime, mesmo se exercida por um familiar, seja ele pai, mãe, padrasto, madrasta, companheiro(a), esposo(a).

NEGLIGÊNCIA	é a omissão pela qual se deixou de prover as necessidades e os cuidados básicos para o desenvolvimento físico, emocional e social da pessoa atendida/vítima. Ex.: privação de medicamentos; falta de cuidados necessários com a saúde; descuido com a higiene; ausência de proteção contra as inclemências do meio, como o frio e o calor; ausência de estímulo e de condições para a frequência à escola. O abandono é uma forma extrema de negligência.
VIOLÊNCIA PATRIMÔNIAL	é o ato de violência que implica dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, instrumentos de trabalho, bens e valores da pessoa atendida/vítima. Consiste na exploração imprópria ou ilegal, ou no uso não consentido de seus recursos financeiros e patrimoniais. Ocorre, sobretudo, no âmbito familiar, sendo mais frequente contra pessoas idosas, mulheres e deficientes.

Fonte: Atlas da violência (2023).

De acordo com Silva, Anunciação e Trad (2024), A violência é um sério problema de saúde pública e resulta de um fenômeno sócio-histórico complexo, com uma variedade de causas e consequências. Este problema se manifesta de diversas formas, afetando principalmente as populações vulneráveis e periféricas, onde se entrelaçam fatores como gênero, classe, raça e contexto social. Embora as questões étnico-raciais sejam abordadas em estudos sobre a violência, esses estudos frequentemente negligenciam a conexão com o racismo institucional. As populações marginalizadas continuam a ser as principais vítimas, evidenciando a necessidade de uma análise mais profunda que reconheça a influência do racismo estrutu-

ral nas dinâmicas de violência.

2.1 A VIOLÊNCIA GENÉRICA

Segundo Cerqueira e Bueno (2023), o problema da violência deve ser compreendido à luz das múltiplas formas que ela assume. Essa violência, geralmente perpetrada por jovens, também vitimiza jovens vulneráveis devido a condições econômicas e sociais desfavoráveis e a situações familiares de desproteção social. A violência pode se manifestar em agressões físicas e materiais, além do sofrimento psicológico, podendo chegar ao extremo do homicídio. Embora a violência não seja um fenômeno novo, suas formas se adaptam aos contextos específicos. A essas violências interpessoais e ao uso excessivo de autoridade somam-se homicídios, estupros, agressões, furtos e insultos, entre outros. Mesmo que estatisticamente algumas dessas ocorrências sejam menores, elas são significativas para a garantia dos direitos fundamentais.

Em consonância a esse relato, Silva e Anunciação (2024, p.2) fazem a seguinte expositiva:

A violência é um grave problema de saúde pública¹ e constitui, ao longo da história da humanidade, um fenômeno sócio-histórico, com causas e processos diversos, multifacetados. Por ser um fenômeno da ordem do vivido, implica carga emocional diferente entre quem a pratica e quem sofre a violência, o que torna complexa sua conceituação. Consiste no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos e sofrimentos a outros. As principais vítimas dos seus piores efeitos seguem sendo as

populações vulnerabilizadas e periféricas, para as quais se interseccionam e confluem fatores como gênero, classe, raça e pertencimento territorial.

Ainda congruente ao apontado por Cerqueira e Bueno (2023), a violência no Brasil, de acordo com o atlas da violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, é a principal causa de morte entre os jovens. Em 2021, 49% das mortes de jovens entre 15 e 29 anos foram devido à violência letal. Entre os 47.847 homicídios registrados no país nesse ano, mais da metade, especificamente 50,6%, teve como vítimas jovens nessa faixa etária. Isso corresponde a 24.217 jovens cujas vidas foram interrompidas de forma precoce, resultando em uma média alarmante de 66 jovens assassinados por dia. Esses números destacam a gravidade do problema da violência entre a juventude brasileira, evidenciando a necessidade urgente de políticas eficazes de prevenção e segurança.

Consoante ao relatado, Silva e Anunciação (2024, p.2), tecem a seguinte exposição:

Embora as questões étnico-raciais estejam presentes nos estudos que buscam explicar o fenômeno da violência, o racismo e as relações raciais têm tido menor peso analítico do que categorias como classe, território e gênero. Sobretudo, tais análises tendem a não considerar o fenômeno da violência que envolve a população negra como produto do racismo estrutural, que impregna diversas instituições e órgãos públicos, a exemplo de práticas associadas aos agentes de segurança pública.

A tabela a seguir mostra a estatística disponibilizada pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Ceará relacionada aos crimes letais intencionais até abril de 2024, embora com dados ainda não consolidados, oferece uma visão detalhada dos incidentes ocorridos nos bairros periféricos de Fortaleza atendidos pela Rede Cuca demonstrando o alto índice de violência que incide sobre o contingente populacional desses bairros. A partição da SSDPS segue o critério de Área Integrada de Segurança - AIS. É importante notar que mortes decorrentes de intervenção policial não são classificadas como intencionais devido à excludente de ilicitude e por essa razão não contabilizam dados válidos para essa aferição. Essa categorização influencia a interpretação dos dados, já que exclui um conjunto específico de ocorrências. A divisão dos dados por bairros permite uma análise mais precisa e direcionada, proporcionando um entendimento sobre a dinâmica da violência nesses locais.

Tabela 1 - Crimes letais intencionais em Fortaleza até abril de 2024.

TERRITÓRIO	AIS	BAIRRO	JAN	FEV	MAR	ABR	TOTAL
FORTALEZA	3	JANGURUSSU	15	13	17	16	61
	6	PICI	7	9	6	7	29
	8	BARRA DO CEARÁ	13	6	10	10	39
	9	JOSÉ WALTER MUNDUBIM	8	9	6	13	36
							165

Fonte: SSPSD (2024).

A tabela a seguir mensura a estatística sobre crimes violentos contra o patrimônio em Fortaleza até abril de 2024, embora ainda não consolidadas pela Secretaria de

Segurança Pública, apresenta dados abrangentes que incluem diversas modalidades de roubo, excluindo latrocínios. Essa tabela oferece uma visão detalhada da incidência desses crimes nos bairros atendidos pela Rede Cuca, permitindo identificar tendências e assim identificar os bairros mais perigosos em função da alta taxa de violência que acomete seus residentes.

Tabela 2 – Ocorrências de crimes violentos contra o patrimônio em Fortaleza

até abril de 2024.

TERRITÓRIO	AIS	BAIRRO	JAN	FEV	MAR	MAI	TOTAL
FORTALEZA	3	JANGURUSSU	201	159	206	200	766
	6	PICI	324	312	361	324	1321
	8	BARRA DO CEARÁ	117	94	112	66	389
	9	JOSÉ WALTER MUNDUBIM	233	277	274	238	972
							3.448

Fonte: SSPSD (2024).

A tabela seguinte apresenta os quantitativos de mulheres vítimas de violência registrada sob a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) em Fortaleza no ano de 2024, até o mês de abril do corrente ano, com dados ainda em processo de consolidação. A análise é focada nos bairros da cidade atendidos pela Rede Cuca, proporcionando uma visão específica da incidência de violência de gênero nessas áreas. Esses dados são essenciais para entender a extensão e a natureza da violência contra as mulheres nessas regiões periféricas.

Segundo um estudo realizado pela Rede Acolhe (2019), denominado de Investigação dos crimes violentos

em Fortaleza: um olhar da Defensoria Pública do Ceará. Esse projeto de iniciativa da Defensoria Pública do Estado do Ceará investigou crimes violentos em Fortaleza, foi criado um ranking dos bairros mais violentos da cidade. A pesquisa focou nos bairros incluídos no cinturão de atuação da Rede Cuca. O estudo identificou quais áreas apresentam maiores índices de violência, baseando-se em uma amostra específica. Essa análise permite um entendimento mais detalhado das regiões que necessitam de maior atenção e intervenção para reduzir os índices de criminalidade e melhorar a segurança pública.

Tabela 3 - Bairros de Fortaleza com maiores vítimas de homicídio.

BAIRRO	FREQUÊNCIA	%
JANGURUSSU	7	3,66
PICI	3	1,57
BARRA DO CEARÁ	8	4,19
JOSÉ WALTER	4	2,09
MUDUNBIM	6	3,14

Fonte: REDE ACOLHE (2019).

Os dados consolidados pela Rede Acolhe (2019) revelam que pelo menos 36% das vítimas de crimes violentos letais em Fortaleza deixaram filhos, principalmente crianças e adolescentes. No entanto, 56,11% dos processos analisados não continham essa informação, sugerindo que o problema pode ser ainda mais grave. Esse cenário trágico fez surgir uma nova categoria nas áreas vulneráveis: os órfãos da violência. Embora o homicídio seja a consequência mais brutal da violência armada, ele também provoca outras graves repercussões humanitárias.

rias que afetam diretamente a vida social da cidade, ampliando o número de vítimas. Com a expansão das facções criminosas, especialmente em áreas carentes, surgiram novos desafios para a Defensoria Pública, como ameaças de morte, expulsão de moradores e desaparecimentos. Em resposta ao aumento da violência, o Governo do Estado intensificou as ações da Polícia Militar, resultando em mais confrontos com grupos armados.

Figura 2 – Distribuição da Violência na periferia de Fortaleza

VARIÁVEIS	NÍVEIS	F	%
Método utilizado	Arma de fogo	144	80,00
	Faca ou outro instrumento cortante	32	17,78
	Arma de fogo, faca ou outro instrumento cortante	2	1,11
	Asfixia	1	0,56
	Fogo	1	0,56
Indícios de tortura	Não	122	67,78
	Sim	13	7,22
	Não há elementos para avaliar	45	25,00

Fonte: REDE ACOLHE (2019).

Ainda relativo ao relatório da Rede Acolhe (2019), os motivos para homicídios em Fortaleza são variados, com disputas entre facções representando 13,18% dos casos e aparecendo em 16,11% dos documentos analisados. Inimizades anteriores ou vingança foram responsáveis por 12,73% dos homicídios, sendo mencionadas em 15,56% dos processos. No entanto, uma parcela significativa dos documentos, 28,89%, não especifica os motivos dos homicídios, o que pode refletir deficiências nas investiga-

ções. Esses dados sublinham a complexidade das causas de violência letal e sugerem a necessidade de aprimorar os métodos investigativos para melhor compreender e enfrentar os fatores que levam a esses crimes.

Tabela 4 - Distribuição da violência na periferia de Fortaleza

MOTIVO	FREQUÊNCIA	% MOTIVOS	% DOS PROCESSOS
Motivo desconhecido	52	23,64	28,89
Disputa entre facções rivais	29	13,18	16,11
Inimizade anterior ou vingança	28	12,73	15,56
Dívida de droga	23	10,45	12,78
Ciúme, traição ou motivo passional	19	8,64	10,56
Violência institucional	18	8,18	10,00
Desentendimento eventual	11	5,00	6,11
Motivos patrimoniais	10	4,55	5,56
Violência contra pessoa não envolvida em facção criminosa	9	4,09	5,00
Rivalidade dentro da própria facção criminosa	6	2,73	3,33
Feminicídio ou outras questões de gênero	5	2,27	2,78
Discussão por bebida ou droga	4	1,82	2,22
Dívida de agiotagem	2	0,91	1,11
Aborrecimento com criança	1	0,45	0,56
Crime contra agente de segurança pública	1	0,45	0,56
Por engano	1	0,45	0,56
Vítima estaria roubando na região	1	0,45	0,56

Fonte: REDE ACOLHE (2019).

2.2 A VIOLÊNCIA POLICIAL

A violência policial, de acordo com Pereira (2023), tem raízes profundas que remontam ao período colonial,

refletindo uma mentalidade de controle e repressão. Esse padrão histórico de violência foi reforçado e perpetuado ao longo do tempo, particularmente durante o regime civil-militar, que deixou um legado significativo de autoritarismo nas forças de segurança. As práticas violentas da polícia não são apenas vestígios do colonialismo, mas também incorporam elementos de repressão política e social instaurados nos anos de regime militar. Esse contexto histórico criou uma cultura de violência institucional que continua a impactar a sociedade brasileira, demonstrando como práticas passadas influenciam comportamentos presentes.

Conforme apontado por Brasil, Santiago e Brandão (2020), as políticas de segurança pública muitas vezes têm o objetivo de conter e segregar segmentos populacionais considerados indesejáveis. A pressão social por medidas repressivas contra a criminalidade e a violência urbana resulta em uma atuação estatal frequentemente autoritária e antidemocrática, servindo como um mecanismo de controle social. Este enfoque visa manter a ordem existente, relegando as populações marginalizadas aos seus “devidos lugares”. Essas políticas beneficiam principalmente a segurança patrimonial da elite, enquanto a população excedente, excluída pelo modelo econômico destrutivo e consumista, é controlada. Dessa maneira, a segurança pública se transforma em uma ferramenta de segregação social, em vez de promover justiça e igualdade.

Segundo as considerações de Sinhoretto et al. (2014),

A banalidade da violência policial pode ser explicada pela sua longa história de aceitação e encorajamento por parte de uma significativa parcela da sociedade brasileira. Esta prática não é recente, mas está enraizada nas interações com as camadas populares, como demonstrado pela literatura em diversas áreas do conhecimento. A cultura autoritária, que historicamente moldou as forças policiais, orienta suas ações, resultando em abordagens seletivas e abusivas contra grupos específicos, como negros, pobres e jovens das periferias. Em uma sociedade profundamente desigual como a brasileira, a violência policial se torna uma prática comum, sendo a regra e não a exceção. As polícias frequentemente escolhem quem abordar com base na aparência física, cor da pele e local de residência, e enfrentam repetidas denúncias por graves violações dos direitos humanos contra essas populações marginalizadas.

Conforme proposição de Nunes et al. (2022), os dados sobre violência policial contra pessoas negras, pobres e marginalizadas levantam muitas questões, algumas óbvias e outras que exigem uma reflexão mais profunda sobre as características desse fenômeno. É essencial identificar os diversos fatores que contribuem para uma problemática que ceifa centenas de vidas negras a cada ano. O racismo é indubitavelmente um fator central nessa realidade cruel. Em 2020, o Brasil registrou o maior número de mortes decorrentes de intervenções policiais, com 6.416 vítimas fatais, resultando em uma média de 17,6 mortes por dia. Destas, 78,9% eram pessoas negras.

A taxa de letalidade policial entre negros é 2,8 vezes maior que entre brancos, com 4,2 contra 1,5 vítimas a cada 100 mil habitantes. Esses números destacam a urgente necessidade de abordar e mitigar o racismo estrutural nas forças policiais.

Consoante a exposição anterior, Benício, Barros e Silva (2019), inferem que a prática da suspeição como motivação nas abordagens policiais é altamente seletiva, concentrando-se principalmente em jovens negros, pobres e moradores de periferia, conhecidos pelo acrônimo PPP (preta, pobre e periférica). Esse fenômeno representa um desafio ao Estado de direito, merecendo investigações aprofundadas para melhor compreensão. Policiais são orientados a suspeitar de pessoas ou situações como uma maneira de lidar com diferentes comportamentos, funcionando como um mecanismo para identificar problemas, perigos potenciais e pistas de crimes. Essa abordagem é uma resposta ao perigo e um reflexo do senso de missão, autoridade e eficiência dentro do ambiente policial que pode conduzir, durante o exercício profissional ao cometimento de desmandos e abusos baseados meramente em estereotipia.

A histórica monopolização da violência física pelo Estado nas palavras de Cerqueira e Bueno (2023), abrange tanto a violência simples quanto a armada, resulta na construção de uma legitimidade para o uso indiscriminado e não regulado dessa violência. Paralelamente, a violência simbólica refere-se à aceitação de crenças, representações e imagens da ordem social em contextos

dominados por relações de dominação, discricionarieidade, tratamento de exceção e exclusão, bem como por privilégios e injustiças. Essa violência se manifesta na imposição e legitimação de uma ordem de significados que justifica e naturaliza o arbitrário social, validando, de forma consciente ou tácita, condições cognitivas e morais injustificáveis. É um pressuposto estrutural presente onde há desigualdades na distribuição de recursos materiais e simbólicos, resultando em relações de imposição cultural e valorativa.

Um estudo realizado pela Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE) revelou que a maioria das vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) em Fortaleza são jovens homens negros que residem em áreas periféricas. Este estudo inédito, conduzido pela Rede Acolhe, um projeto da Defensoria Pública Geral do Estado que apoia vítimas de violência, expõe um cenário alarmante das investigações de assassinatos na cidade. Intitulado “Em busca de Justiça”, o estudo analisou 180 casos atendidos pelo programa, revelando que em 46% desses casos não havia suspeitos identificados para os homicídios ocorridos. Essa falta de progresso nas investigações destaca a necessidade urgente de melhorias no sistema de justiça para garantir que essas vítimas recebam a devida atenção e que os responsáveis sejam responsabilizados.

Segundo Nunes et al. (2022), as violações contra a população negra estão se agravando. O Estado, que deveria proteger os direitos e bens dos cidadãos, tem se mostrado um perpetuador da desigualdade racial histórica.

Um exemplo disso é o uso excessivo da força por policiais contra pessoas negras e a alta letalidade das operações policiais em comunidades predominantemente negras e historicamente marginalizadas. Essa situação evidencia o papel do Estado na manutenção das disparidades raciais, em vez de combatê-las, agravando a violência e a discriminação enfrentadas por essas populações.

2.3 A VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA

Segundo Gonzalez (2020), a violência contra pessoas negras no Brasil é um fenômeno histórico que abrange várias dimensões, incluindo a simbólica, psicológica, moral e física. Esse quadro é resultado da formação histórico-social e cultural do país, que legou o racismo estrutural. Gonzalez descreve essa violência como “racismo por denegação”, pois se manifesta de maneira disfarçada, mas ainda assim constante e rotineira na vida das pessoas negras. Esse tipo de racismo é sutil, porém persistente, e permeia diversas áreas da sociedade, afetando negativamente a experiência cotidiana e as oportunidades de vida das pessoas negras.

Em relação a violência policial contra a população negra Silva, Anunciação e Trad (2024, p.8-9), discorrem enfatizando sobre a seguinte perspectiva social

As experiências concretas trouxeram à tona a vivência em torno do racismo e da violência em suas diversas dimensões e das vulnerabilidades a que são expostos dentro e fora dos limites de pertencimento territorial de suas comunidades.

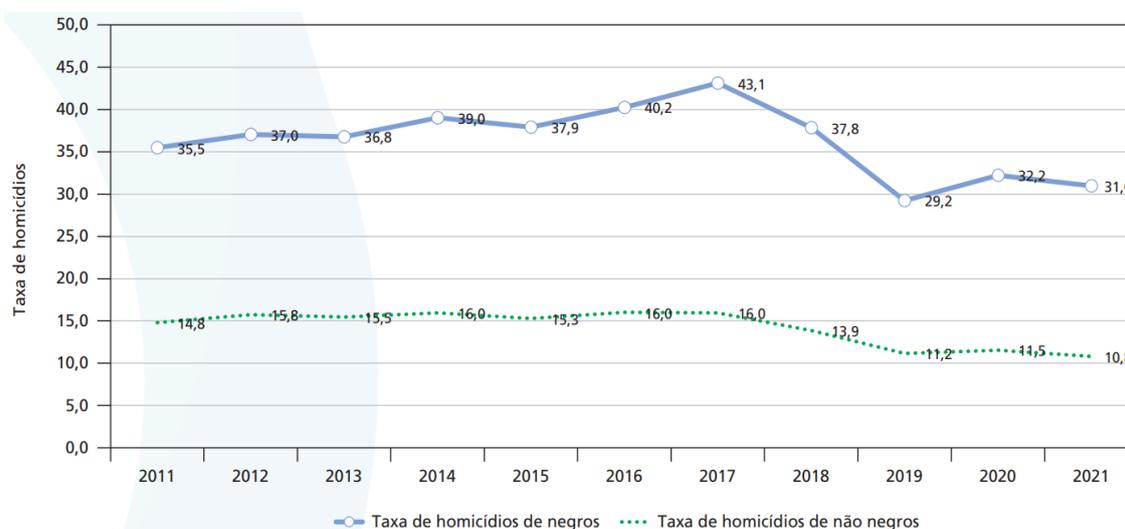
São processos que não dizem respeito apenas aos estereótipos negativizados, se expressam também como efeito do racismo institucional que opera por mecanismos e instrumentos legais presentes no *modus operandi* organizacional, sendo internalizado e reproduzido nas normas e práticas da necropolítica do Estado. Assim, o racismo acarreta direta e indiretamente danos variados à saúde de quem sofre os processos de estigmas e discriminações. [...] gestando a articulação entre produção de marginalização social, adoecimento físico e psíquico, bem como mortalidade. A juventude negra segue enfrentado a falta de oportunidades, por meio da negação de acesso às possíveis vias que poderiam garantir melhores condições de vida e saúde, a exemplo da universidade. Com base no princípio da meritocracia, atribui-se às causas do fracasso desses/as jovens a sua falta de capacidade ou outras limitações, isentando o Estado e a sociedade de suas responsabilidades. Nesse contexto, o racismo e a violência e as interseccionalidades com os demais marcadores sociais – gênero, sexualidade, religiosidade e territorialidade – tornam-se os principais produtores dos processos de morbimortalidades que afligem a juventude negra.

Conforme Oliveira Junior (2013), a violência contra a população negra pode ser medida por diferentes indicadores, dependendo da dimensão analisada. No entanto, neste contexto específico, o foco será direcionado para a dimensão física, especialmente através dos índices de homicídios de negros e não negros no Brasil. Este enfoque é crucial devido à relevância desse indicador para as discussões sobre segurança pública no país. Analisar os índices de homicídios permite compreender melhor

a magnitude da violência que atinge a população negra, destacando as disparidades e promovendo reflexões sobre as políticas necessárias para enfrentar esse grave problema social.

O gráfico na figura abaixo ilustra as taxas de homicídios entre negros e não negros por 100 mil habitantes desses grupos no Brasil, de 2011 a 2021. Em 2011, a população negra representou 77,1% das vítimas de homicídio, com uma taxa de 31,0 homicídios por 100 mil habitantes negros, em comparação com a taxa de 10,8 para não negros (que inclui amarelos, brancos e indígenas). Em 2021, essa tendência se manteve, com pessoas negras (somando pretos e pardos, conforme a classificação do IBGE) continuando a liderar as estatísticas de mortes violentas. Este dado revela a persistente desigualdade racial na violência letal no país, destacando a vulnerabilidade maior da população negra ao longo do período analisado.

Figura 3 - Comparativo de homicídios entre negros e não negros por 100.000 habitantes.



Fonte: Atlas da violência (2023).

Analisando os dados da última década, observa-se que a redução dos homicídios no Brasil é mais pronunciada entre os não negros do que entre os negros. Esse padrão reforça a tese do racismo estrutural, evidenciando que a população negra é sistematicamente vitimizada. Entre 2017 e 2019, houve uma redução na taxa de letalidade contra negros, porém essa taxa voltou a crescer no ano seguinte e se manteve estável em 2021. Em contraste, os índices de homicídios entre os não negros permaneceram estáveis de 2011 a 2021, com uma queda notável nos últimos anos. Essas diferenças apontam para a necessidade de políticas públicas específicas que abordem as disparidades raciais na violência letal.

A representação visual a seguir, baseada em dados consolidados do IPEA no Atlas da Violência (2020), ilustra de forma contundente a disparidade na incidência de violência contra a população negra. Os números apresentados destacam uma realidade alarmante, evidenciando que as pessoas negras são desproporcionalmente afetadas por diversos tipos de violência. Essa disparidade reflete não apenas a vulnerabilidade socioeconômica desses grupos, mas também a persistência do racismo estrutural na sociedade brasileira. A visualização dos dados do Atlas da Violência oferece uma oportunidade para compreender a gravidade do problema e incentivar a formulação de políticas públicas mais eficazes para combater essa injustiça sistêmi-

ca.

Figura 4 – Índices de violência contra a população negra.



Fonte: IPEA (2020).

Os dados do Atlas da Violência revelam uma disparidade alarmante no número de vítimas de homicídios no Brasil em 2018, onde 75,7% das vítimas eram negras. Este grupo enfrentou uma taxa de assassinatos significativamente mais alta, com 37,8 mortes por 100 mil habitantes, em comparação com os não-negros, cuja taxa foi de 13,9, indicando que pessoas negras têm 2,7 vezes mais chances de serem vítimas de morte violenta do que pessoas não-negras. Além disso, o período de uma década mostrou uma tendência preocupante: enquanto os homicídios com vítimas negras aumentaram em 11,5% entre 2008 e 2018, os casos de mortes violentas entre não-negros diminuíram em 12,9% durante o mesmo

período. Essa discrepância racial também se estende ao gênero, com 68% das mulheres assassinadas em 2018 sendo negras. Entre 2008 e 2018, os homicídios de mulheres negras aumentaram 12,4%, enquanto os de mulheres não-negras diminuíram em 11,7%. Esses números ressaltam a urgência de abordar o racismo estrutural e implementar políticas eficazes para reduzir a violência contra a população negra, especialmente mulheres.

Concernente a análise Nunes et al. (2022), as estatísticas do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, observa-se que a letalidade policial no Brasil afeta predominantemente a população negra e periférica. Em 2020, 78,9% das vítimas de intervenções policiais eram negras, uma cifra semelhante a 2019, quando 79,1% das vítimas eram afrodescendentes. A persistência dessa desigualdade racial ao longo dos anos evidencia o racismo estrutural enfrentado pela população negra. Esta desproporção é significativa, considerando que a população negra representa 56,3% da população brasileira, mas quase 79% das vítimas de letalidade policial. Além disso, a taxa de letalidade policial entre negros é de 4,2 por 100 mil habitantes, comparada a 1,5 por 100 mil entre brancos, indicando que negros têm 2,8 vezes mais chances de serem vítimas de violência policial letal. Esses dados sublinham a necessidade urgente de abordar o racismo estrutural nas forças de segurança.

As vivências diárias da população negra segundo Silva, Anunciação e Trad (2024), destacam como o racismo e a violência, em suas diversas formas, as expõem a si-

tuações de vulnerabilidade e risco social. Essas experiências refletem as normas sociais enraizadas em nossa sociedade, que perpetuam estereótipos estigmatizantes e criam conflitos em relação à inserção e pertencimento dessa comunidade. A interseção entre violência e racismo influencia profundamente a concepção de mundo, os estilos de vida e as perspectivas de futuro dos moradores dessas áreas periféricas. É crucial compreender que esses fenômenos não apenas moldam as experiências individuais, mas também afetam a coletividade, desafiando a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consoante a proposição estabelecida por Cerqueira e Bueno (2023), o racismo estrutural agrava a taxa de letalidade entre a população negra, funcionando como um racismo letal por meio de um contínuo processo de desumanização. Esse processo mantém e reforça estereótipos que retratam os negros como perigosos, pobres e criminosos. Diante desse cenário, torna-se urgente combater práticas racistas com políticas públicas específicas voltadas para a redução da desigualdade racial. É crucial implementar um conjunto de ações estratégicas e integradas em diversas áreas, como educação, saúde, cultura e segurança. Essas medidas devem assegurar direitos e proporcionar condições de vida dignas para uma parcela da população que tem sido historicamente violentada desde a época colonial.

A violência contra a população negra na periferia de Fortaleza é um problema grave e persistente, refletindo profundas desigualdades sociais e raciais. As comunidades periféricas, habitadas majoritariamente por pessoas negras, enfrentam altos índices de criminalidade, brutalidade policial e negligência por parte das autoridades. Essa violência é exacerbada pela falta de acesso a serviços básicos de qualidade, como educação, saúde e segurança, criando um ciclo de vulnerabilidade e marginalização. As estatísticas mostram que essas áreas são desproporcionalmente afetadas por homicídios e outras formas de violência letal. Além disso, o racismo estrutural perpetua a discriminação e a exclusão, dificultando ainda mais a vida dessas populações.

A violência contra a população negra nos bairros de Fortaleza atendidos pela Rede Cuca é um reflexo das profundas desigualdades sociais e raciais presentes na cidade. Esses bairros, marcados pela vulnerabilidade socioeconômica, enfrentam altos índices de criminalidade e brutalidade policial, afetando desproporcionalmente a população negra. A Rede Cuca, ao oferecer programas de educação, cultura e esporte, atua como um importante suporte para essas comunidades, mas ainda enfrenta o desafio de lidar com a violência endêmica. As estatísticas mostram que jovens negros são as principais vítimas de homicídios e outras formas de violência letal nesses locais. A falta de acesso a serviços básicos e a presença constante de conflitos entre facções criminosas agravam ainda mais a situação.

Os dados estatísticos revelam a persistência de um problema estrutural de violência contra a população negra nos bairros atendidos pela Rede Cuca. Essas estatísticas evidenciam uma realidade alarmante, onde a violência afeta desproporcionalmente os moradores negros dessas comunidades. A presença desses padrões sugere uma profunda desigualdade racial e social enraizada nos tecidos desses bairros. A população negra frequentemente sofre como vítima de crimes violentos, refletindo um ciclo de vulnerabilidade e exclusão social. Essa situação requer uma abordagem multifacetada que não apenas aborde questões de segurança, mas também promova a inclusão, o desenvolvimento comunitário e a igualdade racial.

4. CONCLUSÃO

A pobreza e a privação moldam os cenários de sucesso e fracasso, exacerbados por diversas tensões sociais e psicológicas. Nessas circunstâncias, comportamentos violentos são frequentemente observados. Violências originadas de vulnerabilidades sociais não podem ser resolvidas unicamente por meio de disciplinarização e controle policial. A resolução eficaz dessas questões exige objetivos políticos amplos e sustentados ao longo do tempo, capazes de identificar as diversas formas de violência e implementar estratégias apropriadas para cada uma delas. Dessa forma, é possível abordar as raízes do problema e promover mudanças significativas e dura-

douras na sociedade.

A violência contra a população negra na periferia de Fortaleza é um fenômeno complexo e multifacetado, onde questões de gênero e racismo estrutural desempenham papéis significativos. Nessas comunidades, a violência não se limita apenas à dimensão física, mas também se manifesta de forma sistêmica, afetando profundamente a vida diária dos residentes. Mulheres negras, em particular, enfrentam uma dupla marginalização devido à interseção entre racismo e sexismo, resultando em altos índices de violência de gênero. O racismo estrutural, enraizado nas instituições e nas práticas sociais, perpetua a exclusão e a discriminação contra a população negra, exacerbando ainda mais a vulnerabilidade dessas comunidades.

A pesquisa sobre a violência contra a população negra nos bairros periféricos de Fortaleza atendidos pela rede Cuca direcionou a extensão da violência nessas comunidades, destacando a vulnerabilidade específica da população negra a diversos tipos de violência, incluindo homicídios, agressões e discriminação policial. Além disso, a pesquisa apontou para a interseção entre violência, pobreza e exclusão social, destacando a necessidade de abordagens mais focais para enfrentar esses problemas sistêmicos. Ao mesmo tempo, a pesquisa também tem destacado iniciativas bem-sucedidas da Rede Cuca no desenvolvimento comunitário nas áreas periféricas. No entanto, apesar dos avanços, há ainda muito a ser feito para resolver efetivamente esses desafios persistentes e

garantir a proteção dos direitos e da dignidade da população negra nessas localidades.

A pesquisa alcançou seus objetivos ao fornecer uma análise abrangente e detalhada da violência contra a população negra nos bairros periféricos de Fortaleza. Ao delinear metas claras e específicas, pode explorar as causas, manifestações e consequências desse tipo de violência. Além disso, ao focar especificamente na violência contra a população negra, a pesquisa conseguiu examinar como esse grupo é afetado de maneira desproporcional pela violência.

A investigação detalhada permitiu identificar as particularidades e a incidência da violência nesses contextos, revelando como a população negra é impactada de forma distinta. Logo, o problema da pesquisa foi resolvido, uma vez que proporcionou uma compreensão abrangente da violência urbana que a afeta nas periferias de Fortaleza, especialmente nos bairros atendidos pela Rede Cuca. A análise dos dados coletados forneceu nuances da violência urbana nesses espaços sociais, contribuindo significativamente para compreender as vulnerabilidades incidentes sobre uma multivariabilidade de violências circunscritas as suas interrelações na dinâmica social. Portanto, pode-se afirmar que o problema da pesquisa foi resolvido de maneira satisfatória.

Para trabalhos futuros, tem-se a expansão da investigação para outras áreas urbanas além dos bairros atendidos pela Rede Cuca, a fim de comparar as dinâmicas de violência em diferentes contextos socioeconômicos e

geográficos. É importante também incluir uma análise longitudinal para observar as mudanças e tendências ao longo do tempo, além de integrar a perspectiva de gênero para entender como a violência afeta mulheres negras de maneira específica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRA, César. **Ligado na galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza.** In: *Ligado na galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza.* UNESCO, Brasília, DF. p. 225-225. 1999.

BENICIO, Luís Fernando de Souza; BARROS, João Paulo Pereira; SILVA, Dagualberto Barboza da. **Juvenile homicides in Fortaleza under the perspective of professionals of the Family Health Strategy.** *Revista Psicologia Política*, v. 19, n. 46, p. 509-527, 2019.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023.** Brasília: Ipea; FBSP, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolen- cia2023>.

DA SILVA FERREIRA, Andreza S. et al. **O posicionamento frente à violência policial contra suspeitos branco e negro.** *Ciências Psicológicas*, v. 16, n. 2, 2022.

DE SOUZA, Luís Antônio Francisco; BATTIBUGLI, Thaís. **The Challenges of Police Reform in Brazil.** *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 35, n. 126, p. 49-60, 2014.

- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; DA SILVA FREITAS, Felipe. **Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil.** Revista brasileira de ciências criminais, n. 135, p. 49-71, 2017.
- FLORES, Tarsila. **Cenas de um genocídio: homicídios de jovens negros no Brasil e a ação de representantes do Estado.** 2018.
- MOTTA, Luana Dias. **Indignação e rotinização: sobre sofrimentos e estratégias para lidar com a violência policial em uma favela pacificada.** 2020.
- NUNES, César Augusto R. et al. **Racismo e Violência Policial no Brasil: a seletividade no uso excessivo da força contra a população negra.** – Campinas / Jundiaí: Brasília / Edições Brasil, 2023. 462 p. Série Simpósios do VII CIDH Coimbra. 2022.
- PEREIRA, Carliana Isabel Nascimento; SÁ, Leonardo Damasceno de. (Artigo) **As multiplicidades da realidade racial: Um genocídio entre morais e sujeições sociais no caso cearense.** Revista Contraponto, v. 10, 2023.
- PIRES, Artur. **Violência, afetos e luta por reconhecimento na criminalidade pauperizada.** Plural, v. 30, n. 02, 2023.
- RAMOS, Paulo Cesar. **Gramática negra contra a violência de Estado: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018).** 2021. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- REDE ACOLHE. Em busca por justiça. **Investigação dos crimes violentos em Fortaleza: um olhar da Defensoria Pública do Ceará.** Defensoria Pública do estado do Ceará. 2019.

-
- REZENDE, Mateus Alexandre Pratas; FERRAZZA, Daniele Andrade; PRADO, Guilherme Augusto Souza. **A study of the prohibitionist paradigm and the (de) criminalization of marihuana in Brazil.** Revista Polis e Psique, v. 11, n. 2, p. 179-199, 2021.
- RIGON, Bruno Silveira; FRANÇA, Leandro Ayres. **As periferias brasileiras como espaços de exceção: um genocídio cotidiano pela violência policial.** Profanações, v. 1, n. 2, p. 197-218, 2014.
- SANT'ANNA, Natali Cruz de et al. **Violência contra grupos vulnerabilizados: análise da marginalização social da pessoa negra na perspectiva dos direitos humanos pós Constituição Federal de 1988.** 2019.
- SILVA, Ana Paula de Holanda. **O lugar dos conhecimentos africanos e da diáspora nas epistemologias das Ciências Sociais do Ceará.** 2022. 197f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022.
- SILVA, Maria Edna Bezerra; ANUCIAÇÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim. **Violência e vulnerabilização: o cotidiano de jovens negros e negras em periferias de duas capitais brasileiras.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 29, n. 3, p. e04402023, 2024.
- SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo De Souza. **Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada.** Revista de Estudios Sociales, n. 64, p. 15-26, 2018.
- SSPSD. **Indicadores criminais.** 2024. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/estatisticas-2-3/>.
-

CAPÍTULO 2

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA PARA A POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

Carlos Henrique Oliveira da Silva¹

1 INTRODUÇÃO

Mediante a discussão vale ressaltar, a importância das atividades de inteligência sobre a questão do combate do crime organizado. Nessa perspectiva, busca analisar as contribuições do Estado do Ceará nesse propósito do serviço de inteligência como instrumento na atuação da violência.

O cenário da violência no país e no Estado tem causado grande preocupação quanto a criação de estratégias para coibir os atos criminosos. No entanto, a busca por um sistema de inteligência tem sido um trabalho da Segurança Pública do Estado para fortalecer o combate da violência no contexto social.

A pesquisa tem uma abordagem o serviço de inteli-

¹ Graduado pela Universidade Anhanguera em Tecnologia em Segurança Pública; Pós-graduação pela Universidade Anhanguera em Segurança Pública e Sistema Penitenciário; Pós-graduação pela Universidade FAVENI em Segurança Pública na Área de Conhecimento: Negócio, Administração e Direito. Atualmente ocupa a graduação de 3º SGT PM e faz parte do efetivo da 2ª Companhia de Polícia de Guarda - 2ª CPG/ALECE.

gência da Polícia Militar do Estado do Ceará, envolvendo as dificuldades apresentada por esse sistema na questão de controle de combate da criminalidade. Além de permitir reflexões sobre o COIN – Coordenadoria de Inteligência.

Diante dessa discussão faz-se necessário levantar os seguintes questionamentos: Quais estratégias usadas pelo Estado do Ceará como Serviço de Inteligência da Polícia Militar? Como tem sido o trabalho da coordenadoria de Inteligência do Estado? Em meio a esses questionamentos é importante buscar respostas em autores que fundamente esse processo de discussão.

Dessa forma, o estudo tem como objetivo identificar quais são os Órgãos que estão a serviço das atividades de inteligência para o controle e combate da organização criminosa. Analisar o projeto de integração da coordenadoria de inteligência da Polícia Militar.

O trabalho traz como proposta acadêmica científica uma análise no serviço de inteligência da PM do Ceará, buscando observar as contribuições dessa proposta como ferramenta de intervenção que ajuda na diminuição das organizações criminosas.

Contudo, o estudo tem como estratégias metodológica uma análise em revisão bibliográfica e busca através de site e livros analisando o serviço de inteligência da PM no Estado do Ceará. Além de observar as ações de combate para as organizações criminosas. O trabalho está dividido no desenvolvimento teórico que fará uma abordagem sobre o Serviço de inteligência da Polícia Militar

e análise da questão da coordenadoria de Inteligência do Ceará COIN.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1. A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

O serviço da inteligência no contexto da PM do Estado do Ceará deve oportunizar reflexões quanto o propósito no enfrentamento da criminalidade e principalmente na desarticulação das organizações criminosas que vem ganhando espaço na sociedade.

Todavia, sobre essa discussão vale ressaltar, as contribuições do serviço de inteligência como instrumento de possibilidades que deve ajudar na garantia do direito social. Além de promover reflexões que envolve as leis voltada para coibir a criminalidade.

O sentido do termo inteligência que será empregado ao longo do trabalho “engloba as atividades de coleta, análise e interpretação de informações, assim como o produto dessas atividades, buscando o melhor entendimento a respeito de um objeto ou situação, especialmente, mas não exclusivamente, em seu aspecto militar”. (KEEGAN, 2006, p.11)

Dessa forma, no processo histórico da atividade de inteligência voltada para o serviço de segurança, tem repercutido em ações que visa as doutrinas de segurança sobre as motivações do combate da missão e no processo da missão constitucional que visa o trabalho ostensivo da

polícia militar.

As mudanças no contexto da segurança pública devem estar em sintonia com o debate sobre a proposta da inteligência da polícia do Ceará. Além disso, sobre essas questões vale salientar as atribuições dos agentes de segurança envolvendo as políticas de inteligência.

De acordo com Souza Júnior e Loiola (2006, p. 18), “explicam que a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública se baseia nos princípios da Constituição Brasileira, tendo como embasamento o respeito aos direitos sociais e individuais” Nessa perspectiva, observa os elementos que estão configurados como resposta a serviço da Doutrina da Política Nacional de Segurança que envolve o propósito do serviço de Inteligência nas Unidade da Federação.

Dessa forma, observa-se a contribuição da proposta Nacional como instrumento balizador das políticas de Segurança do Estado, pois através desse propósito observa os elementos que se configura como resposta no âmbito da Segurança Pública.

Em relação aos meios utilizados para a efetivação das operações de inteligência, todos os Comandantes afirmaram a necessidade da disponibilidade de mais equipamentos para o desenvolvimento de tais operações. Muitas das operações de inteligência requerem a chamada Inteligência Tecnológica. (FERRO JÚNIOR, 2008, p.175)

Em referência a discussão a respeito do Serviço de Inteligência conduzida pela Política Militar, observa-se os

elementos que caracteriza esse processo quanto as operações de inteligência que envolve o comando e a necessidade de equipamentos que fortaleça as operações com uso da tecnologia.

De fato, a debate tem produzido saberes que sinaliza para o desempenho da Polícia quanto o trabalho envolvendo a inteligência. Além disso, faz-se necessário conhecer os elementos que tem as configurações sobre o processo de inteligência que visa um trabalho integrado com a sociedade.

Conforme Couto (2006), “por sua vez, busca traçar uma distinção entre inteligência policial que estar relacionada ao trabalho de coleta de informações e análises de dados estatísticos”. Dessa forma, a política de inteligência deve visa estabelecer uma conexão entre a coleta de informações e análise de dados estatísticos para poder fomentar o serviço de inteligência.

Com este proposito observa-se os argumentos voltado para política de fortalecimento que indica as ações quanto ao projeto da policia de inteligência mediada no Estado do Ceará. Além disso, busca compreender a relação do serviço de inteligência com o trabalho ostensivo da polícia.

O fato de se coordenar a atividade de inteligência e a atividade policial para a luta contra o outrora inimigo interno gerou uma tradição de coordenação da atividade informativa de todo tipo, sem distinguir quando se tratava de atividade policial ou atividade de inteligência (UGARTE: 2013, p.XXXIII).

Nesse percurso vale salientar, as atribuições da Política Militar quanto o projeto de integração e serviço de Inteligência como sendo responsável para o controle e combate das organizações criminosas. Além de oportunizar reflexões quanto ao processo de informação e análise dados.

Com este propósito observa-se os elementos configurados como resposta a sociedade, envolvendo a propósito de diminuição da violência nas comunidades e nos espaços de cidadania. De fato, esse sistema de inteligência deve oportunizar estratégias para coibir a violência na sociedade.

O entendimento do projeto do serviço de inteligência da Polícia Militar como referência as atribuições do Estado em volta da discussão que reafirma um trabalho direcionado para as políticas de informações e coleta de dados sobre a questão da violência na sociedade.

Além disso, observa os elementos que tem oportunizado as reflexões quanto o trabalho com as diferentes situações, que envolve o Serviço de Inteligência e as ramificações que proporciona um trabalho efetivo da Polícia Militar na sociedade.

Para Ratcliffe (2008), “o modelo clássico de inteligência policial sempre esteve a serviço da investigação criminal. Por essa razão, há autores que dividem a inteligência entre policial (mais preventiva) e criminal (mais focada na detenção)”. Essa referência sobre a questão da inteligência policial traduz os elementos que visa um trabalho de análise de informações que produz as estratégias

necessário para a condução no trabalho de inteligência.

Nessa perspectiva, pontua-se as ações que visa um trabalho de cidadania quanto ao projeto de investigação sobre a inteligência. De fato, o trabalho da Polícia Militar tem seu debate fortalecida com as questões que envolve a dinâmica dos PM do Estado do Ceará.

No entanto, sobre essa discussão, vale salientar as atribuições da Coordenadoria Integrada de Inteligência (Coin) que integra ao Sistema de Inteligência de Segurança Pública e Defesa Social do Estado. Para tanto, esse discurso trabalho como referência essa integração que envolve o Coin, mas disseminado com as ações de integração da PM.

De acordo com Mingardi (2006, p.67) “faz uma articulação entre a atividade de inteligência e o combate ao crime organizado”. Dessa forma, o processo da Coordenadoria Integrada de Inteligência como referência o avanço de ações para conter a crime organizado e suas ações sobre a sociedade.

Dessa forma, faz-se necessário entender as alternativas utilizadas para o processo de contribuição que visa a Coordenadoria de Inteligência da PM do Estado do Ceará que busca um trabalho articulado e integrado sobre as situações que eleva a estrutura do crime organizado. Todavia, o Estado do Ceará tem em sua referência propor estratégias para qualificação a Polícia para coibir essas situações de violência na sociedade.

2.2 CONTRIBUIÇÃO DA COORDENADORIA

INTEGRADA DE INTELIGÊNCIA (COIN) PARA PM

A proposta da Coordenadoria Integrada de Inteligência (Coin) sobre a referência da Segurança Pública tem sua afirmação fortalecida pela criação da Lei que firma o compromisso de uma Polícia Militar, capaz de trabalhar dentro de um processo de inteligência que visa um trabalho ostensivo, mas principalmente reforçado com as ações do Coin na Sociedade.

No entanto, Lei N° 14.282, DE 23.12.08 (D.O. 29.12.08) estabelece em seu Art. 1° e § 1° a implicações do serviço de Inteligência no contexto social. Além disso, vale refletir sobre o seguinte:

Art. 10 Fica criado, no âmbito do Governo do Estado do Ceará, o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública e Defesa Social – SEISP, subordinado ao Secretário da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS, tendo como órgão central a Coordenadoria de Inteligência – COIN, com o objetivo de coordenar e integrar as atividades de Inteligência de Segurança Pública desenvolvidas em nível estadual, visando assessorar o Secretário da Segurança Pública e Defesa Social no processo decisório pertinente à Segurança Pública e Defesa Social e, quando for o caso, ao Governador do Estado.

§ 1° Integram o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública – SEISP, a COIN e os órgãos centrais de Inteligência da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.

Nesse contexto, o processo de informações e coleta

de dados para análise tem sido uma das referências do trabalho da Coordenadoria de Inteligência que envolve a dimensão de uma sociedade segura, mas sempre observando o processo de assessoria que envolve a Segurança Pública e Defesa Social.

De fato, esse processo possibilita a integração entre o Sistema de Segurança e o processo de fortalecimento que ajude no debate e nas estratégias sobre o contexto da Polícia Militar e suas interferências que envolve o a integração do Sistema de Segurança na sociedade.

Dessa forma, o Coim busca coordenar e integrar as ações de inteligência que envolve a Segurança Pública do Estado, mas sobre a visão estratégias que potencializa as descobertas quanto ao processo de integração que promove diversas atividades relacionada a segurança.

Para tanto, o paragrafo 3º traz como reflexão o processo de integração das atividades da Polícia Militar envolve as situações da Segurança Pública. Dessa forma, observa nesse contexto a seguinte proposta: De acordo com o § 3º “A COIN, como Núcleo de Gerenciamento do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública, exerce subordinação técnica e doutrinária sobre os órgãos integrantes do SEISP, com o objetivo de coordenar e integrar as ações de Inteligência de Segurança Pública no Estado do Ceará”.

O gerenciamento do Serviço de Inteligência da Polícia Militar deve ter seu espaço relacionado a coordenação de técnica motivada pelas doutrinas e pelos órgãos de integração que envolve as garantias de direitos revelado

pelo enfrentamento da violência no espaço social.

Todavia, sobre essa discussão observa a contribuição do Coin como instrumento de possibilidades que interfere nas atividades da PM do Ceará, mas sobre olhar estratégico que evidência a instrumentalização de políticas que visa a garantia dos direitos da comunidade.

Coordenadoria Integrada de Inteligência, órgão ligado diretamente ao seu gabinete. A ordem é atuar com Inteligência para prender assassinos e, assim, acabar com a sensação de impunidade que estimulava os homicidas. Com a retomada dos setores de Inteligência nas companhias e batalhões da PM, os assassinatos começaram a cair. E aqueles que eram praticados, seus autores rapidamente identificados ou mesmo presos em flagrante (RIBEIRO, 2011, p. 11)

Com as evidências e o controle da Coordenadoria Integrada de Inteligência, vale ressaltar suas atribuições quanto a busca de informação e análise de dados com intuito de esclarecer determinadas situações. Além de promover retomadas de setores das inteligências com foco na segurança.

Nessa perspectiva, observa as atividades que envolve a inteligência, mas sobre a identificação de determinadas situações que traz como reflexos as atitudes e controle das organizações criminosas e seus reflexões no contexto da sociedade, sobre ajuda das Polícias Militares.

Com essa referência do trabalho de inteligência observa essa ação como importante instrumento para possibilitar e garantir uma estrutura de articulação e integração da Polícia com outros órgãos a serviço da Seguran-

ça. Com essa motivação, faz-se necessário observar as atividades já desenvolvida com ajuda da coordenadoria Integrada de Inteligência (COIN). Nessa parceria, vale ressaltar algumas ações conjuntas integrada ao Serviço de Inteligência da PM.

Os trabalhos ostensivos foram realizados por equipes da Polícia Civil do Estado do Ceará (PC-CE); por meio da Delegacia Metropolitana de Maranguape, Departamento de Polícia Judiciária da Região Metropolitana (DPJM) e Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Departamento de Inteligência Policial (DIP), além da Subagência de Inteligência do 24º Batalhão da Polícia Militar (24º BPM), do Batalhão de Policiamento do Interior (Bepi), do Comando Tático Motorizado (Cotam) da Polícia Militar do Ceará (PMCE), e da Coordenadoria de Inteligência da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (Coin/SSPDS, 2023).

Toda essa ação faz parte de um conjunto de integração que visa um trabalho ostensivo a serviço da desarticulação das organizações criminosas. Nessa perspectiva, faz-se necessário reconhecer o trabalho da Coordenadoria de Inteligência da Segurança Pública e Defesa Social.

Nesse processo observa-se a questão das políticas de Segurança a serviço de uma ação conjunta que tem suas motivações, no entorno de determinadas estratégias de policiamento que envolve o Departamento de Homicídios e Proteção às pessoas. Além de fortalecer o trabalho da PM no contexto social.

Como resposta a essa discussão vale ressaltar, as atribuições da Coordenadoria de Inteligência e as ações

que vem sendo fortemente desenvolvida pelo comando Tático, batalhão de policiamento e departamento de Polícia. Esse conjunto ações fortalece o trabalho da Polícia quanto o trabalho de inteligência.

Os trabalhos ostensivos da Polícia refletiram sobre o projeto de articulação integrada envolvendo as políticas estratégicas que fomentou as ações voltada para ações de inteligência sobre os cuidados da Segurança Pública com olhar fortalecimento pelo intercâmbio da Coordenadoria inteligência.

Sobre essa perspectiva, vale ressaltar a cultura organizacional e o dispositivo policial que vem fortalecendo autonomia da investigação e informação que estão articulada o projeto de inteligência. Além de proporcionar as reações necessárias quanto aos elementos que visa um trabalho sistematizado no campo social.

A qualificação e motivação ao Policial quanto aos dispositivos que envolve o conhecimento e seu progresso nas ações voltada para um trabalho conjunto, observa-se as estratégias a serviço das ações ostensiva do policiamento sobre o controle da violência na sociedade.

3 CONCLUSÃO

Ao longo do estudo observou-se os resultados envolvendo a importância do Serviço de Inteligência para a Polícia Militar do Ceará. Sobre essa experiência percebeu-se os elementos que ajuda no processo de transformação no projeto de Segurança Pública.

Essa realidade da pesquisa mostrou o quanto se faz necessário as políticas de Coordenadoria que envolve a inteligência que vem sendo desenvolvida pela Polícia Militar do Ceará. Com este trabalho vale salientar as atribuições do Coin com instrumento de possibilidade para um controle da violência.

Por meio dessa reflexão analisou-se as atribuições do Serviço de Inteligência sobre os argumentos da política de desenvolvimento apontou o processo de coordenadoria de inteligência como ferramenta de possibilidade para o controle da violência e crime organizado.

Nesse intuito a proposta da pesquisa revelou-se as ações conjunto da Polícia Militar com os órgãos de integração que envolve os instrumentos de possibilidades no projeto de Segurança com a visão de qualificar os espaços de violência e controlar principalmente as questões do crime organizado.

Dessa forma, o estudo ainda buscou analisar os instrumentais quanto as políticas de desenvolvimento sobre os argumentos da Segurança Pública e a coordenadoria de inteligência quanto a efetivação da Polícia Militar no controle das ações integradas.

Sobre essa perspectiva, o trabalho buscou-se analisar as estratégias utilizadas pela segurança pública e coordenadoria de Inteligência sobre as argumentações que envolve o projeto de enfrentamento da violência sobre o olhar das políticas de fortalecimento.

Contudo, as ações desenvolvidas ao longa da pesquisa oportunizaram-se discussões que evidenciaram o um

trabalho efetivo e integrado da Segurança Pública e Coin Coordenadoria de Inteligência que tem como propósito as ações ostensivas para coibir as violências no contexto social.

REFERÊNCIAS

CEARÁ, **Bancos Eletrônicos de Leis Temática**. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/trabalho-administracao-e-servico-publico/item/321-lei-n-14-282-de-23-12-08-d-o-29-12-08>. Acesso em 12. Dez. 2023.

CEARÁ, **Forças de Segurança do Ceará capturam quarteto suspeito de envolvimento em ocorrência com mortes em Maranguape, SSPDS, 2023**. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2023/11/14/forcas-de-seguranca-do-ceara-capturam-quarteto-suspeito-de-envolvimento-em-ocorrencia-com-mortes-em-maranguape/>. Acesso em: 19. Dez. 2023.

COUTO, M. A. **Investigação policial e inteligência policial**. Revista Jus Navegandi. Online. <http://jus.com.br/revista/texto/15084/investigacao-policial-e-inteligencia-policial/>. Acesso em 20. 12.2023.

FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. **A Inteligência e a gestão da informação policial: conceitos, técnicas e tecnologias definidos pela experiência profissional acadêmica**. Brasília: Fortium Editora, 2008.

KEEGAN, John. **Inteligência na guerra: conhecimento do inimigo, de Napoleão à AlQaeda**; tradução

de S. Duarte. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MINGARDI, Guaracy. 2006. “**Inteligência policial e crime organizado**”. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (org.). Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel? São Paulo: Contexto. pp.41-52.

RATCLIFFE, Jerry. 2008. **Intelligence-led policing**. Oregon: Willan Publishing.

RIBEIRO, Fernando. 2011. “**Bezerra comemora queda nos índices de assassinatos**”. In: Diário do Nordeste: Fortaleza, Caderno Polícia p. 11.

SOUZA JÚNIOR, Antônio Pessoa de; LOIOLA, Constantino Emiliano. **A viabilidade do compartilhamento do conhecimento no âmbito dos órgãos de inteligência da SESED/RN**. Paraíba, 2006. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais). Centro de Ensino da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

UGARTE, José Manuel. **Control público de la actividad de inteligencia: Europa y América Latina, una vision comparativa**. In: POST-GLOBALIZACIÓN: REDEFINICIÓN DE LA SEGURIDAD Y LA DEFENSA REGIONAL EM EL CONOSUR, 2002. Anais [...]. Buenos Aires: Centro de Estudios Internacionales para el Desarrollo, 2013, p.6-7. z

CAPÍTULO 3

FEMINICÍDIO NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ: OS DESAFIOS PARA A PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO

Adelia Paula Damasceno Gonçalves Thomeny¹

1 INTRODUÇÃO

O feminicídio, definido como o assassinato de mulheres em razão de seu gênero, é um fenômeno alarmante que representa uma das formas mais extremas de violência de gênero. No contexto do estado do Ceará, a incidência de feminicídios tem revelado desafios preocupantes para a segurança pública. De acordo com dados da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp), o Ceará registrou 42 feminicídios no ano de 2023, representando um aumento de 44,8% em comparação com o ano anterior, 2022, que teve 29 crimes. Até então, o ano com o maior número de feminicídios no estado era 2019, com 34 casos (Borges, 2024).

¹ Pós-Graduada em Segurança Pública e Cidadania pela FACUMINAS. E-mail: adelia_paula@hotmail.com.

Diante desse panorama, o estudo dos desafios para a prevenção e enfrentamento do feminicídio no Ceará é essencial para compreender as limitações das estratégias atuais e propor melhorias. A segurança pública, enquanto um dos pilares da proteção dos direitos humanos, deve ser analisada sob a efetividade de suas ações e da adequação das políticas públicas em vigor.

A relevância do estudo consiste em ampliar o conhecimento sobre como a segurança pública no estado do Ceará tem olhado de forma efetiva ao combate ao feminicídio e suas políticas públicas de proteção a essas mulheres vítimas de tamanha violência.

O problema de pesquisa consiste em investigar quais os desafios para a prevenção e enfrentamento do crime de feminicídio no contexto da segurança pública no Ceará?

Para resolver esse problema temos como objetivo geral: analisar os desafios para a prevenção e enfrentamento do crime de feminicídio no contexto da segurança pública no Ceará e como objetivos específicos: conceituar feminicídio e seu regramento com base na legislação, analisar o instituto da Segurança Pública e identificar as políticas de prevenção e enfrentamento do crime de feminicídio no estado do Ceará.

Os tópicos estão distribuídos em seis partes, a primeira consta a introdução, a segunda discorre sobre analisar os conceitos de feminicídio e seu regramento com base na legislação, a terceira será feita uma abordagem de forma sucinta sobre o instituto da Segurança Pública,

a quarta será uma análise sobre as políticas de prevenção e enfrentamento do crime de feminicídio no estado do Ceará, a quinta o procedimento metodológico da pesquisa e por fim as considerações finais.

Neste estudo foi utilizado uma pesquisa com objetivos descritivos, com procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental através da utilização de livros, artigos, bem como legislações pertinentes ao objeto de estudo.

2 CONCEITOS DE FEMINICÍDIO E A LEGISLAÇÃO

O feminicídio é um crime de ódio contra as mulheres, caracterizado pelo assassinato de uma mulher por razões de gênero. É uma forma extrema de violência de gênero que ocorre em um contexto de relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Para combater esse grave problema, a legislação tem desempenhado um papel importante, buscando promover a justiça e a igualdade de gênero.

Conforme Bezerra (2022) a palavra feminicídio resulta da junção de dois termos: "femen" (mulher, em latim) e "cidium" (ato de matar). Assim como o suicídio é a morte causada pela própria pessoa, o feminicídio é o assassinato de uma mulher pelo simples fato de ela ser mulher. O termo foi criado em 1976 pela autora sul-africana Diana Russell. A expressão se aplica tanto ao homicídio praticado por um parente próximo da vítima, que

representa 38% dos casos, quanto ao cometido por um desconhecido.

O termo "feminicídio" surgiu no cenário do movimento feminista durante a década de 1970, representando uma nova abordagem para caracterizar as mortes de mulheres resultantes de homicídio, devido à sua condição social de gênero. Surgiu como uma resposta à aparente neutralidade da palavra "homicídio", que foi utilizada para descrever assassinatos sem considerar as diferenças relacionadas ao sexo e ao gênero das vítimas. O conceito de feminicídio, também conhecido como "femicídio" em inglês, é dinâmico-se como um neologismo que passou a desafiar as bases da epistemologia dos direitos humanos (Romio, 2019).

O feminicídio ocorre quando uma mulher perde a vida nas mãos de seu parceiro afetivo, ex-parceiro, ou mesmo um desconhecido, devido à crença de que ela é sua propriedade. Esse crime encontra sua base na misoginia, que se manifesta como um profundo ódio em relação às mulheres e ao universo feminino (Bezerra, 2022).

A misoginia é um sentimento de desprezo ou de raiva contra mulheres. A misoginia também pode se manifestar na forma de preconceitos variados, como julgamentos a respeito de suas atitudes, opiniões ou modo de vida. Outra característica marcante da misoginia é o tratamento desigual que é dado a homens e mulheres, chamado de desigualdade de gênero (Lenzi, 2019).

Noronha (2018) afirma que a palavra misoginia tem suas raízes no idioma grego e significa o ódio às mulheres.

Diferencia-se do machismo por conter um forte componente emocional de repulsa e aversão. Geralmente, surge durante a fase de construção da identidade masculina e é muitas vezes um resquício da dificuldade em lidar com sentimentos ambíguos de amor e ódio em relação às figuras parentais. Também pode indicar insegurança em relação à própria masculinidade, levando ao desejo de ser cruel com as mulheres. Alguns estudiosos ressaltam que a misoginia se aplica especificamente àquelas que não correspondem a um certo "ideal" do que significa ser mulher, como ser uma boa mãe ou esposa. Quando a aversão é direcionada aos homens, é denominada misandria.

Conforme Aidar (2011) misoginia é definida como o ódio às mulheres. O termo tem origem grega, derivando das palavras "miseó", que significa "ódio", e "gyné", que significa "mulher". Esse conceito abrange sentimentos de desprezo, preconceito, repulsa e aversão às mulheres e ao que é relacionado ao feminino. A misoginia se manifesta em diversas sociedades e culturas por meio de comportamentos agressivos, depreciação, violência sexual, objetificação do corpo feminino e assassinato de mulheres (feminicídio).

O machismo, por exemplo, põe os homens numa posição de superioridade, reforçando a desigualdade de gênero. Esses fatores, aliados com outros como a violência doméstica e a falta de oportunidades e de inclusão social, desenvolvem um ambiente que torna mais fácil haver ocorrências de feminicídio (Sousa, 2023).

Conforme Noronha (2018) o termo machismo tem sua origem em uma palavra latina (macho) e refere-se principalmente à valorização do sexo masculino em relação ao feminino, manifestada por comportamentos, opiniões e sentimentos que afirmam a desigualdade de direitos entre os dois sexos. Dessa forma, uma pessoa é considerada machista quando julga a mulher como inferior ao homem em aspectos físicos, culturais e intelectuais. As piadas comuns que afirmam "lugar de mulher é na cozinha" ou "mulher só sabe pilotar fogão" exemplificam esse tipo de atitude. O machismo desmerece a mulher em relação ao homem e é uma das principais causas do feminicídio, pois perpetua a crença de que, em um relacionamento, o parceiro é o "dono" da parceira.

Os termos "misoginia", "machismo" e "sexismo" estão relacionados, pois todos se baseiam na depreciação do gênero feminino. A misoginia é uma aversão patológica às mulheres, frequentemente enraizada em questões psicológicas profundas e na má elaboração da própria sexualidade do indivíduo que a manifesta. O machismo, por sua vez, se apresenta de forma mais naturalizada, sustentando a ideia de superioridade masculina. Essa concepção se reflete na sociedade de diversas maneiras, incluindo formas sutis como piadas. O sexismo ocorre quando uma pessoa acredita que certos "papéis" são inerentes a um determinado gênero, promovendo a ideia de que homens e mulheres devem assumir funções específicas (Aidar, 2011).

Noronha (2018) afirma que o sexismo, em sua es-

sência, refere-se a uma atitude discriminatória que estabelece quais normas e comportamentos são adequados para cada sexo, desde a maneira de se vestir até o comportamento social. Além disso, abrange a ideia de que os homens são superiores e mais competentes do que as mulheres, uma concepção que se assemelha ao machismo, mas vai além. Ser sexista não é exclusividade de homens heterossexuais, já que mulheres ou pessoas gays também podem adotar esse discurso. De maneira geral, a sociedade é permeada pelo sexismo e educa as crianças de forma a reproduzir modelos binários nos quais um sexo é visto como complementar ao outro. Ter receio de que um menino "vire gay" por brincar com bonecas é um pensamento sexista.

Da mesma forma, expressões como "homens são de Marte, mulheres são de Vênus" são sexistas por impor expectativas rígidas sobre os comportamentos e características de cada sexo. Outro exemplo é a tendência de sempre colocar as mulheres na posição de vítimas, o que perpetua uma noção de submissão contínua. Uma das consequências da cultura sexista é a homofobia, além da desigualdade de poder, oportunidades e salários que homens e mulheres enfrentam no mundo profissional (Noronha, 2018).

Para Prateano (2017) em uma sociedade onde o machismo e a misoginia são fundacionais e estruturantes das nossas relações e experiências, a violência contra a mulher é algo naturalizado no cotidiano. Para romper com essa mentalidade, é necessário desaprender a miso-

ginia e se educar para a equidade e a justiça. Isso envolve abordar o tema em sala de aula, produzir estatísticas que fundamentem políticas públicas e realizar campanhas direcionadas a toda a população.

O vocábulo "femicídio" foi elaborado durante o julgamento de crimes contra mulheres ocorridos em Bruxelas, no ano de 1976. Essa utilização teve como propósito destacar as distinções que existem entre os homicídios envolvendo vítimas femininas e aqueles com vítimas masculinas. Diana Russell foi pioneira ao conceituar o "femicídio" como o desfecho de uma violência contínua que, em última instância, resultou na morte das mulheres afetadas (Caicedo-Roa; Bandeira; Cordeiro, 2022).

Desde sua criação, o termo "femicídio" começou a ser utilizado e se popularizou, pois denuncia a manifestação violenta da misoginia que resulta na morte de mulheres. O termo foi adotado em diversos âmbitos, como o acadêmico, o político, o legislativo, o literário, o artístico e o político, para denunciar as formas de violência letal contra as mulheres e meninas. Rapidamente, ele se legitimou como um conceito importante para compreender e combater a violência de gênero (Caicedo-Roa; Bandeira; Cordeiro, 2022).

Feminicídio consiste no homicídio de uma mulher unicamente em virtude de seu gênero. Este crime pode ocorrer como desdobramento de situações de violência doméstica, em contextos de relacionamentos íntimos, bem como em outros casos que se caracterizam como atos de ódio dirigidos especificamente contra mulheres

(Bezerra, 2022).

O feminicídio é o crime em que a vítima de homicídio é mulher, sendo justamente sua condição de mulher o fator determinante para a ocorrência do crime. O feminicídio (ou femicídio) considera em seu conceito que a motivação do homicídio acontece por desprezo ou discriminação da mulher (Lenzi, 2019).

Lenzi (2019) afirma que existem dois tipos principais de feminicídio, diferenciados pela motivação do crime: feminicídio doméstico e feminicídio sexual. O feminicídio doméstico geralmente ocorre no ambiente familiar, resultando de uma relação de intimidade entre o agressor e a vítima. No entanto, isso não significa que o feminicídio doméstico acontece apenas entre casais; pressupõe-se a existência de uma relação de proximidade ou intimidade entre a vítima e o autor do crime. O feminicídio sexual, por outro lado, ocorre em conjunto com um crime de natureza sexual. Segundo a ONU Mulheres, esse tipo de feminicídio é definido como "a morte de uma mulher cometida por um homem desconhecido, com quem a vítima não tinha nenhum tipo de relação".

De acordo com Bueno e Sobral (2023) os dados do Monitor da Violência indicam novamente um aumento no número de vítimas de feminicídio no Brasil. Em 2022, pelo menos 1.410 mulheres foram assassinadas devido ao seu gênero, representando um aumento de 5,5% em relação a 2021, quando foram registrados 1.337 casos. O número de mulheres vítimas de homicídio também cresceu, passando de 3.831 em 2021 para 3.930 em 2022,

uma variação de 2,6%.

A Costa Rica foi pioneira ao promulgar uma legislação específica contra o feminicídio em 2007, enquanto o Brasil seguiu o mesmo caminho em 2015, estabelecendo uma lei dedicada ao homicídio de mulheres. Infelizmente, a triste estatística de feminicídios é liderada pelo continente latino-americano, com destaque para países como El Salvador, Honduras e Guatemala (Bezerra, 2022).

O crime de feminicídio foi definido no Brasil no ano de 2015. A lei nº13.104/2015 alterou o Código Penal e tipificou a conduta. Além disso, o feminicídio é considerado um crime hediondo (previsto na lei nº8.072/90), ou seja, faz parte da lista de crimes que são mais graves por causarem maior indignação ou comoção social. A classificação do feminicídio como crime hediondo faz com que a conduta seja tratada pela Lei Penal de forma mais rigorosa (Lenzi, 2019).

Conforme o Código Penal de 1940, Feminicídio:

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

VII - contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição:

VIII - com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido:

Homicídio contra menor de 14 (quatorze) anos

IX - contra menor de 14 (quatorze) anos:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

§ 20-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

§ 2º-B. A pena do homicídio contra menor de 14 (quatorze) anos é aumentada de:

I - $1/3$ (um terço) até a metade se a vítima é pessoa com deficiência ou com doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade;

II - $2/3$ (dois terços) se o autor é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela.

III - $2/3$ (dois terços) se o crime for praticado em instituição de educação básica pública ou privada (Brasil, 1940).

Para Bezerra (2022, p. 225) os tipos mais comuns de feminicídio reconhecidos são:

1. Íntimo e Familiar - é caracterizado pelo homicídio cometido pelo companheiro ou ex-companheiro da vítima, independentemente da relação legal entre eles. Enquanto isso, o feminicídio no

âmbito familiar ocorre quando a mulher é assassinada por parentes ou amigos próximos, dentro do seu círculo familiar.

2. Lesbicídio - trata-se do homicídio de mulheres lésbicas ou bissexuais, cujas mortes são, em muitos casos, interpretadas como uma forma de punição por sua coragem em assumir sua orientação sexual. É relevante ressaltar que, em 75 países, as relações homossexuais são proibidas, e em algumas nações, como Irã, Arábia Saudita, Iêmen e Sudão, a pena de morte é uma possibilidade prevista para tais casos.

3. Femicídio racial - o feminicídio racial é mais comumente observado em situações de conflito, onde ocorre o assassinato de mulheres pertencentes a uma etnia ou grupo específico. As mulheres, muitas vezes, sofrem de maneira distinta em tempos de guerra em comparação com os homens, já que estão mais expostas à violência sexual perpetrada por soldados.

4. Femicídio em série - quando um indivíduo assassina múltiplas mulheres com o intuito de obter prazer sexual, tais crimes geralmente são perpetrados por psicopatas que demonstram graves deficiências na capacidade de sentir empatia em relação ao próximo.

Para combater o feminicídio e instaurar a igualdade de gênero, deve haver o envolvimento de medidas legais, sociais e educacionais. A Lei Maria da Penha, por exemplo, se trata de um instrumento jurídico do Brasil, criado com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa lei estabelece medidas protetivas e

garante assistência jurídica às vítimas (Sousa, 2023).

A taxa de 56% é cinco vezes maior que a dos homens: apenas 11% dos homicídios contra indivíduos do sexo masculino ocorrem na esfera privada, segundo o documento divulgado às vésperas de 25 de novembro, Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra a Mulher (BBC News Brasil, 2022).

Não se trata, portanto, de crimes passionais que ocorrem de forma repentina, mas sim do resultado de uma escalada de diferentes formas de violência. Essa escalada geralmente começa com ofensas e humilhações, ciúmes excessivos e violência patrimonial, e evolui para a violência física. O desafio não parece estar na falta de leis penais ou outras medidas legislativas, que avançaram significativamente desde a aprovação da Lei Maria da Penha em 2006. As medidas protetivas de urgência, por exemplo, são um mecanismo importante para proteger mulheres em situação de violência. No Estado de São Paulo, o Raio-X do Femicídio, elaborado pelo Ministério Público, revelou que apenas 3% das vítimas tinham uma medida protetiva de urgência, e 4% das vítimas de feminicídio consumado haviam registrado um boletim de ocorrência contra o autor devido à violência doméstica. No Distrito Federal, uma pesquisa similar indicou que 72% das vítimas de feminicídio não haviam denunciado seus companheiros por violência física ou psicológica. Isso demonstra que a maioria das vítimas sequer procurou ajuda do Estado (Bueno; Sobral, 2023).

2 O INSTITUTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança Pública é um conceito que engloba as ações e medidas tomadas pelo Estado e suas instituições com o objetivo de garantir a proteção, a ordem e a tranquilidade da sociedade como um todo. É um campo de atuação que visa prevenir e combater a criminalidade, proteger os direitos e a integridade dos cidadãos, bem como manter a paz e a estabilidade social.

De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal de 1988: segurança pública, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícias Civis; Polícias militares; e Corpos de Bombeiros Militares. A Polícia Federal é subordinada ao Governo Federal (Ministério da Justiça). Já as polícias militares e corpos de bombeiros militares, juntamente com as polícias civis, são subordinadas aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Os Municípios poderão constituir Guardas Municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações (Brasil, 1988).

O conceito de segurança pública a nível internacional vem sendo compreendido sob uma perspectiva mais complexa do que em anos anteriores. Isso porque, a segurança pública vai além da esfera policial, incluindo problemas que tem impacto direto na vida das pessoas,

como a violência de gangues, a criminalidade, o tráfico de drogas, armas e de seres humanos (Rodrigues, 2009).

A segurança pública assumiu um papel fundamental no Estado Democrático de Direito, não devendo ser compreendida, de forma equivocada, como restrição de direitos de liberdade e garantias, mas deve ser compreendida como meio de garantir o exercício dos demais direitos e liberdades fundamentais, possibilitando um convívio pacífico e harmonioso em sociedade (Valente, 2012).

Segundo Souza (2008), a segurança pública pode ser compreendida como proteção da existência do Estado Democrático de Direito, agindo na segurança externa e interna do país. Está efetivada pelos órgãos policiais elencados no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, podendo, em casos excepcionais, ser exercida pelas forças armadas. No tocante a segurança externa a competência é das forças armadas.

É evidenciado que a Constituição de 1988 afirma que a responsabilidade não é só do Estado, a segurança é um dever e um direito de toda a sociedade. Cada cidadão é responsável por sua segurança e de seu próximo. O Estado será a figura principal, contudo, não isenta o cidadão de sua responsabilidade.

3 AS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO CRIME DE FEMINICÍDIO NO ESTADO DO CEARÁ

De acordo com Borges (2024) desde que a Secretaria

da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS) começou a contabilizar feminicídios como uma tipificação criminal há seis anos, o Estado do Ceará e a capital Fortaleza registraram os maiores números de crimes de mortes de mulheres em razão do gênero em um único ano, em 2023. Conforme dados da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp), foram registrados 42 feminicídios no Ceará no ano passado, representando um aumento de 44,8% em comparação com o ano anterior, 2022, que teve 29 crimes. Até então, o ano com o maior número de feminicídios no estado era 2019, com 34 casos.

A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará afirmou, em nota, que "atua, por meio de suas vinculadas, no combate à violência de gênero em todo o Ceará. Para isso, realiza ofensivas, investimentos, estudos estratégicos e formações contínuas para os servidores, com o objetivo de aprimorar cada vez mais os esforços no acolhimento às vítimas e na responsabilização dos investigados" (Borges, 2024).

A rede de proteção e apoio às mulheres cearenses agora conta com a parceria de 123 municípios no programa Ceará por Elas, desenvolvido pelo Governo do Estado por meio da Secretaria das Mulheres. As onze novas adesões foram formalizadas em Fortaleza, com a presença da vice-governadora e secretária das Mulheres, Jade Romero, além de prefeitos e outras autoridades. Lançado em 2023, o Ceará por Elas é uma iniciativa pioneira que fortalece a rede e as políticas públicas de proteção e apoio

às mulheres. O programa está estruturado em três eixos: Mulher Segura, Mulher Protagonista e Mulher Empreendedora (Ceará, 2024).

A proposta é que os municípios desenvolvam dez estratégias principais nessas áreas. Em contrapartida, o Estado oferece apoio com a entrega de viaturas da Patrulha Maria da Penha e kits Athena (compostos por computadores, monitores, acessórios e mobiliário), além de fornecer um sistema de integração estadual para atendimento especializado às mulheres em situação de violência (Ceará, 2024).

O prefeito de Santana do Cariri, Samuel Werton, foi um dos gestores a aderir à iniciativa. Segundo ele, a parceria é fundamental para que os municípios ampliem o atendimento às mulheres, especialmente no Cariri, uma região que luta contra um histórico de violência de gênero. “É muito simbólico, porque Santana do Cariri hoje é conhecida dentro e fora do estado pela Menina Benigna, a primeira santa cearense. A Menina Benigna foi vítima de violência. Ela era uma menina, uma adolescente, que resistiu a um assédio e foi martirizada”, ressaltou (Ceará, 2024).

Santana do Cariri, inclusive, conta com uma Sala Lílãs implantada desde março de 2023. Este espaço oferece atendimento especializado e humanizado às mulheres vítimas de violência física, sexual, psicológica, moral e patrimonial. “Cabe a nós, gestores, lutar para amenizar essa violência contra as mulheres. Queremos reduzir os índices de violência com essa rede, proporcionando mais

informação e trabalho nas escolas e na Câmara Legislativa. Quanto mais informação as mulheres têm, mais elas sabem que contam com uma rede de proteção”, completou o gestor (Ceará, 2024).

Outro equipamento promovido pelo programa Ceará por Elas é a Casa da Mulher Municipal, um modelo local inspirado nos serviços da Casa da Mulher Brasileira e da Mulher Cearense. Na Serra da Ibiapaba, Ibiapina foi uma das primeiras cidades a implementar esse equipamento em 2023. O prefeito Marcos Antônio Lima, conhecido como Marcão, comentou sobre a adesão do município à rede (Ceará, 2024).

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi classificada quanto aos objetivos como descritiva, quanto à abordagem qualitativa, quanto aos procedimentos bibliográfica e documental, através da utilização de livros e artigos pertinentes ao objeto de estudo.

Botelho e Cruz (2013, p. 39) afirmam que pesquisa científica é:

Podemos afirmar, de forma simples, que é toda atividade realizada para se descobrir a resposta de alguma indagação que temos a respeito de um assunto. Para obter a resposta, precisamos utilizar alguns meios que têm o respaldo nas ciências, pois se não for assim, não teremos dados finais confiáveis.

Leite aponta metodologia científica como “[...] a ci-

ência do método, ou que estuda os métodos, ou noutro sentido que é o conjunto de métodos que serve ao trabalho científico: acadêmico, de graduação ou de pós-graduação” (Leite, 2008, p. 101).

“As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2002, p. 42).

De acordo com Tumelero (2018) o conceito de pesquisa descritiva, como o próprio nome sugere, pode ser descrito como o desejo de explicar a realidade. Pesquisas de opinião, pesquisas, análises de mercado e pesquisas governamentais são exemplos de pesquisas nesta categoria.

Machado (2021) afirma que a pesquisa qualitativa envolve a análise de evidências verbais e visuais para obter uma visão mais profunda compreensão de um tema. Portanto, os resultados são derivados de dados reais obtidos de forma sistemática.

Conforme Gil (2002) a análise qualitativa é menos formal do que análise quantitativa porque as etapas desta última são mais fáceis de explicar. A qualidade da análise depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados recolhidos, o tamanho da amostra, os instrumentos de investigação e os pressupostos subjacentes à investigação.

Mazzolim (2018), afirma que a pesquisa qualitativa é usada compreender as percepções dos participantes sem compará-las. Neste caso, visa - se a avaliação subjetiva,

que irá determinar a percepção dos produtos, serviços e empresas de forma a tornar visíveis interesses, comportamentos e tendências.

Severino (2013, p. 76) afirma que:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Botelho e Cruz (2013, p. 58) apontam que “a pesquisa bibliográfica visa o conhecimento e análise das principais teorias relacionadas a um tema e é parte indispensável de qualquer tipo de pesquisa, podendo ser realizada com diferentes finalidades”.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 2008, p. 51).

Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 60), conceituam que: "A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema

a partir de referências técnicas publicadas em artigos, livros dissertações e teses".

A pesquisa bibliográfica é realizada com base em materiais já existentes, principalmente livros e artigos científicos. Embora quase todos os estudos exijam algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas que são desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Muitos estudos exploratórios podem ser caracterizados como pesquisas bibliográficas (Gil, 2002).

Lakatos e Marconi (2003, p. 183) afirmam que a pesquisa bibliográfica “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias teses [...]”.

De acordo com Botelho e Cruz (2013) a pesquisa documental é realizada através da coleta, classificação, seleção e utilização de documentos primários (cartas, atas, registros, etc.), ou seja, documentos que não sofreram nenhum tratamento científico e servirão de fonte para a coleta de dados.

Conforme Severino (2013, p. 76) a pesquisa documental pode ser definida como:

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ain-

da matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida sobre o feminicídio no contexto da segurança pública no Ceará, com foco nos desafios para a prevenção e enfrentamento, revela a emergência que esse crime deve ser tratado pela sociedade em geral. O feminicídio, definido como o assassinato de mulheres em razão de seu gênero, é uma manifestação extrema de violência de gênero que exige uma resposta rápida e eficaz das instituições públicas. A legislação brasileira, por meio da Lei nº 13.104/2015, inclui o feminicídio como uma qualificadora do homicídio, destacando a necessidade de um tratamento específico para esses crimes.

No instituto da Segurança Pública foram definidos conceitos importantes acerca desta temática evidenciando que as políticas de segurança pública são dever do Estado, como também da comunidade para auxiliar as forças de segurança no combate a esse crime.

Na busca por compreender os desafios para a prevenção e enfrentamento do feminicídio no Ceará, foram identificadas diversas políticas públicas existentes no estado, como a Lei Maria da Penha, a Lei de Proteção às Vítimas de Violência Doméstica e Familiar e a criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher e o programa Ceará por Elas, desenvolvido pelo Governo do Estado por meio da Secretaria das Mulheres. O Estado

oferece apoio com a entrega de viaturas da Patrulha Maria da Penha e kits Athena (compostos por computadores, monitores, acessórios e mobiliário), além de fornecer um sistema de integração estadual para atendimento especializado às mulheres em situação de violência.

Portanto, ao analisar os desafios para a prevenção e enfrentamento do feminicídio no contexto da segurança pública no Ceará, fica evidente que é necessário um esforço de todas as searas que envolva legislação, segurança pública e políticas de prevenção e estas devem estar integradas para coibir tal crime, como também fornecer a assistência adequada a mulher vítima de violência.

REFERÊNCIAS

- AIDAR, Laura. **Misoginia**: definição, origem e relações entre machismo e sexismo. 2011. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/misoginia/>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- BEZERRA, Juliana. **Feminicídio**: o que é, lei, tipos e estatísticas. Toda Matéria. 2022. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/feminicidio/>. Acesso em: jun. 2024.
- BBC NEWS BRASIL. **Parentes cometem 56% dos feminicídios no mundo, alerta ONU**. BBC News Brasil, [sd]. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-63744407>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- BORGES, Messias. **Ano de 2023 teve o maior número de feminicídios no Ceará e em Fortaleza nos úl-**

timos 6 anos - Segurança. 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/se-guranca/ano-de-2023-teve-o-maior-numero-de-fe-minicidios-no-ceara-e-em-fortaleza-nos-ultimos-6-anos-1.3470357>. Acesso em: 3 jun. 2024.

BOTELHO, Joamy Machado; CRUZ, Vilma Aparecida Gimenez da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 3 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei No 2.848, de 7 de Dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 3 jun. 2024.

BUENO, Samira; SOBRAL, Isabela. **Números de uma tragédia anunciada: 10 mulheres assassinadas todos os dias no Brasil. 2023**. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/numeros-de-uma-tragedia-anunciada-10-mulheres-assassinadas-todos-os-dias-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 3 jun. 2024.

CAICEDO-ROA, Mônica; BANDEIRA, Lourdes Maria; CORDEIRO, Ricardo Carlos. **Femicídio e Femicídio: discutindo e ampliando os conceitos**. Revista Estudos Feministas, v. 30, p. e83829, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8GzxSjJtLX7P3ryZRbtsvmH/>. Acesso em: 3 jun. 2024.

CEARÁ, Governo do Estado do Ceará. **Ceará por Elas chega a 123 municípios parceiros da rede de proteção e apoio às mulheres. 2024**. Disponível

em: <<https://www.ceara.gov.br/2024/05/06/ceara-por-elas-chega-a-123-municipios-parceiros-da-rede-de-protecao-e-apoio-as-mulheres/>>. Acesso em: 3 jun. 2024.

CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Francisco Tarcísio. **Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros**. Aparecida: Ideias e Letras, 2008.

LENZI, Tié. **Feminicídio: o que é, características e o que diz a lei**. Toda Política. 2019. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/feminicidio/>. Acesso em: 3 jun. 2024.

MACHADO, Amália. **O que é pesquisa qualitativa? O Acadêmico**. 2021. Disponível em: <https://www.academicapesquisa.com.br/post/o-que-é-pesquisa-qualitativa>. Acesso em: 3 jun. 2024.

MAZZOLIM, Giovana. **O que é Pesquisa Qualitativa, tipos e quando aplicar - UFABC jr. 2018**. Disponível em: <https://ufabcjr.com.br/o-que-e-pesquisa-qualitativa/>. Acesso em: 3 jun. 2024.

NORONHA, Heloísa. **Machismo, sexismo e misogi-**

nia: quais são as diferenças? 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/12/03/machismo-sexismo-e-misoginia-quais-sao-as-diferencas.htm>. Acesso em: 3 jun. 2024.

PRATEANO, Vanessa Fogaça. **4 passos para combater, prevenir e erradicar o feminicídio.** 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/25/4-passos-para-combater-prevenir-e-erradicar-o-femicidio>. Acesso em: 3 jun. 2024.

RODRIGUES, João Gaspar. **Segurança Pública e comunidade. Alternativas à crise.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2009.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. **Sobre o feminicídio, o direito da mulher de nomear suas experiências.** Plural - Revista de Ciências Sociais, vol. 26, núm. 1, 2019, Janeiro-Junho, pp. 79-102. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2013.

SOUSA, Priscila. Conceito de feminicídio. conceito.de. 2023. Disponível em: <https://conceito.de/femicidio>. Acesso em: 3 jun. 2024.

SOUZA, Marcelo Ferreira de. **Segurança pública e prisão preventiva no estado democrático de direito.** Rio de Janeiro, Ed. Lumen Juris, 2008.

TUMELERO, Náina. **Pesquisa descritiva:** saiba como desenvolver para seu trabalho acadêmico. Blog da Mettzer. 2018. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-descritiva/>. Acesso em: 3 jun. 2024.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Teoria Geral do
Direito Policial.** 3^a ed. Almedina. 2012.

CAPÍTULO 4

INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, COMO FATOR PACIFICADOR DE TERRITÓRIOS, NO ENFRENTAMENTO AO CRIME E A VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SETORIAL SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA

Cristiano Manoel Miranda da Silva¹

1 INTRODUÇÃO

A Constantemente, é notícia nos mais variados veículos de comunicação o incremento alarmante da criminalidade, que com o advento das agremiações criminosas nomenclaturadas de facções vem proporcionando ao tecido social como um todo. Diversas políticas públicas vem sendo implementadas com o intuito de diminuir as

¹ Cristiano Manoel Miranda da Silva, filho de João Manoel Neto e Maria santíssima Miranda da Silva. Ingressou na gloriosa Polícia Militar do Ceará no ano de 2010, no CFAP-Curso de Formação de Praças da PMCE. Inicialmente fui lotado na 8ª Cia 2º BPCOM, no programa Ronda do quarteirão. Fui movimentado Para Batalhão de choque na 1ª CIA do BP-choque, integrante da equipe de segurança do Sub comandante da PMCE. Hoje na graduação de 3º sargento, atualmente lotado na 2ª CPG/ ALECE. Detentor do CURSO DE SEGURANÇA DE AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS - CSAG/NÍVEL OPERACIONAL/2022, ministrado pela AESP- Academia Estadual de Segurança Pública. Habilitado na categoria D, anexado com o Curso MOPPMovimentação operacional de produtos perigosos. Graduado em Tecnólogo em Segurança Pública pela UNESA – Universidade Estácio de Sá. Email: cristateo2@hotmail.com.

taxas de violência e criminalidade, contudo poucos resultados são obtidos. Atualmente, a violência é disseminada em todos os níveis sociais, contudo as regiões mais periféricas as capitais sofrem maior interferência desses grupos criminosos, que em razão de *modus operandi*, como posseiros, demarcam os territórios sobre sua égide marginal. Instituído códigos de conduta e “leis” com a pseudo-intenção de instituir a paz social. Com isso estabelecem, ou pelo menos tentam outorgar um estado paralelo ao Estado.

Nesse interim, cabe a Polícia Militar, em específico a do estado do Ceará, impedir que essa horda estabeleça seu esse domínio territorial. A atuação da Polícia Militar, no concernente a intervenção territorial com vistas a pacificação é basicamente baseada nos índices oficiais de criminalidade compilados por dados estatísticos consolidados. A pacificação provida pela Polícia Militar, continuada por suas diversas modalidades de policiamento, promovem não apenas a seguridade das pessoas e de seus patrimônios, mas também um arcabouço capaz de propiciar o estabelecimento de equipamentos e políticas socioeducativas, verdadeiramente capazes de transformar não apenas a realidade geográfica, mas também a realidade social de seus moradores.

O tema estudado limita-se ao modo peremptório do provimento do regular direito a Segurança Pública e os efeitos constitucionais de seu exercício regular, providos esses, em primeiro momento, pela atuação Policial Militar Cearense, como estratégia pacificadora, baliza-

dos sempre pela legalidade dos atos, em desenvolver os mecanismos necessários a inoperabilidade administrativa de facções criminosas sobre determinados espaços regionalizados e o autoritarismo paraestatal por elas auferidos as comunidades, por meio de imposição de violência e a submissão dos moradores a “cumplicidade” no cometimento de crimes e violência.

Inicialmente, a principal hipótese levantada é em relação ao modo como discorre a integração da Polícia Militar, como fator de pacificação de territórios ocupados por facções criminosas, seguindo esse viés, outra hipótese levantada, versa a cerca da metodologia empregada pela força de segurança pública, em razão de sua ostensividade e preventividade, de como dar-se-ia o enfrentamento ao cometimento de crimes e violência, uma vez que a população sobre a égide dos faccionados são subjugados por sua intervenção marginal e aqueles que por ventura colabora com a Polícia Militar de alguma forma, sofre severas sanções.

O estudo tem como objetivo geral, a descrição da atuação da Polícia Militar do Estado do Ceará acerca da metodologia empregada no concernente a intervenção e retomada de territórios ocupados por facções criminosas e também como através da atuação da Polícia Militar, o ocorre reestatização do território ocupado por essas facções, por meio da implantação de políticas e equipamentos sociais provedores de desenvolvimento humano. Como objetivo específico, busca-se compreender como a Polícia Militar do Estado do Ceará, como força de

segurança pública, transcende seu papel constitucional no que se refere exclusivamente a preservação da incolumidade das pessoas e de seus patrimônios e tangencia searas de desenvolvimento social, garantidas por meio de sua ostensividade policial.

Segurança Pública, hodiernamente, devido aos altos índices de criminalidade orquestrados pelas facções criminosas no estado do Ceará, tem sido a grande preocupação das autoridades do estado. Diversos levantes, foram orquestrados por essas organizações, como por exemplo os ataques ocorridos em 2019 e 2021, onde o Ceará, ocupou posição de destaque, com a maior incidência de ataques criminosos, quantificados em torno de 220. Com isso, o estudo, torna-se de elevadíssima relevância tanto pelo viés científico quanto pelo social, uma vez que propicia uma nova perspectiva, em relação ao modo de olhar o fenômeno da violência disferida por facções criminosas e como a Polícia Militar do Estado do Ceará promove a fragmentação dessas instituições marginais, devolvendo os territórios por eles dominados a sociedade de bem.

Metodologicamente, o estudo é baseado em uma forma dual de ataque as hipóteses do problema da pesquisa, formados pela caracterização exploratória descritiva. Essa forma foi escolhida em razão de uma ser complementar a outra no que se refere a uma compreensão mais pormenorizada do problema e conseqüente formulação para seu solucionamento ou pelo menos, baliza-la para níveis mais aceitáveis. Em suma, o estudo é apoiado por pesquisa bibliográfica, minerada principalmente da

base de dados da CAPES, por ser um repositório de conhecimento científico consagrado. Os dados estatísticos consolidados, são extraídos da Secretaria de Segurança Pública do Ceará e funcionam como item mensurador corroborativo do material bibliográfico extraído da CAPES, com isso a natureza do trabalho também é dual, ou seja, qualitativo-quantitativo.

O trabalho está dividido em 3 capítulos, sendo que o capítulo 1 versa sobre as definições sobre Segurança Pública, o papel constitucional da atuação da Polícia Militar, a legalidade de seus atos e sobre sua ostensividade. O capítulo 2 descreve a atuação das facções criminosas no estado do Ceará, suas subdivisões, seu modus operandi de estabelecimento geográfico dentro de determinado território, assim como também as intempéries e humilhações a que são submetidas a população sobre sua égide paraestatal. O capítulo 3 por sua vez, vetoriza a atuação da Polícia Militar do Estado do Ceará no tocante a retomada e consequente pacificação das áreas ocupadas por essas organizações criminosas e como sua ocupação promove o desenvolvimento social e por conseguinte, o desenvolvimento humano, uma vez que propicia a implementação de políticas públicas, por meio de equipamentos públicos que funcionam como desenvolvedores sociais e geradores de renda.

2 DESENVOLVIMENTO

O aumento do contingente populacional, combina-

do com o grande desenvolvimento dos centros urbanos, criaram não apenas progresso. Junto com eles veio uma forma desordenada de alocação desse contingente populacional que em função do baixo índice de desenvolvimento humano, foram forçados a ocupar as periferias dos centros urbanos. Lugares esses onde geralmente a presença do estado é mais tímida. Essa participação mais tênue do estado nesses territórios funciona de certo modo como agente potencializador para que organizações paraestatais, vulgarmente conhecidas como facções, se instalem e redijam como deve ser o regramento social nessas localidades. Uma vez que a Segurança Pública é dever do estado e responsabilidade de todos, desenvolver uma política de Segurança Pública ativa e garantidora dos direitos individuais e coletivos da sociedade a qual está circunscrito, em função do silêncio da administração, torna-se uma tarefa cada vez mais de difícil implementação.

2.1 ATUAÇÃO DA POLICIA MILITAR DO CEARÁ NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

A Polícia Militar do estado do Ceará, instituição Castrense, alicerçadas nos pilares da hierarquia e disciplina, cumpre função mor na segurança pública, uma vez que em razão de sua ostensividade e preventividade no cometimento de crimes e violência, geralmente age no tecido social como primeiro interventor quando ocorre alguma perturbação na tranquilidade social. Sua funda-

ção data de 1835, pelo então governador da província do Ceará, José Martiniano de Alencar, que aquela época já demonstrara preocupação relacionada a preservação da segurança do povo Cearense.

Com o surgimento de um alto índice de criminalidade e violência, a democratização do país ganhou um aspecto diferenciado nas últimas décadas e isso tem requerido uma postura diferenciada dos órgãos de segurança pública. [...] Desse modo, urge à segurança pública uma reflexão sobre seu atuar, de forma a redirecionar suas atividades para uma eficiência precisa na prevenção ao crime, minimizando suas ações repressoras e adequando-se às novas exigências sociais (MAGALHÃES, 2013).

Atualmente, a Polícia Militar é subordinada ao governo do estado do Ceará e está vinculada à Secretaria de Segurança Pública e tem sua organização administrativa regida pela Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Ceará e seu regulamento.

A polícia Militar, em razão de sua natureza ostensiva é a responsável pela preservação da ordem pública, nesse quesito, basicamente estão inseridas a incolumidade das pessoas e de seus patrimônios, sendo que seu mister profissional possui caráter permanente, ou seja, seus serviços são ofertados a sociedade de forma ininterrupta.

Políticas de segurança pública cobram para si muito do mais do que simples efetividade ou, quiçá, estrita legalidade. Caso pretendam se firmar como medidas de um modelo democraticamente constituído e em confor-

midade com uma sociedade complexa e plural, elas dependem de legitimidade (CASTRO, 2014a).

Ao definir tais atribuições, o constituinte originário inseriu a Polícia Militar como instituição que realiza atividades no intuito de proteger a sociedade, restando à previsão operacional de como se dá a adequação à nova realidade na ordem democrática-dessa instituição que acabara de sair de um regime de exceção, no qual atuava exatamente na restrição dos direitos, e que, agora, por conta da ordem política e jurídica fundada pela Constituição de 1988, deve respeitar e promover direitos fundamentais individuais e coletivos (SANTANA; AGUIAR, 2018).

Baseados em estatísticas criminais geradas a partir do cometimento de crimes e violência, baseados em informações policiais, para assim direcionar, qual a melhor tomada de decisão por parte dos gestores da segurança pública, com isso forma-se um novo ciclo de atuação policial, baseado em inteligência, coadunando com os princípios da legalidade e respeitando os direitos individuais e coletivos para assim exercer, dentro do estado democrático de direito, um poder de polícia dentro dos parâmetros da legalidade dos atos.

2.2 ATUAÇÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO ESTADO DO CEARÁ

O estado do Ceará ao longo dos anos vem sendo acometido de grandes índices de violência. Essa por sua vez

vem sendo perpetrada em alguns casos com uma brutalidade semelhante aos modos utilizados no período medieval. Em grande parte, essas atrocidades marginais são praticadas por agremiações criminosas nomenclaturadas por facções criminosas. Em nível micro, a cidade de Fortaleza foi loteada e suas subdivisões demarcam as áreas de atuação desses criminosos, que impõem suas regras por meio da violência brutal sobre seus desafetos.

Episódios recentes da onda de violência, foram os ataques combinados quase de forma simultâneas que tiveram como alvo principal, os meios de transporte coletivos e equipamentos públicos, sendo que em alguns casos, delegacias foram também alvos desses criminosos.

Existem muitas outras configurações em praticamente todos os estados brasileiros, mas, para fins desta pesquisa, vou avançar para a discussão das especificidades do Ceará, especialmente de Fortaleza. [...] Esse estado do Nordeste é território de atuação das três facções classificadas como das mais importantes do País: o PCC, o CV e a FDN. Apesar de exógenos, são coletivos que congregam presidiários e pessoas que fazem o crime no Ceará, com alianças e integrações diferenciadas nos esquemas de cada um desses grupos.

Além desses, e também em razão do trabalho deles, um componente novo surgiu tensionando a relação com as “facções de fora” e reivindicando a condição de Guardiões do Estado (GDE). A GDE, conhecida também pelos números 7.4.5, consiste numa reunião de pessoas que fazem o crime, presos e egressos do sistema, dispostos a resistir ao comando de grupos de fora do Estado, esta-

belecendo resistências e alianças para lutar pela hegemonia do crime no Ceará. Gestada durante alguns anos, a fundação da GDE é atribuída ao início de 2016. O coletivo conseguiu rápida expansão no sistema prisional e nas periferias de todo o Ceará, despertando atenção desde o primeiro momento pela juventude de seus integrantes. Composta por um conselho central, a GDE agenciou grupos locais que faziam o crime em determinados bairros de Fortaleza, integrando-os como “tropas” e garantindo certa autonomia para ações que não poderiam deixar de respeitar o conselho estabelecido entre seus integrantes (PAIVA, 2022, p.170).

Para compreender como o fenômeno das facções tornou-se possível, na relação entre prisões e as periferias de Fortaleza, é preciso reconstituir as condições sociais historicamente relevantes das maneiras de fazer o crime na cidade. [...] A realidade começou a mudar em 2014, quando traficantes locais começaram a “trocar ideia”, conversar sobre uma possível união, com reuniões dentro e fora dos presídios para discutir arranjos que envolviam as facções PCC, CV e FDN. Isso possibilitou que presidiários se organizassem e agenciassem grupos locais para os coletivos criminais mais robustos, reterritorializando e redimensionando a escala de participação nas dinâmicas do crime feitas na cidade (PAIVA; CEARÁ, 2022).

O sistema prisional cearense passou por diversas mudanças no decorrer da última década, dentre elas a rápida filiação dos presos às facções que disputam terri-

tório dentro e fora das unidades prisionais. [...] as rebeliões de maio de 2016 foram um acontecimento que deu visibilidade às facções e provocou mudanças na gestão das unidades prisionais do Ceará. ocorridas em várias unidades prisionais na Região Metropolitana de Fortaleza, como marco temporal para as mudanças mais expressivas no que diz respeito à gestão do aprisionamento e que provocaram o reagrupamento de presos por unidades prisionais, influenciado, impreterivelmente, pelas filiações de grande parte dos detentos às facções que se instalaram nos presídios cearenses (NASCIMENTO; FREITAS, 2019).

O fenômeno das facções, contudo, não é homogêneo e suas configurações dependem de inúmeras outras condições sociais. Em alguns casos, estamos diante de um processo de intensa disputa política entre esses grupos, muitas vezes com desfechos violentos. Não obstante, em determinados contextos sociais, as ações desses grupos intensificaram a violência e imprimiram reconhecimento por meio da crueldade com que são feitas retaliações aos que, em alguma medida, se manifestam contrários ao controle por eles estabelecido (MELO; PAIVA, 2021).

2.3 A PACIFICAÇÃO DE TERRITÓRIOS PELA INTERVENÇÃO POLICIAL MILITAR

Diversas políticas de Segurança Pública vem sendo implementadas no Ceará com o intuito de fragmentar o domínio das facções e assim enfraquecer o domínio re-

gionalizado por elas estabelecido. Recentemente, foi deflagrada pela Polícia Militar a “operação ocupação”, nesse interim, participaram todas as unidades do Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) operantes no território Cearense. Basicamente a operação consistiu em coibir o cometimento de crimes contra o patrimônio e os letais intencionais.

O fator determinante para decidir qual território dever ser ocupado, tem como direcionante as estatísticas consolidadas pela Secretaria de Segurança Pública, que levam em consideração a natureza dos crimes cometidos e seu grau de incidência.

Dados de grande importância são os relacionados aos crimes violentos letais intencionais – CVLI, os crimes violentos contra o patrimônio – CVP. De janeiro a março de 2022 foram contabilizados 527 homicídios dolosos, conforme os dados consolidados, diários disponibilizados no sitio da Secretaria de Segurança Pública. Já os crimes violentos contra o patrimônio perfizeram um total de 7.227.

A consolidação desses dados funciona como fator decisivo em relação de quais territórios devem ser ocupados pela Polícia Militar e em paralelo serem administradas as doutrinas de policiamento comunitário, transmitindo confiabilidade de suas ações a comunidade e com a continuidade dos atos, estabelecer vínculo de confiança, para que sejam implementadas as políticas estatais de transformação social.

A criação áreas integradas de segurança, criaram o

novo formato de segurança pública, uma vez que o otimiza tanto para quem o presta quanto para quem o recebe, ao todo são 22 áreas integradas que contam, dentro de um perímetro estabelecido com unidades de Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil.

Outra medida que vem sendo implementada com sucesso é o estabelecimento de reuniões de integração comunitária, promovidas dentro das áreas integradas de segurança. As reuniões são realizadas entre integrantes da Secretaria de Segurança, as forças de segurança pública e as lideranças das comunidades, fato esse que objetiva a integração entre o estado e a comunidade, criando um canal de comunicação para ouvir os anseios e definir as melhores estratégias para promoção do bem estar social dentro das comunidades.

Todas essas medidas fazem parte do Pacto por um Ceará Pacífico que em síntese busca reduzir os alarmantes índices de criminalidade através da participação combinada por ações intersetoriais para que assim seja iniciada a construção de uma cultura de paz.

3 CONCLUSÃO

O aumento anormal da violência corroborado com a aglutinação de vários segmentos criminosos no formato de facção, modernizando a prática criminal, demandou da Polícia Militar uma otimização de suas táticas e técnicas que fossem capazes de desarticular o poder e a influência que essas organizações exercem dentro das comunida-

des onde estão inseridas.

Ainda persistem vários fatores sociais colaborativos a suas implantações, muitas desigualdades ainda estão por serem retificadas, mas nesse mister de garantidor da harmonia social por meio da incolumidade das pessoas e de seus patrimônios, a Polícia Militar do Estado do Ceará, vem desempenhando incontestável participação para a melhoria da sociedade. Agindo dentro dos ditames da legalidade e pautados nos regramentos dos direitos humanos para assim promover uma simbiose entre Estado e comunidade, mostrando o lado social da polícia, oferecendo serviços que vão além do patrulhar, como por exemplo, o oferecimento de atividades esportivas no perímetro das unidades policiais, totalmente gratuito para a comunidade.

Várias políticas públicas de pacificação vem sendo implementadas do território Cearense, buscando o estabelecimento de uma cultura de paz, com a integração de diversos organismos e entidades, tanto da Segurança Pública, em particular, destaca se a participação uníssona da Polícia Militar em todas as etapas do processo de pacificação, com resultados expressivos na redução do cometimento de crimes e violências, diariamente são apreendidas pela Policia Militar dezenas de armas de fogo, além dos diversos programas sociais aos quais a Policia Militar está inserida.

É bem verdade que os dados estatísticos atuais ainda estão muito aquém de um parâmetro ideal, mas uma cultura de violência está sendo desfeita para o estabele-

cimento de uma cultura de pacificação, ao mesmo tempo que a cultura Policial Militar, no estado do Ceará, também está sendo melhorada enquanto guardiã da sociedade Cearense.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, G. A. P. **Direito à segurança pública no Estado Democrático de Direito: uma releitura à luz da teoria discursiva.** o, 2014-09-15 2014a. Artigos.
- CASTRO, G. A. P. **Direito à segurança pública no Estado Democrático de Direito: uma releitura à luz da teoria discursiva.** Direito, estado e sociedade, n. 33, 2014b.
- GLITZ MAYRINK, P.; TARDIN-COELHO, R. H. **Transformações socioespaciais pela Unidade de Polícia Pacificadora (UPP): a favela do Vidigal, Rio de Janeiro.** Bitã;cora Urbano Territorial, 31, n. 3, 2021-07-16.
- MAGALHÃES, A. C. S. **Novas experiências de políticas públicas para controle da criminalidade e da violência no Brasil.** <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp>, 2013-08-23 2013. Artigos.
- MARCUS PINTO, A.; EVERALDO FERREIRA, S. **Segurança pública e polícia militar no contexto do Estado democrático de direito brasileiro.** Revista espaço acadêmico, 17, n. 198, p. 80-90, 2017. sobre as MELO, J.; PAIVA, L. F. S. **Violências em territórios faccionados do Nordeste do Brasil: notas situações do Rio Grande do Norte e do Ceará.** <https://>

www.revistas.usp.br/revusp, 2021-10-19 2021.
Dossiê Segurança Pública.

NASCIMENTO, F. E. D. M.; FREITAS, G. J. D. **Factions, rebellions, violence and imprisonment management in.** <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado>, 2019-12-13 2019. Dossiê. Ceará.

PAIVA, L. F. S.; CEARÁ, U. F. D. **“AQUI NÃO TEM GAN- GUE, TEM FACÇÃO”**: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. Caderno CRH, 32, p. 165-184, 2022.

SANTANA, E. F.; AGUIAR, M. P. **A POLÍCIA MILITAR NA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DEMO- CRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO.** Revista de Criminologias e Políticas Criminais, 4, n. 1, p. 82, 2018.

SSPDS. **ESTATÍSTICAS** - Secretaria da Segurança Púb- lica e Defesa Social. 2022.

ZALUAR, A. **Os medos na política de segurança pú- blica.** Estudos Avançados, 33, n. 96, p. 5-22, 2019.

CAPÍTULO 5

PRÁXIS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, ANTE A INTENSIFICAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL EXERCIDO POR FACÇÕES CRIMINOSAS, NO ESTADO DO CEARÁ

Cristiano Manoel Miranda da Silva¹

1 INTRODUÇÃO

Segurança pública é o núcleo de sustentabilidade de qualquer sociedade. Não existe desenvolvimento social, sem a atuação de um sistema segurança pública capaz de manter, sob controle, as taxas de criminalidade. Esse assunto é de importância tal que, no dia 11 de junho de 2018, fora criado o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), por meio da lei nº 13.675.

Tal advento, buscou a integração das forças de se-

¹ Cristiano Manoel Miranda da Silva, filho de João Manoel Neto e Maria santíssima Miranda da Silva. Ingressou na gloriosa Polícia Militar do Ceará no ano de 2010, no CFAP-Curso de Formação de Praças da PMCE. Inicialmente fui lotado na 8ª Cia 2º BPCOM, no programa Ronda do quarteirão. Fui movimentado Para Batalhão de choque na 1ª CIA do BP-choque, integrante da equipe de segurança do Sub comandante da PMCE. Hoje na graduação de 3º sargento, atualmente lotado na 2ª CPG/ ALECE. Detentor do CURSO DE SEGURANÇA DE AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS - CSAG/NÍVEL OPERACIONAL/2022, ministrado pela AESP- Academia Estadual de Segurança Pública. Habilitado na categoria D, anexado com o Curso MOPPMovimentação operacional de produtos perigosos. Graduado em Tecnólogo em Segurança Pública pela UNESA – Universidade Estácio de Sá. Email: cristateo2@hotmail.com.

gurança pública do Brasil com o propósito de otimizar o combate as diversas modalidades criminosas que perturbam a tranquilidades social das populações dos entes federados.

Particularizando, a tipologia criminosa que esse trabalho propõe dissertar, destaca-se a popularmente conhecida como facção criminosa, que em suma são, agrupamentos de indivíduos, organizados de forma paramilitar, regidos por meio de estatutos ou códigos de conduta, hierarquizados em uma estrutura de comando bem definida, com o fito de praticar ações criminosas de modo periódico. Sendo o tráfico de drogas ilícitas sua principal modalidade.

Notadamente, o aumento do crime organizado no formato de facções criminosas, dentre as diversas nomenclaturas estabelecidas, tem proporcionado um aumento vertiginoso no número de homicídios, decorre desse fato, a constante guerra por territórios para o estabelecimento de domínio geográfico e conseqüentemente social para o cometimento do tráfico de drogas ilícitas.

Agir com inteligência, é crucial para controlar essa ascensão criminosa, e é com esse fito que esse trabalho é compilado. Compreender a dinâmica criminosa, suas ferramentas e mecanismos utilizados para seu estabelecimento e conseqüente controle social sobre determinada região, e quais as contramedidas utilizadas pelas forças de segurança pública para evitar essa instalação, motivam de forma geral e específica os objetivos a serem alcançados.

Trata-se, por conseguinte, esse trabalho, de uma pesquisa aplicada já que tem por objetivo a geração de conhecimento novo para aplicação prática em problema específico, integrando assim, interesse de determinado nicho de conhecimento. A abordagem ao problema é feita pela composição das formas exploratória e descritiva, já que essa dualidade, para a especificidade do que propõe o trabalho, é capaz de proporcionar um levantamento mais completo acerca do problema da pesquisa, pois ao mesmo tempo que proporciona um melhor levantamento de informações, também corrobora para uma caracterização para focal do fenômeno estudado.

Tecnicamente falando, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, já que é baseada em análise e interpretação de estudos já publicados, com registro confiável das fontes. Possui natureza qualitativa.

2 DESENVOLVIMENTO

Um dos maiores desafios na construção da segurança pública no Brasil atualmente envolve o enfretamento das organizações criminosas e sua força de atuação no seio social.

Nesse contexto de criminalidade, o Estado do Ceará não difere dos demais centros urbanos, apresentando uma realidade de avanço desses grupos criminosos e do grau de comprometimento da paz social advindo das práticas delitivas concretizadas pelas chamadas facções. [...] Essa investigação do processo de constituição

das organizações criminosas poderá oferecer substratos para a devida percepção do grau de abrangência das atividades ilícitas desenvolvidas por esses grupos (RODRIGUES, 2020).

Os seres humanos são dotados de direitos e deveres, pois vivem e convivem em grupo tendo como princípio a obrigação de zelar pela sua vida e a das outras pessoas. São direitos fundamentais a vida, o patrimônio, saúde, segurança, propriedade. Para o cidadão exercer sua cidadania é fundamental que seja consciente de seu status social, obtenha instrução e responsabilidades. A falta de atenção a estes princípios torna o ser humano um antecidã, gerando desequilíbrios, desvios na harmonia social e sucedendo-se um descontrole da segurança pública. O problema da segurança pública está ligado a diversos fatores, tais como desigualdade social, racial, econômica, desemprego, sistemas precários de saúde e lazer, entre outros. Para a manutenção da Ordem e Segurança Públicas é necessário agir em conjunto tanto o Poder de Polícia, o Ministério Público, Poder Judiciário, Poder legislativo, Sistemas Penitenciários e também a população de maneira permanente, preventiva, organizada e com astúcia (COSTA, 2014).

A Segurança Pública, prevista na lei, diz respeito aos agentes da lei, aos policiais, devidamente preparados e qualificados, integrantes do Poder de polícia, incumbidos de prevenir sempre, reprimir quando necessário, com ênfase nesta última obrigação no apoio aos cidadãos. A Segurança Pública complementa a Segurança Pessoal: a

Segurança Pessoal se completa com a Segurança Pública! O cidadão em princípio previne, o policial reprime (DIAS, 2003, p.5).

Ser cidadão, exercer a cidadania, estágio avançado do ser humano capaz e responsável, em princípio obediente aos parâmetros da ordem natural das coisas: todas as coisas devem obedecer aos princípios, às regras, às normas, de sua ordem natural. Capaz de evoluir continuamente ao longo do tempo e espaço, com naturais limitações e desvios que representam os desafios à inteligência e à produtividade dos seres humanos (DIAS, 2003, p.1).

Em todo o país, mesmo havendo uma combinação de matrizes criminais, articulando e alimentando dinâmicas diversas, tem se destacado o tráfico de armas e drogas, que cada vez mais se sobrepõe às outras modalidades criminosas, subordina-as ou a elas se associa, fortalecendo-as e delas se beneficiando. Essa matriz da criminalidade tem assumido uma característica peculiar, ao infiltrar-se e disseminar-se como estilo cultural e meio econômico de vida, com seu mercado próprio e lamentavelmente promissor. Exige, portanto, trabalho policial investigativo no combate às redes atacadistas, ações policiais ostensivas na contenção do varejo, mas, sobretudo, requer intervenção social preventiva bem coordenada, territorialmente circunscrita e sintonizada com a multidimensionalidade dos problemas envolvidos (SOARES, 2006).

2.1 A SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança consiste numa condição absoluta de ausência de ameaça, ou mesmo de incerteza. Entende-se, por meio deste conceito, a relação intrínseca com a denominada sensação de segurança. Segundo o mesmo autor, para que se possa chegar a um conceito de segurança deve-se analisar o conceito de segurança nacional, uma vez que é dentro deste que os segmentos menores estarão inseridos, e serão abordados. Assim, por segurança [...] entende-se uma condição relativa de proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças a sua sobrevivência e autonomia. Estar seguro, neste contexto, significa viver num estado que é capaz de neutralizar ameaças vitais através da negociação, da obtenção de informações sobre capacidades e intenções, do uso de medidas extraordinárias e do leque de opções relativas ao emprego de meios de força. (CEPIK, 2002).

O crescente avanço dos Crimes Organizados e suas conexões nacionais e internacionais vêm mostrando o quanto é importante para o Poder Público e para a defesa da sociedade, o desenvolvimento de Órgãos e serviços voltados a atividade de inteligência e sua integração entre Órgãos estatais para fortalecer o combate às Organizações Criminosas (WELBER, 2014).

A segurança da sociedade surge como o principal requisito à garantia de direitos e ao cumprimento de deveres, estabelecidos nos ordenamentos jurídicos. A segurança pública é considerada uma demanda social que necessita de estruturas estatais e demais organizações da

sociedade para ser efetivada. Às instituições ou órgãos estatais, incumbidos de adotar ações voltadas para garantir a segurança da sociedade, denomina-se sistema de segurança pública, tendo como eixo político estratégico a política de segurança pública, ou seja, o conjunto de ações delineadas em planos e programas e implementados como forma de garantir a segurança individual e coletiva (CARVALHO; ADELÍDIO; MARIA, 2011).

As atividades de prevenção do crime projetam a polícia numa postura de "coprodução", que incorpora os cidadãos ao mundo da polícia. O cidadão que coproduz pode experimentar algumas frustrações e limitações de tentar manter a segurança pública. Mas isso é positivo, uma vez que o cidadão será mais propenso a compreender os problemas do policiamento e identificar-se com eles. Dificilmente a polícia podia inventar uma forma mais eficiente de relações públicas positivas, que pode traduzir-se eventualmente em apoio político para a polícia e para suas necessidades de recursos (BAYLE, 2001, p. 237).

O princípio primeiro da segurança pública e de qualquer de seus métodos, como é o caso da integração, tem sua fundamentação no Estado como responsável pela preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, que desenvolve suas atividades por meio das forças policiais, cuja missão é assegurar ao cidadão o exercício dos direitos e garantias fundamentais e o direito à segurança pública. A conservação da garantia pública, que é um jeito da ordem pública, exige o serviço dos órgãos policiais integrados, pois minimiza gastos e potencializa as ações de combate ao crime. Como esses

agentes são os responsáveis pela preservação da Lei e da ordem em seu aspecto interno, cabe ao Estado proporcionar os meios legais para implantação dessa nova cultura policial. (MOURA, 2008).

A segurança pública é um processo sistêmico e otimizado que envolve um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a ampliação da justiça da punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos. Um processo sistêmico porque envolve, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos comuns; e otimizado porque depende de decisões rápidas e de resultados imediatos (BENGOCHEA, 2004).

A perspectiva de Segurança Cidadã defende uma abordagem multidisciplinar para fazer frente à natureza multicausal da violência, na qual políticas públicas multissetoriais são implementadas de forma integrada, com foco na prevenção à violência. Nesse sentido, uma política pública de Segurança Cidadã deve contar não apenas com a atuação das forças policiais, sendo reservado também um espaço importante para as diversas políticas setoriais, como educação, saúde, esporte, cultura, etc. (FREIRE, 2009).

2.2 O CONTROLE SOCIAL DO CRIME

O cenário de violência e de atuação das organizações criminosas no país têm causado grandes preocupações e terror não só a população dos grandes centros urbanos das grandes Capitais e regiões metropolitanas, como também e principalmente aos Órgãos de Segurança Pública dos Estados. Um dos grandes problemas enfrentados pela Segurança Pública no Brasil e mais especificamente nos Estados, a exemplo do Ceará, é o combate ao crime organizado.

As organizações criminosas estão cada vez mais desenvolvidas e articuladas. E são comandadas, muitas vezes, de dentro dos próprios presídios. O que torna o trabalho de investigação da Polícia bem mais complexo e contínuo. (WELBER, 2019).

A partir deste recorte histórico e seguindo as lições proferidas é possível constatar que a aparelhagem do crime organizado no Ceará se constituiu de maneira desordenada durante os anos que se seguiram na década de 1990. Essa estrutura surgida sem uma disposição definida de cargos e competências levou ao cometimento de grandes assaltos a bancos e joalherias como meio de obtenção das cifras necessárias para a manutenção da organização (LIMA, 2019).

Infelizmente, as consequências do alto poder de controle social desenvolvido no Ceará pelo crime organizado, terminam por criar uma série de prejuízos para toda a sociedade, principalmente quanto ao cerceamento no exercício da liberdade dos demais indivíduos, uma vez que, os locais dominados pelos grupos criminosos, são

regidos pelas normas impostas pelos chefes do crime e não mais pelo ordenamento legal habitual (RODRIGUES, 2020).

O Ceará é palco dessa Guerra, e nos últimos anos foram diversas chacinas, rebeliões e ataques contra o Estado por parte dessas facções criminosas. Além de bater de frente com o Estado, as diversas facções também guerreiam entre si. O cenário cearense é disputado por diversas facções entre elas o PCC e o Comando Vermelho, além da facção local GDE e da facção do norte, FDN. “No Ceará a rivalidade entre jovens moradores de territórios vizinhos se acirrou nas última década. Depois das rebeliões nos presídios, ao longo de 2017, a situação piorou, apesar de o sistema penitenciário estadual não ter testemunhado nenhum massacre” (MANSO; DIAS, 2018).

Na atual conjuntura as facções são fenômenos incontroláveis por conta da miséria, do abandono, da corrupção e de tudo que não presta que está acontecendo no País atualmente.

Não se consegue extinguir a necessidade dos jovens de exteriorizarem a sua agressividade e se fazerem notados pela sociedade, pela família e pelos seus parceiros. Eles têm uma vontade de ascensão social, e então veem que os membros da cúpula das facções moram em apartamentos em bairros bons e tem carros importados nas suas garagens. Como eu não vejo em médio prazo ou longo prazo alguma medida para que se acabe com isso, a existência da facção é a faz parte do Estado brasileiro, falido como é hoje (SILVA, 2018).

A falta dos devidos cuidados de vigilância ou a própria omissão do Estado, preocupado em apenas manter os presidiários, acabaram por favorecer o surgimento das Organizações criminosas que se organizaram de dentro para fora dos presídios. O que demonstra um ciclo vicioso de captura e prisão de meliantes que são preparados e comandados de dentro de um sistema prisional para que quando estes entrarem no sistema possam comandar outros e assim sucessivamente (CRUZ; GENENE, 2014).

A crescente onda de violência e criminalidade que assola principalmente os grandes centros urbanos acaba ameaçando a eficácia dos mecanismos de segurança pública executados pelos órgãos estatais, os quais foram destinados constitucionalmente para este fim. [...] A Segurança Pública do Estado destina-se a um serviço prestado com a finalidade de assegurar o convívio harmônico e social da sociedade. [...] A segurança pública garantida constitucionalmente no artigo 144, caput da Constituição da República Federativa do Brasil, destina-se a um serviço prestado com a finalidade de assegurar o convívio harmônico e social da sociedade, o qual é direito de todos, e responsabilidade do Estado, devendo ser exercida a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. O grande desafio dos órgãos da Segurança Pública na Ordem Constitucional, na atualidade, é a contenção da criminalidade. (PAVÉGLIO, 2021).

Quanto ao poder das organizações criminosas, o Estado e a sociedade vêm sofrendo constantes represálias por meio de ataques a Órgãos públicos e meios de trans-

porte, quando integrantes de facções criminosas rivais são capturados ou remanejados de um sistema prisional para outro, ocasionando guerras e mortes entre os grupos rivais dentro do sistema carcerário, o que põe em evidência o quanto o poder paralelo das organizações criminosas está altamente articulado e poderoso, sendo capaz de até mesmo provocar um grande descontrole e pânico à sociedade de um modo geral (WELBER, 2014).

Estas facções criminosas têm que ser entendidas para além de um simples grupo de bandidos que se reúnem e se estruturam de dentro do sistema prisional para cometer crimes, possuem também uma faceta social composta de uma estrutura complexa com história e legados próprios (AMORIM, 2011).

Os problemas ligados à área de segurança pública chegam a ser socializados, sob o prisma político, na medida em que a legitimidade dos governos é, predominantemente, determinada por suas capacidades de manterem a ordem e uma possível “paz pública”. Em outras palavras, a “presença” ou a “ausência” do Governo é medida, no imaginário da população, pela manutenção da ordem e da segurança pública. Os dilemas enfrentados na implantação da lei e da ordem ultrapassam o campo de uma política de segurança pública. Um dado recorrente é que a população continua a exigir mais ordem e segurança, mesmo não confiando nos órgãos de segurança pública. (BARREIRA, 2004).

Pesquisas recentes sobre crime, violência e as formas de administração dos conflitos decorrentes das atividades

criminais têm apontado um novo cenário nos modos de organização dessas práticas [...] em regiões sob sua influência, seja por meio de correntes migratórias seja por fluxos econômicos. Proeminência na articulação de grandes redes e fluxos econômicos nacionais e internacionais ligados a atividades criminais, notadamente o tráfico de entorpecentes e a lavagem de dinheiro (SINHORETTO; PERALVA; GALLO, 2012).

Uma das principais causas da escalada da violência reside no aumento da sensação da impunidade, aliado ao fato de o Estado abandonar determinadas áreas, que ficam à mercê de quem resolve deter o poder para dominá-las, instalando ali um verdadeiro poder paralelo (D' URSO, 2002, p. 52).

Essa forma de administração de conflitos é orientada por uma perspectiva de redução do confronto violento entre os agentes do mundo do crime e tem, como dissemos, sido apontada em vários relatos etnográficos como uma causa da redução significativa e consistente das taxas de homicídio [...]. Em razão da territorialização das atividades delitivas reguladas [...], essa nova moralidade contida nas normas do proceder e os procedimentos de ajustamento de disputas reunidos na forma do debate expandiram-se por bairros populares e pelas redes familiares e de negócios dos agentes criminais sob sua influência [...] (FELTRAN, 2011).

Assim, diante de uma nova organização do mundo do crime encontramos polícias e instituições judiciais atuando de modo tradicional, incrementando formas an-

tigas de atuação [...] e sofrendo a concorrência de novos atores – como aqueles ligados à prevenção e às políticas de segurança municipal – e novas modalidades de gestão dos conflitos e dos indivíduos. Todavia, novas configurações no mundo do crime modificam o contexto em que atuam, apesar de não haver muito espaço para mudanças qualitativas na atuação desses agentes estatais (SINHORETTO, 2013).

Se é inegável que os estudos sobre o mundo do crime avançaram muito em anos recentes no conhecimento das novas relações sociais, políticas, econômicas e morais tecidas entre os agentes criminais, evidenciando a sua perspectiva de leitura do mundo, é de outro modo o avanço do conhecimento recente sobre o que fazem e pensam os agentes que realizam o controle estatal do crime. Depois de uma fase inaugural em que as bases dos estudos das especificidades das polícias e do Sistema de Justiça Criminal brasileiros foram lançadas (LIMA; RATTON; SINHORETTO, 2011)

Hoje, o medo da sociedade não é ilusório nem fruto de manipulação midiática. O quadro nacional de insegurança é extraordinariamente grave, por diferentes razões, entre as quais devem ser sublinhadas as seguintes: (a) a magnitude das taxas de criminalidade e a intensidade da violência envolvida; (b) a exclusão de setores significativos da sociedade brasileira, que permanecem sem acesso aos benefícios mais elementares proporcionados pelo Estado Democrático de Direito, como liberdade de expressão e organização, e o direito trivial de ir e vir. (c)

a degradação institucional a que se tem vinculado o crescimento da criminalidade: o crime se organiza, isto é, penetra cada vez mais nas instituições públicas, corrompendo-as, e as práticas policiais continuam marcadas pelos estigmas de classe, cor e sexo (SOARES, 2006).

A conjuntura atual das organizações criminosas evidencia o nível de organização e profissionalização destes organismos. Percebe-se a particularidade de regras em que se estruturam, assemelha-se bastante, a um Estado Paralelo, apesar do termo receber críticas fundadas, ao propiciar o rótulo de inimigo àqueles faccionados, o que fundamenta a supressão de direitos e garantias fundamentais (SHIMIZU, 2011).

2.3 ATUAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

Política pública no campo da segurança sempre surge na emergência, mas há necessidade de se desenvolver políticas públicas concretas, contemplando, prevenção e enfrentamento do crime, não se pode manter o atual sistema de Segurança Pública existente no Brasil, sob o ponto de vista apenas de lei e ordem, com o discurso de endurecimento da lei de um lado ou da prestação de suporte social e educacional ao criminoso do outro (ARAÚJO, 2015).

Trata-se de uma necessidade e uma crescente preocupação das polícias estaduais frente aos novos desafios que a criminalidade, especialmente o crime organizado, vem trazendo à sociedade. É importante destacar que al-

gumas discussões doutrinárias sem relação ao foco da atividade [...] policial ser voltada exclusivamente ao nível estratégico, ou seja, ao produto da atividade à tomada de decisão e no nível operacional. [...] O crime organizado cresceu vertiginosamente nas últimas décadas e com ele as dificuldades e desafios para os Órgãos de Segurança Públicas em seu desmonte e combate. As organizações criminosas não medem esforços para suas operações e ramificações. Com isso, é necessário que os Órgão de Segurança Pública estejam preparados e busquem cada vez mais trabalhar em sintonia e com atividades de inteligência em seu combate (WELBER, 2014).

Compreender e traçar alternativas para a integração das forças de segurança pública no Estado do Ceará, além de buscar visualizar essas estruturas técnico-operacionais das polícias no âmbito nacional e como se comportam nesse novo cenário. Sabe-se que as experiências de integração são etapas para a unificação das instituições policiais, que é um passo maior a ser dado pelos agentes condutores da gestão pública e do legislativo, em nosso país. [...] A atuação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, da Polícia Militar do Estado do Ceará e da Polícia Civil do Estado do Ceará junto à comunidade cearense que é público alvo da recepção dos serviços emanados desses agentes de segurança (MOURA, 2008).

A árdua tarefa de integrar as instituições de segurança no Estado, sabendo que os obstáculos existem, todavia, o esforço para superá-los existe e exige grande responsabilidade.

Neste sentido, permeia também a discussão, a avaliação da situação do agente de segurança, no que diz respeito a expectativa salarial, promocional, educacional e as condições mínimas para o desenvolvimento das atividades operacionais a que está sujeito. [...] Prestar segurança para todos com qualidade e sem distinção de raça, cor, sexo ou condição social e, assim, incentivar na promoção de debates, encontros e seminários, com governantes, políticos, operadores de segurança pública, dirigentes sindicais, representantes de classe, conselhos comunitários e todos os cidadãos interessados em fomentar a promoção de políticas públicas sérias para o combate ao crime e suas mais diferentes vertentes dentro de nossa sociedade (MOURA, 2008).

O Estado do Ceará conta com o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará –SEISP e a Gratificação por Exercício na Atividade de Inteligência – GEAI, criados pela lei 14.282 de 23 de dezembro de 2008 (D.O 29.12.08). O SEISP é o Órgão responsável pelas atividades de inteligência e de segurança. O Estado do Ceará vem investindo em sua capacidade técnica e humana para a descoberta de novas atividades e tecnologias de inteligência voltadas a área de Segurança Pública no combate às organizações criminosas (CEARÁ, 2019).

A nova estratégia de combate à violência que está sendo desenvolvida no Ceará se baseia em integração, coordenação, cooperação e responsabilização em diferentes níveis.

Foram feitos investimentos em tecnologia da informação, em sistemas e dispositivos que favoreçam um trabalho com efetividade e segurança. [...] Com foco no território, além da realização da reestruturação prisional e do sistema socioeducativo do estado, há um aumento da presença policial nos municípios, o que tem inibido muitos crimes, principalmente contra o patrimônio. No entanto, dentro da nova estratégia do Governo do Ceará, é entendido que apenas isso não seria bastante para o combate à violência. Políticas públicas de educação, de redução da pobreza, de cultura, de esporte, e mesmo de saúde, também estão no centro das ações (CEARÁ, 2020).

Portanto, para que possamos almejar uma diminuição da insegurança, da criminalidade, da violência e do medo, é necessário, com urgência, que avancemos comas políticas públicas, notadamente nas áreas de educação, cultura, esporte e lazer. Observa-se que como todas as demais atividades sociais, as facções criminosas acabam refletindo e influenciando na política de um modo geral, seja por meio da escolha e financiamento de candidatos aos cargos eleitorais, ou por meio das políticas públicas que serão realizadas em irtude do avanço do fenômeno das facções criminosas e crescimento da violência (ARAÚJO, 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inquestionável, no estado do Ceará, são os assustadores índices de violência.

Diariamente, são noticiados nos mais diversos veículos de comunicação, as atrocidades e barbáries cometidos por organizações criminosas. Desde a expulsão de populares de suas moradias até esquadrejamentos, impor o terror é o mote principal dessas hordas. Agem com uma brutalidade tão desproporcional, que por vezes parecemos ter regredido a idade média.

Em igual proporção, são os esforços dispendidos pelas forças de segurança no que tange a inibição dessas inopinadas do crime organizado. Trabalhando de forma ininterrupta, desenvolvendo táticas e técnicas como contramedidas a essas ações marginais. Contudo, ainda aquém do ideal. Essas organizações criminosas, nas regiões onde atuam, exercem forte imposição social, seja por medo ou por admiração, dos populares perimetrizados geograficamente por essa égide marginal. Contando esses, em grande maioria, pelos fatores supracitados, com acobertamento destes.

Um fato que contribui para esse desbalanceamento entre as forças de segurança e a ocupação criminosa, é a escassez de intervenção estatal, com equipamentos capazes de produzir melhoria social na vida dos que ali habitam. Muitas vezes, o único braço do estado que conhecem é a polícia, que por mister profissional tem o dever de cumprir a lei. Isso muitas vezes entra em colisão com a dinâmica social da região onde atua. Sendo que o poder verdadeiramente emana do povo, conforme versa o preâmbulo da constituição Brasileira, avocar esses populares é, indubitavelmente, a medida mais correta a ser

executada. Contudo, isso não ocorre da noite para o dia e nesse quesito, muitas políticas estão sendo implementadas como os conselhos comunitários participativos e o policiamento comunitário, essas medidas a médio e longo prazo serão os fatores preponderantes no auxílio ao combate ao crime organizado.

Corroborando com essas medidas, uma atualização nas grades curriculares das polícias, que foi a inserção da disciplina de policiamento comunitário, que por sua vez tem a função de quebrar a filosofia de policiamento tradicional, modernizado assim a forma como as forças de segurança combatem o crime organizado, principalmente as facções criminosas, já que atualmente é o conglomerado que mais se expandiu e justamente devido a esse enraizamento social, é que provoca as maiores manchas criminais no estado do Ceará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Temístocles Telmo Ferreira. **Política de segurança pública na sociedade brasileira sob a ótica das Políticas Públicas: Análise da Prevenção Criminal e Prevenção Social**. 2018. Disponível em: < <https://temistoclestelmo.jusbrasil.com.br/artigos/189550129/politica-deseguranca-publica-na-sociedade-brasileira-sob-a-otica-das-politicas-publicas> >. Acesso em 17 março 2021.

AMORIM, C. (2011). **Comando Vermelho: A história do crime organizado vermelho**. Rio de Janeiro: Best Bolso.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública BARREIRA, César. Questão de política, questões de polícia: a segurança pública no Ceará. O Público e o Privado. 2004.

BENGOCHEA, J. L. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BAYLEY, D. H. Padrões de Policiamento. Edusp, São Paulo: 2001, p. 269. n. 1

CARVALHO, Vilobaldo; ADELÍDIO, de e Silva; MARIA, do Rosário de Fátima. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. Revista Katálysis [online]. 2011, v. 14, [Acessado 18 Junho 2021], pp. 59-67. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100007>>. Epub 08 Jun 2011. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100007>.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 22 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/>>. Acesso em 22 de maio de 2021.

CEPIK, Marco. Inteligência e Políticas Públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação. 2002.

COSTA, Marco Antônio. Crime, polícia e justiça no Brasil. Revista Núcleo de Criminologia. São Paulo.

2014

CRUZ, Tercia Maria Ferreira; GENENA, Samia Kamal. **O papel da inteligência no enfrentamento ao crime organizado**: A experiência recente do Estado de Santa Catarina. Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública. REBESP. V 6 n1 2014.

DIAS, Erasmo. **Doutrina de Segurança e Risco**: Segurança dos Cidadãos. Ofício nº155. São Paulo: Departamento Técnico de Taquigrafia, 2003.

D'URSO, Luiz Flávio Borges. **A segurança pública no Brasil**. Ed. nº 141. Rio de Janeiro: Revista Jurídica Consulex, 2002.

FELTRAN, Gabriel de Santis. (2011), **Fronteiras de tensão**: Política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo, Editora Unes.

FREIRE, M. D. **Paradigmas de segurança no Brasil**: da ditadura aos nossos dias. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 3, edição 5, p. 100-114, ago./set. 2009.

GODOI, Rafael. (2011a), **“Para uma reflexão sobre efeitos sociais do encarceramento”**. Revista Brasileira de Segurança Pública, no 8, pp. 138-154.

HIRATA, Daniel Veloso. (2011a), **“Produção da desordem e gestão da ordem**: Notas para uma história recente do transporte clandestino em São Paulo”. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 4, no 3, pp. 441-465.

LIMA, Pe. Agnaldo Soares. **Refletindo sobre as facções dentro do sistema socioeducativo**. Brasília-2016. Disponível em: <<http://s3-sa-east-1.amazonaws.com>>

com/rsborgbr/social/downloads/2018_06_28/REFLETINDO-SOBRE-FACCAO-NO-SOCIOEDUCATIVO-VF.pdf> Acesso em 12 de maio de 2021.

MARQUES, Adalton. (2007), **“Da bola de meia” ao triunfo do ‘Partido’**: Dois relatos sobre o ‘proceder’”. Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, Vol. 1, no 1. Manso, B. P. Dias, C. N. (2018). *A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo. Editora Todavia.

MOURA, José Edval Fernandes de. **A Integração das Instituições de Segurança Pública no Estado do Ceará**. UFC. 2008 PAIVA, Luiz Fábio S.; BARROS, João Paulo Pereira; CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. *Violência no Ceará: As chacinas como expressão da política e conflito entre as facções*. v. 17 n. 33 Dossiê Violência dentro e fora das prisões: a dinâmica criminal das facções. 2019.

PAVEGLIO, R. **A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA SEGURANÇA PÚBLICA**. RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber, [S. l.], v. 3, n. 3, 2021. DOI: 10.51473/rcmos.v3i3.45. Disponível em: <http://revistacientificaosaber.com.br/ojs/envie-seuartigo/index.php/rcmos/article/view/45>. Acesso em: 18 jun. 2021.

PERALVA, Angelina; SINHORETTO, Jacqueline; GALLO, Fernanda de Almeida. (2012), **Economia da droga, instituições e política no Brasil**: a CPI do Narcotráfico. *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte, Fino Traço, pp. 199-228.

RODRIGUES, Veruska Carla de Oliveira. **A violação do direito fundamental de locomoção em áreas dominadas por facções criminosas no estado do**

Ceará. 2020.

- SHIMIZU, Bruno. **Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas**: um estudo criminológico à luz da psicologia das massas. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2014.
- SINHORETTO, Jacqueline. (2012), “**Campo estatal de administração de conflitos**: Múltiplas intensidades de justiça”. Anuário Antropológico 2009, pp.109-123.
- SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança pública**: presente e futuro. Estudos Avançados [online]. 2006, v. 20, n. 56 [Acessado 18 Junho 2021] , pp. 91-106. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000100008>>. Epub 10 Jun 2008. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000100008>.
- VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. **A polícia à luz da sociologia da violência**: "policólogos" entre a crítica e a intervenção. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 5, p. 72-87, 2011.
- WACQUANT, Loic. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. Tradução de Sérgio Lamarão. 3. ed. rev. e ampl. 3. reimpr. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- WELBER, Francisco Castro Rocha. **A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO COMBATE AOS CRIMES ORGANIZADOS**: NUMA PERSPECTIVA DO ESTADO DO CEARA. FAMETRO. 2019.

CAPÍTULO 7

ROJETO DE CRIAÇÃO DA REDE CUCA¹

Estanislau Ferreira Bié²
Henrique Cunha Junior³

1 INTRODUÇÃO

A Rede Cuca, criada em Fortaleza, fomentada por meio de uma política pública da prefeitura e compilada

¹ A Rede Cuca é uma política pública da Prefeitura de Fortaleza, executada por meio da Secretaria Municipal da Juventude, que objetiva oferecer proteção social e oportunidades prioritariamente, jovens de 15 a 29 anos.

² Docente pesquisador do Programa de Pós-doutoramento em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Doutor e Mestre em Ciências da educação pela UNISAL. Cursos Especialização em Policiamento comunitário pela UFC; Segurança pública pela FATE, Ciências política sociedade e governo pela UVA/UNIPACE, Ciências da educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO; História e cultura afro-brasileira e indígena pela FATE. Bacharela em Teologia pelo UNINTA e Bacharel Serviço Social pelo UNIBTA. Licenciatura em Ciências da religião pelo UNINTA; Licenciatura História pelo UNINTA; Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade KURIOS. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e oficial da Policial Militar do Ceará, lotado na 2ª CPG/ALECE.

³ Doutor pelo Instituto Politécnico de Lorraine - Nancy - França (1983). Mestre em História (DEA) Faculdade de Letras de Nancy- França (1981). Pós-doutoramento em Engenharia - Universidade Técnica de Berlin - Bolsista DAAD - do governo Alemão (1985). Livre Docente da Universidade de São Paulo (Título de Pós-doutoramento com tese e concurso público) (1993). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. (1994). Professor da Universidade de São Paulo (1984- 1994). Pesquisador Sênior e Chefe de Departamento - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT (1987- 1995). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (1994- 2020). Professor Visitante da Universidade Federal da Bahia (2020). Leciona as disciplinas de graduação e Pós-graduação de: História dos Afrodescendentes; Urbanismo Africano; Bairros negros; Ciência tecnologia e Sociedade; Planejamento Energético. Pesquisa urbanismo Africano; Bairros negros; Educação da população negra; Tecnologias Africanas na Formação do Brasil. Orientou 30 teses de doutoramento e 50 mestrados. Trabalha com a teoria da Complexidade Sistêmica e a Transdisciplinaridade. Cursos Especialização em Cidades (2016). Tem Curso Técnico da Acupuntura na Mãos - (2016). Cursos Especialização em Projeto Arquitetônico Contemporâneo: Teoria e Prática (Universidade Federal do Ceará - 2019 a 2022). Especialização em Paisagismo e Iluminação (UNYLEA- 2023-2024). Orientou 31 Teses de doutoramento nas áreas de Engenharia, Educação. Arquitetura e Urbanismo. Autor de Tear Africano - Contos - Autor de Espaço Público, Urbanismo e Bairros Negros - Editora Appris- (2020).

por secretaria da juventude, é um exemplo significativo de um projeto que visa promover o desenvolvimento social, cultural e educacional de jovens, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Lançada em 2009, essa iniciativa se destacou como um espaço inovador que buscou proporcionar oportunidades de aprendizado, expressão artística e desenvolvimento de habilidades para a juventude local. Uma das principais motivações por trás da criação da Rede Cuca foi a necessidade de oferecer alternativas construtivas para os jovens em comunidades carentes, reduzindo os riscos de envolvimento em atividades nocivas, principalmente os jovens negros, como o uso de drogas e a violência. Ao fornecer um ambiente seguro e acolhedor, a Rede Cuca busca não apenas afastar os jovens dessas realidades adversas, mas também capacitá-los para que possam alcançar um pleno desenvolvimento pessoal e social. Estando esses vinculados a grande relevância social local e por conseguinte ensinam a realização do estudo.

Ao se concentrar em grupos sociais de baixo perfil socioeconômico, a Rede Cuca reconhece e aborda as desigualdades estruturais que muitas vezes perpetuam a exclusão e a marginalização. Isso é crucial para melhorar a qualidade de vida dessas comunidades, pois oferece oportunidades tangíveis de desenvolvimento pessoal e social. Por meio de programas educacionais, culturais, esportivos e de capacitação profissional, a Rede Cuca capacita os participantes a adquirirem habilidades e conhecimentos que lhes permitam alcançar uma vida mais satisfatória

e produtiva. Em muitas áreas urbanas, grupos sociais marginalizados enfrentam barreiras significativas para acessar oportunidades educacionais, culturais e de lazer. Isso pode levar a uma série de consequências negativas, incluindo desemprego, pobreza e envolvimento em atividades criminosas. A Rede Cuca intervém nesse ciclo ao oferecer uma ampla gama de programas e serviços que são acessíveis e relevantes para a população atendida.

O problema da pesquisa se propôs a verificar o impacto, em nível de melhoria social na vida das populações atendidas pelas atividades oferecidas pela Rede Cuca, em particular a melhoria social na população jovem negra, alcançadas pelas atividades da Rede Cuca. Com isso, a pretensão foi mensurar se o impacto social na vida das populações atendidas pela Rede Cuca foi significativo e abrangente. Compreender também se essa iniciativa desempenhou um papel fundamental na promoção da inclusão social, no desenvolvimento pessoal e na melhoria da qualidade de vida das comunidades beneficiada. Esta abordagem foi crucial, considerando a necessidade de compreender se as iniciativas da Rede Cuca estão verdadeiramente promovendo a inclusão social, o desenvolvimento pessoal e a melhoria da qualidade de vida nessas comunidades.

O objetivo geral desta pesquisa orbitou em analisar a criação da Rede Cuca como uma iniciativa de intervenção social voltada para o desenvolvimento e promoção de oportunidades para jovens em situação de vulnerabilidade, enfatizando essa na população jovem negra atendida,

investigando seu impacto na melhoria da qualidade de vida e no fortalecimento das comunidades locais. Dessa feita os objetivos específicos foram direcionados concernentes a Investigar o contexto social e econômico que motivou a criação da Rede Cuca, incluindo as necessidades e desafios enfrentados pela população jovem nas áreas urbanas de Fortaleza. Analisar o modelo de intervenção adotado pela Rede Cuca, incluindo sua estrutura organizacional, programas oferecidos e parcerias estabelecidas com outras instituições públicas e privadas. Avaliar o impacto da Rede Cuca na vida dos jovens atendidos, incluindo seu desenvolvimento pessoal, educacional e profissional, bem como sua participação em atividades sociais e comunitárias.

A metodologia adotada nesta pesquisa envolveu uma abordagem qualitativa, voltada a compreensão abrangente da criação da Rede Cuca e seu impacto nas comunidades atendidas. Esta abordagem permitiu uma análise mais completa e detalhada dos diferentes aspectos dessa iniciativa, para isso o estudo foi predominantemente bibliográfico e documental. Isso significa que o problema de pesquisa foi abordado por meio da análise de literatura existente e de documentos relacionados à criação da Rede Cuca, como relatórios institucionais, documentos governamentais, artigos acadêmicos e outras fontes relevantes. Pautou-se por viés exploratório, buscando compreender mais profundamente o contexto em que a Rede Cuca foi criada, as motivações por trás de sua implementação e os resultados alcançados até o momento. As

variáveis geradas durante a pesquisa foram de natureza qualitativa, uma vez que se concentraram em aspectos subjetivos, como percepções, experiências e impacto percebido pelos indivíduos e comunidades envolvidos com a Rede Cuca. Além disso, este estudo foi enquadrado como pesquisa aplicada, pois os conhecimentos produzidos têm relevância direta e imediata para a prática e a tomada de decisão em nível local, podendo contribuir para o desenvolvimento de políticas e programas mais eficazes voltados para o desenvolvimento juvenil e comunitário em outras regiões com desafios semelhantes.

2 A CRIAÇÃO DA REDE CUCA

De acordo com Vieira (2020), a criação da Rede Cuca é um marco significativo no cenário social e educacional de Fortaleza e representa uma resposta inovadora aos desafios enfrentados pela juventude em comunidades vulneráveis. Esta iniciativa surgiu como uma resposta às necessidades urgentes de proporcionar alternativas construtivas e oportunidades de desenvolvimento para os jovens em meio a um contexto de desigualdade socioeconômica e limitado acesso a serviços e recursos. Uma das principais razões por trás da criação da Rede Cuca foi a preocupação com o aumento da vulnerabilidade e do risco social enfrentado pela juventude em áreas urbanas desfavorecidas. O contexto de pobreza, violência e falta de perspectivas de futuro criava um ciclo de exclusão e marginalização que afetava especialmente os jovens, co-

locando-os em situações de alto risco, como o envolvimento com drogas e a criminalidade.

Ainda conforme relata Vieira (2020, p.118), a criação da Rede Cuca foi motivada pelo reconhecimento da importância de abordagens integradas e multidisciplinares para promover o desenvolvimento integral dos jovens. Em vez de oferecer apenas programas educacionais convencionais, a Rede Cuca adotou uma abordagem que combina atividades esportivas, culturais, artísticas, educacionais. Isso permite que os jovens explorem seus interesses e talentos, ao mesmo tempo que desenvolvem habilidades sociais, emocionais e cognitivas essenciais para o sucesso pessoal e profissional, revelando no tocante as medidas assistências os seguintes dados:

A Rede Cuca nasceu de uma demanda popular, solicitada por meio do Orçamento Participativo da prefeitura, para atender às principais necessidades da juventude de Fortaleza e da Região Metropolitana, sendo atualmente considerada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza a principal Política Pública de Juventude do Município. A Rede Cuca, de acordo com o site da Prefeitura de Fortaleza, “é uma rede de proteção social e oportunidades formada por três Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cucas)”, localizados nos bairros Barra do Ceará, Mondubim e Jangurussu. Esses Centros Urbanos são mantidos pela Prefeitura de Fortaleza, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, e geridos pelo Instituto Cuca, uma Organização Social (O.S.) vinculada e financiada pela Prefeitura de Fortaleza e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A rede atende prioritariamente jovens de 15 a 29 anos e tem

como objetivo promover a garantia de direitos humanos por meio da descentralização das atividades que se concentram nos bairros mais abastados da cidade. Com esse intuito, são oferecidos “cursos, práticas esportivas, difusão cultural, formações e produções na área de comunicação e atividades que fortalecem o protagonismo juvenil”, além de “eventos estratégicos, festivais, mostras, exposições e programação permanente de shows, espetáculos e cinema”.

Consoante os ensinamentos de Anjos (2015), a promulgação do Estatuto da Juventude em agosto de 2013 representou um marco importante no reconhecimento e garantia dos direitos dos jovens no Brasil. Esta legislação, por meio da Lei nº 12.852, estabeleceu não apenas os direitos específicos da juventude, mas também os princípios e diretrizes sobre políticas públicas para esse segmento da população, bem como a criação do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Um dos aspectos fundamentais abordados pelo Estatuto da Juventude é o reconhecimento da importância da participação juvenil na formulação e implementação de políticas públicas. Este direito reconhece a importância do exercício da cidadania e a promoção da inclusão social. Neste contexto, a iniciativa da Rede Cuca se destaca como uma estratégia eficaz para compartilhar com os jovens a complexidade e abrangência do Estatuto da Juventude.

Relata ainda Anjos (2015, p.4) sobre os desafios sociais de enfrentamento da Rede Cuca que:

As atividades dos equipamentos da Rede Cuca ainda são recentes no cotidiano da juventude e

da cidade, mas levando em conta a carência de espaços públicos e de atividades de acesso possível para os jovens das periferias de Fortaleza, os Cucas vêm se configurando como pontos de busca por formação, de potenciais encontros de habilidades e vontades pulsantes da juventude. Mesmo com tais características, também entendemos que os equipamentos ainda possuem muitos desafios a serem abordados, como a construção de um diálogo forte com as comunidades do entorno e o fortalecimento das políticas públicas de juventude pelas gestões.

Conforme relata Cruz (2023), a Rede Cuca, composta pelos cinco Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cucas), sendo uma iniciativa emblemática da Prefeitura de Fortaleza, esses centros foram estabelecidos com o propósito claro de fortalecer as políticas de juventude, oferecendo oportunidades de formação, expressão artística e inclusão social para jovens, principalmente aqueles provenientes de comunidades periféricas. A história da Rede Cuca remonta à criação do Cuca Che Guevara, agora denominado Cuca Barra, em 2009. A partir dessa primeira instituição, surgiram outras duas em 2014: o Cuca Mondubim e o Cuca Jangurussu. Posteriormente, em 2020, foram inaugurados o Cuca José Walter e, mais recentemente, o Cuca Pici, em 2022. Essa expansão da Rede Cuca reflete o compromisso contínuo da gestão municipal em oferecer espaços e oportunidades para os jovens de diferentes regiões da cidade.

Destarte a historicidade expositiva sobre a criação da Rede Cuca, Cruz (2020), ainda revela que os objetivos da

Rede Cuca são amplos e abrangentes, visando promover a pesquisa, o ensino e a aprendizagem em diversas áreas, incluindo arte, cultura, educação, tecnologias digitais e esportes. No campo da arte, cultura e educação, os Cucas oferecem uma variedade de formações artísticas e socio-educativas em linguagens como dança, música, pintura, teatro e outras expressões artísticas. Essas formações não apenas capacitam os jovens em habilidades específicas, mas também promovem o desenvolvimento pessoal, o senso de identidade e o fortalecimento da autoestima, preparando os jovens para ingressarem no mercado de trabalho ou seguirem estudos superiores.

O autor ainda enfatiza no tocante ao acolhimento das populações com maior disparidade social, com ênfase a população jovem negra, concernente ao oferecer espaços de convivência, formação e expressão artística, a Rede Cuca capacita os jovens a se tornarem cidadãos ativos, criativos e engajados em suas comunidades. Essa iniciativa não apenas enriquece a vida dos jovens individualmente, mas também contribui para o fortalecimento da coesão social e o desenvolvimento sustentável da cidade como um todo, os termos que se refere no seguinte:

[...] é importante ressaltar que a Rede Cuca é um campo de atuação significativo para os/as artistas-docentes e outros/as educadores/as envolvidos/as, no qual eles/as trabalham em prol das juventudes da cidade de Fortaleza. Esses espaços são caracterizados como locais de luta e resistência, visando garantir o ensino das artes, das tecnologias digitais, dos esportes e promovendo o protagonismo juvenil, bem como outras inicia-

tivas e ações que visem o progresso dos jovens na sociedade. Os/as artistas-docentes, por meio de suas experiências e mediações no contexto em que atuam, desenvolvem suas práticas artísticas e socioeducativas, inspirando-se nos conhecimentos agregados ao longo de suas trajetórias de vida pessoal, social, acadêmica e profissional. Essas práticas são direcionadas às juventudes matriculadas nos cursos artísticos e formativos da Rede, que são majoritariamente jovens negros oriundos das periferias de Fortaleza-CE. (CRUZ, 2023, p.42 apud SILVA, 2021).

Seguindo a evolução histórica que versa sobre o desenvolvimento da Rede Cuca, Carmerino (2020) explica que a criação da Rede Cuca foi fruto de uma demanda latente da juventude de Fortaleza, que clamava por espaços que oferecessem atividades e oportunidades relevantes para seu desenvolvimento pessoal e social. Essa demanda foi atendida por meio de um mecanismo de participação popular: o orçamento participativo, que permitiu a destinação de recursos públicos para a implementação dos Cucas. Nesse grau de significância a Rede Cuca de Fortaleza se destaca como um importante espaço de referência na oferta de oportunidades para os jovens nas áreas de cultura, educação, comunicação, esporte e lazer. Além disso, a articulação dos diferentes Cucas em rede, permite a execução de atividades complementares, garantindo que as oportunidades sejam equitativamente distribuídas pelos territórios.

2.1 – PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPU-

LAÇÃO ATENDIDA PELA REDE CUCA

Carmerino (2020) explica que a relação entre território geográfico e violência é um tema complexo e crucial para o entendimento dos padrões de criminalidade em uma cidade. Em 2009, essa relação recebeu uma atenção especial com a publicação da pesquisa “Cartografia da Criminalidade e da Violência de Fortaleza”. Essa pesquisa, realizada em parceria pelas universidades estadual e federal do Ceará e a Guarda Municipal de Fortaleza, proporcionou uma visão detalhada dos níveis de criminalidade em diferentes bairros da cidade, através da formulação de um mapa específico. É de acordo com esse contexto que foram implementados os diversos Cucas que compõem a Rede. Caracterizada por uma população predominantemente jovem, com metade dos habitantes possuindo até 22 anos, essa região enfrenta desafios significativos, como altos índices de analfabetismo e uma economia baseada principalmente na prestação de serviços. Essa instituição desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento social e na redução da violência, oferecendo oportunidades de educação, cultura, esporte e lazer para os jovens das regiões contempladas.

Em relação a predominância socioeconômica da população assistida pela Rede Cuca e as medidas socioeducacionais implementadas, Junior (2019, p.66), explica o seguinte:

A educação deveria socializar as pessoas e dar a cada uma delas soluções e opções para a condução saudável de suas vidas. A problemática é que a população negra vive em bairros e nestes se estabelecem as relações sociais e os modos de vida da coletividade negra que devem ser considerados pela educação. Nesses bairros se constroem as identidades, os hábitos de vida, manifestam-se as culturas e alegrias, entretanto, em muitas das vezes, também se destroem potencialidades de vidas insatisfatórias e infelizes, decorrentes de uma sistemática do racismo antinegro produzido no espaço urbano da sociedade brasileira, sendo que as ciências do urbanismo não tratam esses temas e muito menos a educação.

Para Lima (2021), é significativo notar que os equipamentos da Rede CUCA estão localizados em áreas consideradas as mais vulneráveis do município de Fortaleza, incluindo os bairros Barra do Ceará, Mondumbim, José Walter, Jangurussu e Pici. Estas áreas apresentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), refletindo desafios significativos em termos de acesso a serviços básicos, educação e oportunidades de emprego. Ao concentrar seus esforços nessas regiões, a Rede CUCA busca proporcionar aos jovens o acesso a recursos e oportunidades que, de outra forma, poderiam ser inacessíveis, ajudando a reduzir as disparidades sociais e promover um desenvolvimento mais equitativo. Essa constatação por sua vez reflete o compromisso de alcançar e impactar positivamente uma grande parte da população jovem da cidade, contribuindo para fortalecer as comunidades locais e promover o desenvolvimento sustentável.

2.2 – BAIRROS SELECIONADOS

Consoante descreve Rodrigues (2023), a Rede Cuca, mantida pela Prefeitura de Fortaleza - CE e gerida pelo Instituto Cuca, representa um modelo exemplar de rede de proteção social e de oportunidades. Estrategicamente posicionada nos bairros periféricos da cidade, a Rede Cuca desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento pessoal, educacional e social dos moradores dessas comunidades. Um dos aspectos mais importantes da Rede Cuca é sua ênfase na promoção e garantia dos direitos humanos. “A Rede Cuca é uma rede de proteção social e de oportunidades, formada por Cucas, mantidos pela Prefeitura de Fortaleza - CE, estrategicamente posicionados em bairros da periferia da cidade. Geridos pelo Instituto Cuca, os Cucas Barra, Jangurusu, José Walter, Mondumbim e Pici [...]” (RODRIGUES, 2023, p.62).

2.2.1 – Cuca Barra do Ceará

Conforme expõe Rodrigues (2023) a inauguração do Cuca Barra em 2009 marcou um marco importante na política pública de juventude em Fortaleza. Localizado na Barra do Ceará, o Cuca Barra não apenas se tornou um centro de referência para os jovens da região, mas também simbolizou o compromisso da Prefeitura em proporcionar oportunidades de desenvolvimento e lazer para a juventude da cidade. Com uma área total de 14 mil

m², o Cuca Barra oferece uma ampla gama de instalações e recursos destinados a atender as diversas necessidades e interesses dos jovens. O ginásio coberto, o anfiteatro, a pista de skate, a piscina semiolímpica e o campo de futebol de areia são exemplos de espaços que promovem a prática esportiva e o convívio social entre os jovens.

Ainda de acordo com o autor, além disso, o Cuca Barra também oferece espaços dedicados à cultura e à educação, como o cineteatro, as salas de aula e os laboratórios equipados para cursos de fotografia. Esses recursos permitem que os jovens explorem e desenvolvam suas habilidades artísticas e intelectuais, além de proporcionar oportunidades de aprendizado e formação profissional. Ao longo dos anos, o Cuca Barra se estabeleceu como um símbolo da política pública de juventude de Fortaleza. Sua presença na Barra do Ceará não só contribui para o desenvolvimento local, mas também fortalece o senso de identidade e pertencimento dos jovens da região. Além disso, o Cuca Barra desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social, ao oferecer acesso gratuito a uma variedade de atividades e serviços para jovens de todas as origens e condições socioeconômicas.

2.2.2 – Cuca Jagurussu

Carneiro et al. (2019), relata que a inauguração do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca), conhecido como Cuca Jangurussu, em fevereiro de 2014, representou um marco importante na oferta de oportu-

nidades e serviços para a juventude do bairro Jangurussu e da região VI de Fortaleza. Assim como outros equipamentos Cuca, o Cuca Jangurussu se tornou um ponto de referência na comunidade, oferecendo uma ampla gama de instalações e atividades voltadas para o desenvolvimento pessoal, educacional e cultural dos jovens. Com uma infraestrutura impressionante, o Cuca Jangurussu oferece um ambiente propício para a prática esportiva, a expressão artística, o aprendizado acadêmico e o desenvolvimento de habilidades técnicas.

Para Gadelha (2023) a presença do Cuca Jangurussu na comunidade não apenas oferece acesso a recursos e oportunidades que muitos jovens de áreas periféricas podem não ter acesso de outra forma, mas também desempenha um papel vital na promoção da inclusão social e no fortalecimento do senso de comunidade e pertencimento. Ao oferecer espaços e atividades que incentivam a participação ativa e o engajamento cívico, o Cuca Jangurussu contribui para a formação de cidadãos conscientes e ativos, que se preocupam com o bem-estar de suas comunidades e têm as habilidades e conhecimentos necessários para fazer uma diferença positiva no mundo. Essa rede visa proporcionar um conjunto abrangente de serviços e atividades que promovam o desenvolvimento integral dos jovens, preparando-os para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que surgem em suas vidas.

Em consonância com o exposto Camerino (2020), externa que a presença do Cuca Jangurussu na comuni-

dade não apenas oferece acesso a recursos e oportunidades que muitos jovens de áreas periféricas podem não ter acesso de outra forma, mas também desempenha um papel vital na promoção da inclusão social e no fortalecimento do senso de comunidade e pertencimento. Ao oferecer espaços e atividades que incentivam a participação ativa e o engajamento cívico, o Cuca Jangurussu contribui para a formação de cidadãos conscientes e ativos, que se preocupam com o bem-estar de suas comunidades e têm as habilidades e conhecimentos necessários para fazer uma diferença positiva no mundo.

2.2.3 – Cuca José Walter

De acordo com o Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, IC Fortaleza (2024), a inauguração do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca) José Walter, em dezembro de 2020, marcou um avanço significativo na oferta de infraestrutura e oportunidades para os moradores do bairro José Walter, na regional V de Fortaleza. Este equipamento, o quarto e mais recente da rede Cuca, representa um compromisso contínuo da Prefeitura de Fortaleza em investir no desenvolvimento da juventude e da comunidade local. Além disso, o Cuca José Walter se destaca por ser o primeiro equipamento da rede a incluir um espaço de coworking. Essa iniciativa reflete o reconhecimento da importância do empreendedorismo e da economia criativa para o desenvolvimento econômico e social da região.

Ainda de acordo com o IC Fortaleza (2024), o Cuca José Walter oferece uma variedade de espaços destinados a atividades culturais, esportivas, educacionais e empreendedoras. As piscinas cobertas, o teatro, as salas de artes marciais, a quadra coberta, o campo de areia, o skatepark, o espaço cross training e o anfiteatro proporcionam oportunidades para os jovens explorarem seus interesses, desenvolverem habilidades e se envolverem em atividades construtivas. Essa iniciativa reflete o reconhecimento da importância do empreendedorismo e da economia criativa para o desenvolvimento econômico e social da região. Ao oferecer um ambiente colaborativo e recursos para empreendedores locais, o Cuca José Walter estimula a inovação, a criatividade e o desenvolvimento de novos negócios, contribuindo para o crescimento econômico sustentável da comunidade.

2.2.4 – Cuca Mondubim

Conforme expositiva do IC Fortaleza (2024), A denominação do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca) como Cuca Chico Anysio, em homenagem ao renomado humorista cearense, é um reconhecimento do legado cultural e artístico deixado por esse grande ícone do humor brasileiro. Localizado no bairro Mondubim, na Regional V de Fortaleza, o Cuca Chico Anysio, popularmente conhecido como Cuca Mondubim, foi inaugurado em 21 de fevereiro de 2014, marcando o início de uma iniciativa importante para a promoção da

cultura, educação e lazer na cidade. Além de proporcionar acesso a instalações e recursos de alta qualidade, o Cuca Mondubim desempenha um papel importante na promoção da inclusão social e na oferta de oportunidades para os jovens da região. A inauguração do Cuca Mondubim marcou também o início da Rede Cuca, uma rede de proteção social e oportunidades para a juventude, que inicialmente incluía o Cuca Barra, na Regional I, e os Cucas Mondubim e Jangurussu, integrando esforços para oferecer uma gama abrangente de serviços e atividades que promovam o desenvolvimento integral dos jovens.

Dessa feita, ainda em conformidade com IC Fortaleza (2024), com uma infraestrutura impressionante, que inclui ginásio coberto, anfiteatro, pista de skate, piscina semiolímpica, campo de futebol de areia, cineteatro, salas de aula, estúdio de rádio e TV, laboratórios equipados para cursos de fotografia e espaço de artes cênicas, o Cuca Mondubim oferece uma variedade de espaços e atividades destinadas a atender as diversas necessidades e interesses da juventude local. A presença do Cuca Mondubim na região V de Fortaleza não apenas oferece acesso a recursos e oportunidades que muitos jovens podem não ter acesso de outra forma, mas também promove a integração comunitária, o fortalecimento do senso de pertencimento e o desenvolvimento de habilidades e talentos locais. Ao oferecer um espaço seguro e acolhedor onde os jovens podem se conectar, aprender e crescer juntos, o Cuca Mondubim contribui para o desenvolvi-

mento pessoal e comunitário, além de fortalecer os laços sociais e culturais na região.

2.2.5 – Cuca Pici

Ainda em conformidade com a expositiva do IC Fortaleza (2024), a construção do Cuca Pici, que será o quinto equipamento da Rede Cuca a ser entregue, representa um avanço significativo na oferta de oportunidades e serviços para a juventude de Fortaleza, especialmente na região III da cidade. Com uma área construída superior a 16 mil m², o Cuca Pici promete ser um espaço amplo e diversificado, projetado para atender às diversas necessidades e interesses dos jovens locais. A inclusão dessas instalações e recursos é crucial para garantir que o Cuca Pici atenda às diversas necessidades e interesses dos jovens da região. A presença de uma piscina, por exemplo, oferece oportunidades para a prática de esportes aquáticos e atividades de lazer, promovendo a saúde física e o bem-estar dos jovens. O teatro e o auditório proporcionam espaços para expressão artística e cultural, enquanto o espaço de coworking estimula o empreendedorismo e a inovação entre os jovens locais.

A entrega do Cuca Pici representa também um investimento no desenvolvimento econômico e social da região, segundo descreve o IC Fortaleza (2024), pois ao oferecer um espaço moderno e bem equipado para a juventude local, o Cuca Pici contribui para o fortalecimento da comunidade e para a criação de oportunidades de em-

prego e negócios na região.

2.3 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Para Gadelha (2023), a Rede Cuca, como uma política pública em transição, desempenha um papel crucial na promoção de valores sociais, educacionais e humanitários. Ao oferecer acesso a uma variedade de atividades, desde esportes e lazer até cultura e arte, a Rede Cuca se torna um espaço vital para o desenvolvimento e proteção dos direitos dos jovens, conforme estabelecido pela Constituição Brasileira. Um dos aspectos mais significativos da Rede Cuca é sua abordagem na área da educação não formal. Este modelo educacional complementa o sistema formal de ensino, fornecendo oportunidades de aprendizado que vão além das paredes da sala de aula tradicional. Isso é especialmente relevante em um contexto em que a diversidade de interesses e necessidades dos jovens demanda abordagens flexíveis e inclusivas.

Ainda de acordo com o autor, a Rede Cuca fomenta uma rede pública de ensino socioeducativo de caráter complementar a formação formal, nos termos que se refere da seguinte forma:

No contexto da educação não-formal, caracterizam-se as iniciativas socioeducativas como medidas mediadoras do processo de ensino e aprendizagem em consonância com os interesses e necessidades das camadas populares. Na Rede Cuca, essas manifestações se corporificam de diferentes formas, revelando que as pautas sociais impactam na realidade dos jovens da cidade. A

Rede Cuca enquanto política pública que integra um caráter socioeducativo dialoga também com uma política educacional voltada para jovens que, de algum modo, necessitam de acesso à formação social, cultural, artística, tecnológica, esportiva e outras que, infelizmente, a escolarização deixa a desejar. Salienta-se ainda que as discussões que ancoram a base dissertativa deste estudo problematizam o contexto da educação formal no âmbito do ensino público e gratuito, não se direcionando às questões da educação privada, a qual merece outra gama de leituras, reflexões e críticas (GADELHA, 2023, p.29).

Conforme relata Pezeta (2024) no canal juventude, a Rede Cuca é uma iniciativa abrangente que aborda diversos aspectos essenciais para o desenvolvimento e bem-estar dos jovens, com destaque para os direitos humanos, cidadania e sustentabilidade. Ao analisar os principais programas e atividades oferecidos pela rede, fica evidente o compromisso em promover a participação ativa dos jovens na sociedade e garantir seu acesso a oportunidades que contribuam para seu crescimento pessoal e coletivo.

Abaixo estão descritas as principais ações desenvolvidas pela Rede Cuca:

2.3.1 - Direitos humanos e cidadania

A equipe de Direitos Humanos da Rede Cuca desempenha um papel crucial na promoção do protagonismo juvenil e na prestação de atendimento psicossocial e de saúde. Através de uma abordagem centrada no jovem,

essa equipe busca envolver os jovens em suas ações e projetos, fortalecendo sua participação na construção de uma comunidade mais justa e inclusiva. Além disso, o programa Cuca Saudável demonstra um compromisso com a saúde pública ao oferecer serviços como testagens gratuitas e distribuição de preservativos, contribuindo para a prevenção de doenças e a promoção de hábitos saudáveis entre os jovens.

2.3.2 – Sustentabilidade

No que diz respeito à sustentabilidade, a Rede Cuca desenvolve o programa Cuca Ambiental, que visa sensibilizar os jovens para questões ambientais e promover ações concretas de preservação do meio ambiente. Por meio de atividades como plantio de mudas e limpeza de ecossistemas, a rede não apenas educa os jovens sobre a importância da conservação ambiental, mas também os capacita a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

2.3.3 – Esporte

No campo do esporte, a Rede Cuca vai além de simplesmente formar atletas, oferecendo oportunidades para os jovens se envolverem em diversas modalidades esportivas e desenvolverem habilidades sociais e físicas. Com um amplo leque de opções esportivas gratuitas, a rede promove a inclusão e a sociabilidade entre os jovens, ao

mesmo tempo em que os incentiva a perseguirem seus sonhos e objetivos no esporte.

2.3.4 - JUVTV

A JuvTV, laboratório de produção audiovisual e novas mídias da Rede Cuca, desempenha um papel fundamental na ampliação da visibilidade das políticas públicas de juventude e na promoção de narrativas inovadoras protagonizadas por jovens. Ao oferecer uma plataforma para que os jovens compartilhem suas experiências e perspectivas, a JuvTV contribui para o fortalecimento da identidade e da voz da juventude, além de promover a formação e a sustentabilidade no campo da comunicação.

2.3.5 - Cultura

No âmbito cultural, a Rede Cuca proporciona um espaço vital para os jovens explorarem e desenvolverem seus talentos artísticos, descentralizando o acesso à cultura e promovendo apresentações e eventos culturais nas periferias de Fortaleza. Com uma variedade de programas e atividades culturais, a rede estimula a criatividade e o desenvolvimento artístico dos jovens, ao mesmo tempo em que fortalece o vínculo entre a juventude e sua comunidade.

2.3.6 - Cursos de artes e formação

Além disso, a Rede Cuca oferece uma ampla gama de cursos de formação profissional nas áreas de dança, teatro, música, tecnologia e outras, permitindo que os jovens adquiram habilidades relevantes para o mercado de trabalho e alcancem sua independência financeira. Ao investir na qualificação e orientação profissional dos jovens, a rede contribui para a redução do desemprego e a promoção da empregabilidade entre os jovens de Fortaleza.

2.3.7 – Biblioteca

A presença de bibliotecas em cada unidade da Rede Cuca é um componente fundamental para promover o acesso à informação, o desenvolvimento educacional e cultural, e o estímulo à leitura entre os jovens. Ao fornecer um acervo de mais de 16.500 livros e gibis, as bibliotecas da Rede Cuca oferecem uma ampla variedade de recursos para os usuários explorarem e desfrutarem.

2.3.8 – Trabalho e empregabilidade

O papel do trabalho na vida de um jovem é indiscutivelmente crucial, pois não só fornece meios de sustento, mas também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento pessoal, profissional e social. Nesse contexto, a atuação da Rede Cuca na inserção e reinserção dos jovens no mercado de trabalho é de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico e

para o bem-estar da juventude.

2.4 – GRUPOS SOCIAIS ALCAÇADOS

A Rede Cuca desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades sociais. De acordo com Rodrigues (2023) entre os jovens das periferias violentas de Fortaleza. Por meio de uma variedade de atividades e cursos disponibilizados, a Rede Cuca oferece oportunidades de desenvolvimento pessoal, educacional e profissional para uma população que historicamente foi marginalizada e privada de investimentos socioeducacionais. Um dos principais grupos sociais alcançados pela Rede Cuca são os jovens das periferias violentas da cidade. Esses jovens frequentemente enfrentam desafios como a falta de acesso à educação de qualidade, oportunidades de emprego e espaços seguros para lazer e recreação. Através das atividades oferecidas pela Rede Cuca, esses jovens têm a chance de participar de cursos, práticas esportivas, eventos culturais e programas de capacitação profissional que os capacitam a alcançar seu pleno potencial e a superar as barreiras socioeconômicas que enfrentam.

A palavra “social” incomoda-me muito. Quando dizem que a questão do negro é uma questão social, o que quer dizer “social”? As relações de gênero são uma questão social; a discriminação contra o portador de deficiência é uma questão social; a discriminação contra o negro é uma questão social. Ora, o social tem nome e endereço.

Não podemos diluir, retirar o nome, a religião e o sexo e aplicar uma solução química. O problema social tem de ser atacado especificamente (MUNANGA, 2004, p.54).

2.5 – RESULTADOS ALCANÇADOS

Para Rodrigues (2023), as ações da Rede Cuca também contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população negra que reside nas regiões atendidas pela Rede. Como muitas das periferias violentas de Fortaleza são habitadas por uma grande proporção de pessoas negras, os programas e iniciativas da Rede Cuca têm um impacto direto na vida desses indivíduos, proporcionando-lhes oportunidades de educação, emprego e participação cívica que antes lhes eram negadas. A diversidade de atividades e cursos oferecidos pela Rede Cuca desempenha um papel fundamental nesse processo. Ao fornecer uma ampla gama de opções, a Rede Cuca atende às necessidades e interesses variados dos jovens das periferias, permitindo-lhes escolher as atividades que melhor se adequam às suas habilidades e aspirações. Isso não apenas os capacita a adquirir novas habilidades e conhecimentos, mas também os capacita a se tornarem agentes de mudança em suas próprias comunidades.

3 CONCLUSÃO

A criação da Rede Cuca representa um avanço significativo no campo das políticas públicas voltadas para a

juventude em Fortaleza. Este projeto foi concebido com o objetivo de proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal, educacional e profissional para os jovens da cidade, especialmente aqueles que residem em áreas periféricas e enfrentam desafios socioeconômicos significativos. Os bairros selecionados para a implementação da Rede Cuca foram estrategicamente escolhidos levando em consideração diversos fatores, como a alta concentração de jovens, a carência de serviços e espaços de lazer e cultura e os índices de vulnerabilidade social. Em muitos casos, esses bairros são caracterizados pela presença de uma população majoritariamente negra, que historicamente tem enfrentado discriminação e exclusão social.

O perfil socioeconômico da população atendida pela Rede Cuca reflete a realidade de muitos jovens brasileiros que vivem em áreas periféricas de grandes cidades. Muitos deles enfrentam dificuldades como a falta de acesso à educação de qualidade, oportunidades de emprego e espaços seguros para lazer e recreação. A maioria desses jovens pertence a famílias de baixa renda e enfrenta desafios relacionados à violência, drogas e falta de perspectivas de futuro. No entanto, a Rede Cuca tem se destacado por oferecer uma ampla gama de atividades e programas que visam atender às necessidades e interesses desses jovens. Desde cursos de capacitação profissional até práticas esportivas, eventos culturais e atividades de lazer, a Rede Cuca oferece oportunidades de aprendizado, crescimento pessoal e integração comunitária.

Esse conglomerado de ações socioeducacionais tem

um impacto significativo na vida da população negra e jovem atendida pela Rede Cuca. Ao oferecer acesso a educação de qualidade, oportunidades de emprego e espaços de lazer e cultura, a Rede Cuca capacita os jovens a romperem o ciclo de pobreza e marginalização, permitindo que eles construam um futuro melhor para si mesmos e suas comunidades. Além disso, a Rede Cuca contribui para promover a inclusão social, fortalecer a autoestima e o senso de pertencimento desses jovens, além de estimular o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e competências para a vida, que são fundamentais para o sucesso pessoal e profissional.

Positivado isso, fica evidente que o estudo conseguiu resolver o problema da pesquisa, assim como também o tangenciamento dos objetivos propostos. Contudo, fica a reflexão que apesar da grande evolução técnica, em termos socioeducacionais avocados pelo surgimento da Rede Cuca, muito ainda carece de atenção, e aqui a particularidade continua em relação população negra jovem, que costumeiramente ainda sofre com estigmas sociais que entravam, por meio de gargalos étnicos a ascensão educacional e por consequência, a ascensão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Samaísa dos. Juventudes e Cidadania: Rede Cuca e a campanha sobre os Direitos dos Jovens. 2015.

CARNEIRO, Emmanuel Alves et al. Jovem, lazer e socie-

dade: perfil das atividades rede cuca. In: 30º ENAREL Encontro Nacional de Recreação e Lazer e IX Seminário de Estudos do Lazer. 2019.

CAMERINO, Larissa de Almeida Moraes. Políticas de atendimento a adolescentes em conflito com a lei: quando as juventudes entram em cena na rede Cuca de Fortaleza-CE. *Humanidades em Perspectivas*, v. 4, n. 9, 2020.

COSTA, Rosiane da Silva; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Informação mediada como instrumento de transformação social. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v.12, n.2, p. 361-384, maio/agosto, 2019.

CRUZ, Josivando Ferreira da. Entrelaçamentos da formação étnico-racial/teatral a partir de narrativas de artistas-docentes negras/os da Rede Cuca, em Fortaleza-CE. 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DE JESUS, Tiago Souza et al. *Negras grafias em autobiografias*. Editora Via Dourada. Fortaleza - Ceará. 2021

FECHINE, Basílio Rommel Almeida et al. Areninhas e Rede Cuca: Análise da Participação Popular nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer na Cidade de Fortaleza/Ceará-Brasil. *REVISTA INTERCONTINENTAL DE GESTÃO DESPORTIVA-RIGD*, v. 13, n. 3, p. e110064, 2023.

GADELHA, José Wescley do Nascimento. *A Rede Cuca em Fortaleza-CE como política pública gratuita de caráter socioeducativo destinada às juventudes*. 2023.

IC FORTALEZA. O Instituto de Cultura, Arte, Ciência e

Esporte. 2024. Disponível em: <<https://icfortaleza.org.br/>>. Acesso em: 28 Fev. 2024.

- JUNIOR, Henrique Cunha. Bairros negros: a forma urbana das populações negras no Brasil. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 11, n. Ed. Especi, p. 65-86, 2019.
- LIMA, Joyce Leylane Rocha. Rede Cuca de Fortaleza e o desenvolvimento de competências socioemocionais em atividades extraclasse. 2021.
- MEDEIROS, Frederico Pinheiro de Souza. A desigualdade social em uma realidade tecnológica: o caso da Juv. TV, a WebTV da Rede Cuca. 2019.
- QUEIROZ, Eunice Gonçalves; CUNHA, Henrique Junior. Autobiografias & Territórios. Fortaleza, CE: Editora Via Dourada, 2023. 295 p.
- VIEIRA, Maria Hermínia Cordeiro. CUCA, guístico com jovens da rede. Experiência de pesquisa-ação sobre preconceito linguístico com jovens da rede cuca, de Fortaleza-Ce. EDITORA ÉPOS., p. 113, 2020.
- VIEIRA, Maria Hermínia Cordeiro et al. Preconceito linguístico e divulgação científica: proposta de percurso metodológico e experiência de pesquisa-ação com jovens comunicadores da Rede Cuca (Fortaleza). 2021.

CAPÍTULO 8

A REDE CUCA: UM ESTUDO SOCIODEMOGRÁFICO DE SUA CRIAÇÃO¹

Estanislau Ferreira Bié²

Henrique Cunha Junior³

1 INTRODUÇÃO

A Rede Cuca foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza voltada a oferecer atividades socioeducativas, culturais, esportivas e de lazer para jovens entre

¹ A Rede Cuca é uma política pública da Prefeitura de Fortaleza, executada por meio da Secretaria Municipal da Juventude, que objetiva oferecer proteção social e oportunidades prioritariamente, jovens de 15 a 29 anos.

² Docente pesquisador do Programa de Pós-doutoramento em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Doutor e Mestre em Ciências da educação pela UNISAL. Cursos Especialização em Policiamento comunitário pela UFC; Segurança pública pela FATE, Ciências política sociedade e governo pela UVA/UNIPACE, Ciências da educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO; História e cultura afro-brasileira e indígena pela FATE. Bacharela em Teologia pelo UNINTA e Bacharel Serviço Social pelo UNIBTA. Licenciatura em Ciências da religião pelo UNINTA; Licenciatura História pelo UNINTA; Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade KURIOS. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e oficial da Policial Militar do Ceará, lotado na 2ª CPG/ALECE.

³ Doutor pelo Instituto Politécnico de Lorraine - Nancy - França (1983). Mestre em História (DEA) Faculdade de Letras de Nancy- França (1981). Pós-doutoramento em Engenharia - Universidade Técnica de Berlin - Bolsista DAAD - do governo Alemão (1985). Livre Docente da Universidade de São Paulo (Título de Pós-doutoramento com tese e concurso público) (1993). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. (1994). Professor da Universidade de São Paulo (1984- 1994). Pesquisador Sênior e Chefe de Departamento - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT (1987- 1995). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (1994- 2020). Professor Visitante da Universidade Federal da Bahia (2020). Leciona as disciplinas de graduação e Pós-graduação de: História dos Afrodescendentes; Urbanismo Africano; Bairros negros; Ciência tecnologia e Sociedade; Planejamento Energético. Pesquisa urbanismo Africano; Bairros negros; Educação da população negra; Tecnologias Africanas na Formação do Brasil. Orientou 30 teses de doutoramento e 50 mestrados. Trabalha com a teoria da Complexidade Sistêmica e a Transdisciplinaridade. Cursos Especialização em Cidades (2016). Tem Curso Técnico da Acupuntura na Mãos - (2016). Cursos Especialização em Projeto Arquitetônico Contemporâneo: Teoria e Prática (Universidade Federal do Ceará - 2019 a 2022). Especialização em Paisagismo e Iluminação (UNYLEA- 2023-2024). Orientou 31 Teses de doutoramento nas áreas de Engenharia, Educação. Arquitetura e Urbanismo. Autor de Tear Africano - Contos - Autor de Espaço Público, Urbanismo e Bairros Negros - Editora Appris- (2020).

15 e 29 anos residentes em áreas periféricas da cidade na qual esses equipamentos eram precários ou inexistentes. Nessa relação o objetivo desse estudo é analisar os aspectos sociodemográficos que influenciaram na criação e implementação da Rede Cuca, bem como a Rede Cuca foi concebida e desenvolvida por meio de políticas públicas potencial efetivo de promover o desenvolvimento juvenil e reduzir desigualdades sociais. O motivo da escolha deste tema reside na relevância social e na importância estratégica da Rede Cuca como política pública voltada para a juventude. O Brasil enfrenta desafios significativos em relação à inclusão social, à educação e ao acesso a oportunidades para os jovens, especialmente aqueles que residem em áreas periféricas e de baixa renda. Dessa feita, o objetivo desse estudo focou em analisar os aspectos sociodemográficos que influenciaram na criação e implementação da Rede Cuca, bem como compreender seu impacto na comunidade jovem.

O estudo sociodemográfico da criação da Rede Cuca na cidade de Fortaleza é de suma importância e relevância por diversos motivos, destacando-se sua contribuição para o campo do conhecimento sobre políticas públicas voltadas para a juventude, bem como para a compreensão das dinâmicas sociais e demográficas em contextos urbanos periféricos. Investigar os aspectos sociodemográficos que influenciaram na sua criação proporciona um macrovisão sobre como as políticas públicas podem ser concebidas e implementadas de forma a atender necessidades específicas da população jovem, especialmen-

te daqueles que residem em áreas periféricas e de baixa renda, contribuindo ainda para uma melhor compreensão das dinâmicas sociais e demográficas dessas comunidades, permitindo identificar desafios, demandas e potencialidades orientadoras da elaboração e implementação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, com fito na boa governança. Ao analisar dados demográficos, como faixa etária, gênero, nível de escolaridade e situação socioeconômica da população jovem nos bairros atendidos pela Rede Cuca, é possível entender melhor as características e necessidades desse grupo populacional específico.

Destarte toda exposição, o problema de pesquisa ancorou em identificar quais as modificações sociodemográficas que a Rede Cuca produziu no contexto social da juventude da cidade de Fortaleza, concernente ao fomento de desenvolvimento humano e social. Isso implicou em uma análise sobre as mudanças nas características sociais e demográficas dos jovens que frequentam ou são impactados pela Rede Cuca após sua implementação. Dessa feita, partindo dessas premissas para assim compreender de forma sistêmica a representativa no meio social contemplado pela Rede Cuca como seus serviços interferiram na realidade social e demográfica, inferindo ainda sobre o espaço demográfico de sociabilidade no fomento a novas formas de interação social entre os jovens da faixa etária até 29 anos que no caso em epígrafe é o limite de contemplação etária da Rede Cuca, para assim tentar mensurar seus impactos e seus efeitos sobre a ju-

ventude contemplada pela ação da Rede Cuca.

Buscando uma linearidade na forma de organizar o que busca com o desenvolvimento da pesquisa, de modo geral buscou-se analisar as modificações sociodemográficas resultantes da implementação da Rede Cuca no contexto social da juventude da cidade de Fortaleza. Assim sendo, por meio de um refinamento na busca, de modo específico, buscou-se investigar o perfil sociodemográfico da população jovem nos bairros atendidos pela Rede Cuca, antes de sua implementação, comparar os dados sociodemográficos da juventude atendida pela Rede Cuca, identificando as mudanças mais significativas nesse contexto e investigar o envolvimento da juventude, destacando sua participação popular e processos de governança participativa. Cada um desses objetivos fornecerá uma base estrutural da qual permitiu uma abordagem abrangente e detalhada sobre as modificações sociodemográficas geradas pela Rede Cuca em Fortaleza.

A metodologia adotada para composição desse estudo foi baseada em uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para capturar de forma abrangente as modificações sociodemográficas resultantes da implementação da Rede Cuca no contexto social da juventude em Fortaleza. O fomento de uma triangulação de dados, combinando resultados quantitativos e qualitativos visou enriquecer a compreensão das modificações sociodemográficas produzidas pela Rede Cuca e assim garantir tanto a validade quanto a confiabilidade dos achados. De modo complementar a essa com-

posição metodológica o estudo também foi alicerçado por meio de pesquisa bibliográfica de viés documental, por ser esse um caminho natural e peremptório do conhecimento científico. O problema da pesquisa, em seu expediente, foi recoberto por meio de pesquisa descritiva uma vez que essa promove uma maior caracterização tanto do fenômeno quanto da população estudada, estabelecendo assim uma relação mais particularizada com as diversas variáveis que circunscrevem a questão norteadora.

2 A REDE CUCA E A TRANSVERSALIDADE SOCIODEMOGRÁFICA

Conforme pontuam Rigout e Maques (2017) um grande entrave que recai sobre a raio de ação da Rede Cuca em termos de perspectiva de atuação comunitária é o desconhecimento da comunidade assistida por ela assistida. Em razão disso, pontuam os autores que o desconhecimento do modo como acessar as atividades ofertadas fomenta uma barreira social a ser superada. Ainda de acordo com os autores, faz-se premente a necessidade de popularizar os meios de acesso aos equipamentos da Rede Cuca, sendo esse o passo inicial para que as comunidades que estão circunscritas aos equipamentos da Rede Cuca comecem a frequentá-los e assim possa dar início as transformações sociais oriundas das atividades ofertadas.

Visando traçar um perfil sociodemográfico dos jo-

vens usuários dos serviços auferidos pela Rede Cuca, foi realizado em 2017 um seminário sobre as políticas públicas para a juventude de Fortaleza, em razão dessa foi construído um relatório sintetizando uma cartografia da juventude da cidade, nos termos que propõe a seguinte métrica definidora da Rede Cuca:

A Prefeitura Municipal de Fortaleza instituiu, por meio da Rede Cuca, toda a plataforma de projetos sociais mais relevantes para a juventude atualmente em execução nossa Capital. [...] jovens com idade entre 15 e 29 anos têm à disposição atividades esportivas, culturais, de lazer e de capacitação. [...] Conhecer melhor o perfil dos jovens certamente ajudará muito o nosso Município no planejamento e na formulação de novas políticas públicas e serviços que possam estar sintonizados com as demandas da juventude, permitindo mais acesso e maior engajamento. [...] Os dados revelam os enormes desafios que ainda estão por vir, mas apresentam também grandes esperanças com os resultados obtidos em relação aos jovens que são atendidos pelos projetos da Rede Cuca, que melhoram no rendimento escolar, nas suas habilidades emocionais e de socialização e, tocados por novas percepções, enxergam possibilidades de assegurar um futuro com mais dignidade e aproveitam as oportunidades para transformar seus sonhos em realidade. (RELATÓRIO SÍNTESE DA PESQUISA CARTOGRÁFICA DAS JUVENTUDES, 2017, p.4).

Consoante discorre Oliveira (2019, p.55) a geratriz de benefícios sociais parametrizados pelo implemento permanente da Rede Cuca, enquanto medida de intervenção social voltada a proteção e geração de oportunidade aos

jovens fortalezenses, avoca e fomenta grande protagonismo juvenil voltados a garantia dos Direitos Humanos possibilitando uma mudança sociodemográfica tanto das realidades geográfica quanto da realidade social dos jovens habitantes da periferia da cidade de Fortaleza, nos termos que relata o seguinte:

Outra intervenção realizada pela Prefeitura de Fortaleza é a Rede Cuca, na qual é uma rede de proteção social e oportunidades formada por três Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cucas), que são mantidos pela Prefeitura de Fortaleza, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. Geridos pelo Instituto Cuca, os Cucas Barra, Mondubim, Jangurussu, José Walter e Pici atendem, prioritariamente, jovens de 15 a 29 anos, oferecendo cursos, práticas esportivas, difusão cultural, formações e produções na área de comunicação e atividades que fortalecem o protagonismo juvenil e realizam a promoção e garantia de direitos humanos. Além disso, a Rede Cuca também visa trazer para a periferia de Fortaleza possibilidades e alternativas de fruição cultural por meio da realização de eventos estratégicos, festivais, mostras, exposições e programação permanente de shows, espetáculos e cinema.

Conforme conjectura Vasconcelos (2018) as políticas sociais voltadas ao desenvolvimento técnico e profissional de jovens, como a caso da Rede Cuca revelam uma conexão importante entre questões políticas e sociais, despertando o interesse em compreender seu funcionamento, uma vez que, direcionado à juventude da

periferia de Fortaleza avoca grandes transformações em perspectiva sociodemográfica. Nessa acepção, a cidade de Fortaleza se destacada como uma das mais perigosas do Brasil e do mundo, a nível Brasil ocupando a 12^a posição e em nível internacional a 31^a posição, conforme uma pesquisa internacional da Organização das Nações Unidas sobre violência nos países. Corroborando, em razão disso que sua implementação ocorresse estrategicamente em zonas periféricas com os índices de violência mais densos.

Em função disso, Carmerino (2020, p.49-50) esclarece por meio de uma pesquisa sociodemográfica sobre a juventude de Fortaleza em função das políticas públicas de melhoria qualidade social da juventude, citando de forma particularizada a Rede Cuca em razão de fundamentalidade no tocante a transformação social. A autora ainda traz a luz uma estatística sobre a juventude da cidade, caracteriza por meio da Cartografia da Juventude (2017) revelando o seguinte:

Assim, falar sobre juventude implica em compreendê-la na sua multiplicidade e pluralidade, de forma contextualizada a condições de gênero, classe social e território de pertencimento e nos diferentes modos que isso imbrica ao vivenciar a juventude. [...] Considerando os dados expostos na Cartografia da Juventude (2017), o público juvenil de Fortaleza foi apresentado equilibradamente dividido por gênero, com uma margem superior feminina (53⁰% a 47⁰%), e predominantemente pardo ou preto (71,4⁰%), com apenas 1/5 identificando-se enquanto branco. No tocante à

escolaridade, 66,3% de jovens afirmam não estudar atualmente, sendo que, desses, 33,7% informaram possuir o Ensino Médio completo e, infimamente, 1,5% terem concluído o Ensino Superior. Entre os motivos apresentados para essa diferença estão a prática laboral, gravidez, a perda de interesse e a falta de condições para pagar a mensalidade escolar (9,1% dos jovens pesquisados declarou ter estudado em escolas particulares). Dos 90,9% de jovens que relataram ter estudado em escolas públicas, apenas 1% informou ter estudado em tempo integral. No mundo do trabalho, 63,8% dos jovens relataram ter tido sua primeira experiência entre os 15 e os 19 anos. Dos jovens que afirmaram trabalhar no momento (34,8% dos entrevistados), apenas 39,9% o fazem sob a garantia legal de uma carteira de trabalho assinada. Quando se detêm a análise sobre o perfil familiar, vê-se que a maioria (97,3%) reside com a família, em grupos formados por 4 a 6 pessoas (50,6%), beneficiárias do Bolsa Família (38,5%) e auto identificadas como classe média baixa (42,2%).

Aprofundando a inserção social protagonizada pela Rede Cuca na periferia da cidade de Fortaleza, revelando uma percepção do papel fundamental que essa instituição de fomento cultural e social pode desempenhar em contextos urbanos vulneráveis, exclama Vasconcelos (2018, p.223) da seguinte forma:

Durante muitos anos, não se teve no Brasil uma política voltada para os jovens que atendessem os seus anseios e as necessidades, mesmo sendo eles uma parcela considerável da população brasileira. Assim, foi observado pelo poder público, a urgência de se implementar políticas pú-

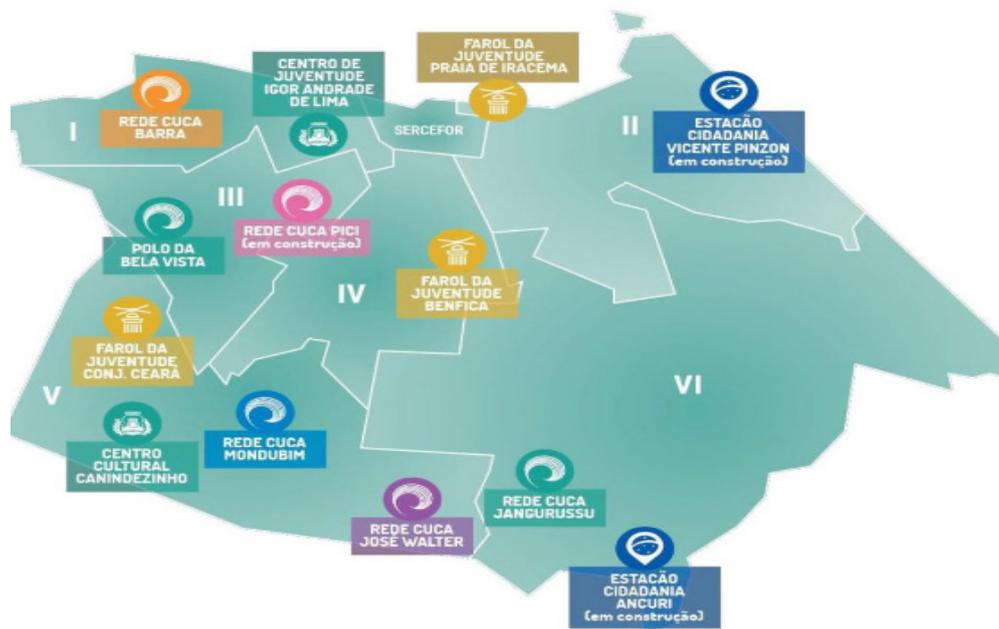
blicas voltadas para esse segmento da população, considerando ser obrigação do Estado brasileiro, de forma intransferível, cuidar, incentivar e promover a cultura em nosso país, de maneira democrática e como forma de inclusão cultural. Postas essas questões, tivemos que fazer algumas correlações entre temas para entender como ocorreu o surgimento do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte–Cuca [...], na cidade de Fortaleza, voltado para o segmento jovem e como o mesmo funciona, quais as suas atribuições, além de traçar um perfil de quem é o seu público, levando em conta classe, sexo, bairro de origem, entre outras questões. Assim, podemos concluir que mesmo [...] sendo um equipamento criado para atender os jovens carentes de Fortaleza, ele acaba também por chamar a atenção de jovens universitários ou de classe média que o procuram para desenvolver as atividades que lá são ofertadas. Na nossa análise, destacamos que os jovens frequentadores [...] são, em sua grande maioria, pessoas do sexo masculino, principalmente aquelas que se encontram na faixa etária de 15 a 22 anos, e que estão concluindo o ensino médio, diminuindo a participação nas faixas etárias acima de 23 anos. Ou seja, verifica-se uma diminuição no número de matriculados devido ao índice de jovens que morrem em acidentes ou estão ligados à marginalidade, ou ainda, os que têm que trabalhar, até porque, após essa idade muitos já estão inseridos no mercado de trabalho e, por isso, dispõem de pouco tempo livre para exercer alguma atividade cultural.

De acordo com o relatório síntese da pesquisa Cartografia das Juventudes - O que os jovens contam (2017),

Fortaleza, como uma das maiores cidades do Brasil, enfrenta desafios e oportunidades únicas quando se trata de sua população jovem. Com mais de 730 mil jovens, representando cerca de 30% da população total da cidade, é evidente que a juventude desempenha um papel crucial no tecido social e econômico da capital cearense. Essa demografia dinâmica e significativa demanda uma abordagem proativa e inclusiva por parte das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a juventude. A Rede Cuca emerge como uma resposta tangível a essa necessidade, sendo o maior projeto de juventude da cidade. Sua localização estratégica nos bairros onde a maioria dos jovens está concentrada, cerca de 400 mil, demonstra um entendimento profundo das dinâmicas socioeconômicas locais. Ao situar-se em áreas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a Rede Cuca direciona seus esforços para atender aqueles que muitas vezes enfrentam desafios mais prementes em termos de acesso a oportunidades educacionais, culturais e sociais.

Relatado isso, abaixo encontra-se disposta uma figura que pontua a disposição geográfica dentro da cidade de Fortaleza a distribuição da Rede Cuca, sendo que, conforme exposição supracitada no decurso textual, tal disposição ocorreu com base em múltiplas variáveis como IDH, manchas criminais das quais decorrem elevados índices de violência e dominação de organizações paraestatais, além de acesso a serviços públicos como projetos sociais.

Figura 1 – Distribuição Espacial da Rede Cuca na Cidade de Fortaleza.

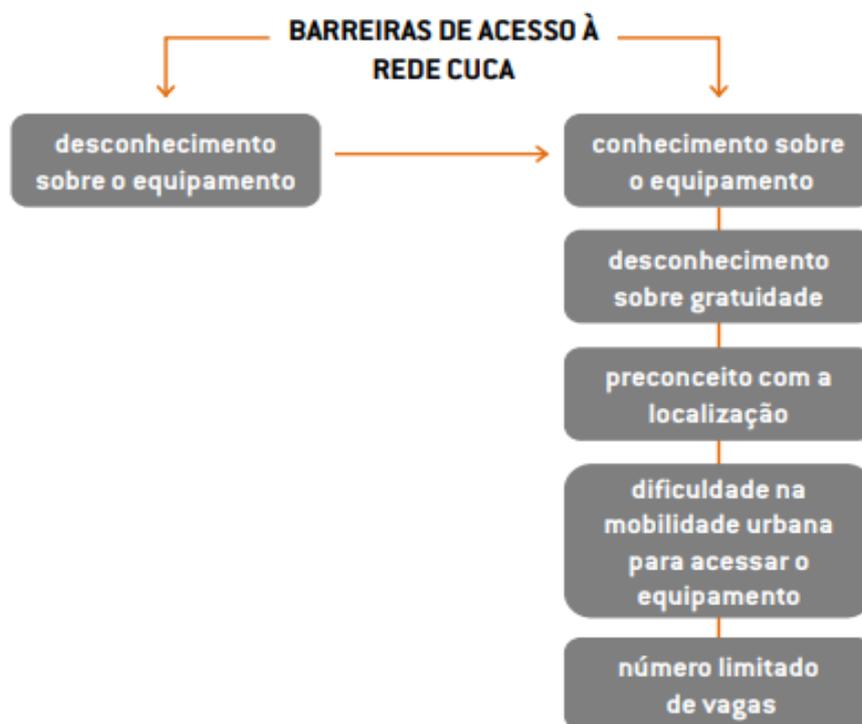


Fonte: Instituto Cuca, 2024

De acordo com Marques (2017), embora a Rede Cuca ofereça uma ampla variedade de oportunidades e serviços gratuitos, muitas pessoas concordam que fazer o primeiro acesso e começar a frequentar esses espaços requer superar algumas barreiras. Essas barreiras são percebidas tanto por aqueles que não estão familiarizados com a Rede Cuca quanto por aqueles que a conhecem, mas ainda não a frequentam regularmente. Ainda de acordo com autor uma das principais dificuldades que os jovens e membros da comunidade enfrentam ao considerar frequentar um Cuca é a falta de conhecimento sobre o próprio equipamento. Isso inclui entender do que se trata o espaço, quais atividades podem ser realizadas lá dentro, para qual público é direcionado, como funcio-

na em termos de horários de funcionamento, entre outras informações relevantes. Essa falta de familiaridade pode ser uma barreira significativa para aqueles que poderiam se beneficiar das oportunidades oferecidas pela Rede Cuca, mas que não têm uma compreensão clara do que o espaço. Dessa feita, abaixo está descrita uma figura contendo as principais barreiras com mais detalhes.

Figura 2 - Barreiras de acesso a Rede Cuca.



Fonte: Marques, 2017, p.18.

Ao passo que descreve sobre a fundamentalidade da ação da Rede Cuca, Alves (2014), exclama que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social e cultural da população jovem, oferecendo um ambiente seguro e enriquecedor para o crescimento tanto individual quanto coletivo. Descreve ainda que muitas vezes,

os jovens de comunidades carentes enfrentam barreiras de acesso à educação e à cultura, sendo que nesse sentido a presença da Rede Cuca ajuda a reduzir essas disparidades, oferecendo oportunidades de crescimento e desenvolvimento que, de outra forma, poderiam ser inacessíveis. Em razão disso, a Rede Cuca desempenha um papel crucial no desenvolvimento social e cultural da população jovem, oferecendo um ambiente inclusivo e enriquecedor onde os jovens podem aprender, crescer e se expressar. Seu impacto vai além do individual, contribuindo para a construção de comunidades mais vibrantes, seguras e resilientes.

Nessa acepção, conforme relata Carmerino (2020) a política pública de Juventude em Fortaleza, notadamente representada pelo trabalho desenvolvido pela Rede Cuca, demonstra um compromisso genuíno com o reconhecimento e a valorização da diversidade da juventude. Essa abordagem se reflete no acolhimento das diversas demandas apresentadas pelos jovens, abrangendo uma variedade de áreas e questões, e reconhecendo a interconexão e interdependência entre elas. Em outras palavras, a política pública não apenas reconhece a multiplicidade de experiências e necessidades dos jovens, mas também busca compreender e abordar as complexas interações entre diferentes influências que afetam suas vidas. Essa abordagem transversal e inclusiva é fundamental para garantir que os serviços e programas oferecidos pela Rede Cuca atendam efetivamente às necessidades e aspi-

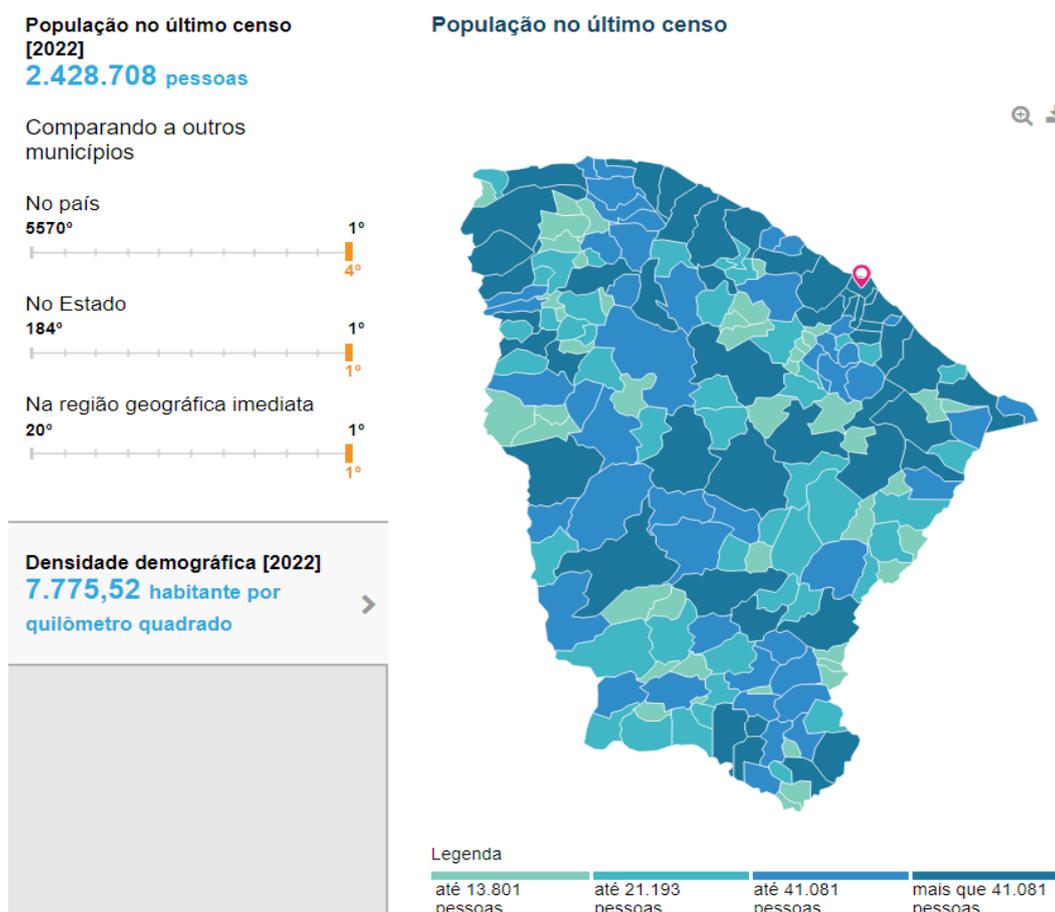
rações de todos os jovens da cidade.

Ainda de acordo com Marques (2017), nos bairros de Fortaleza onde a Rede Cuca está presente, os centros se destacam como uma representação tangível do envolvimento do poder público. Nas áreas próximas aos equipamentos, a comunidade vivencia melhorias urbanas, como a ampliação de ruas e o aumento da iluminação pública, que contribuem para uma sensação de segurança mais robusta, diretamente relacionada ao ambiente urbano. Quando algum equipamento da Rede Cuca consegue conquistar a confiança dos jovens e cultivar neles sentimentos de acolhimento e inclusão, isso marca o início de um processo crucial. Esse processo permite que esses jovens deem os primeiros passos em direção ao desenvolvimento profissional e se distanciem de situações de risco e vulnerabilidade.

Consoante a isso, vale pontuar a densidade demográfica da cidade de Fortaleza, de acordo com o IBGE (2024), uma vez que isso mostra o alcance e a complexidade de implantação de uma política pública de inclusão e desenvolvimento social tão necessária quanto a Rede Cuca que oferece um caminho que possibilita que os jovens comecem a trilhar sua jornada em direção ao crescimento profissional e se afastem de circunstâncias que representam risco ou vulnerabilidade. Dito isso, baseado no último censo, abaixo encontra-se disposta uma imagem que revela a densidade demográfica da cidade de Fortaleza a qual mostra um quantitativo habitacional de

aproximadamente 2.428.708 e uma densidade demográfica de aproximadamente 7.775,52 habitantes por quilômetro quadrado.

Figura 3 – Densidade demográfica da Cidade de Fortaleza.



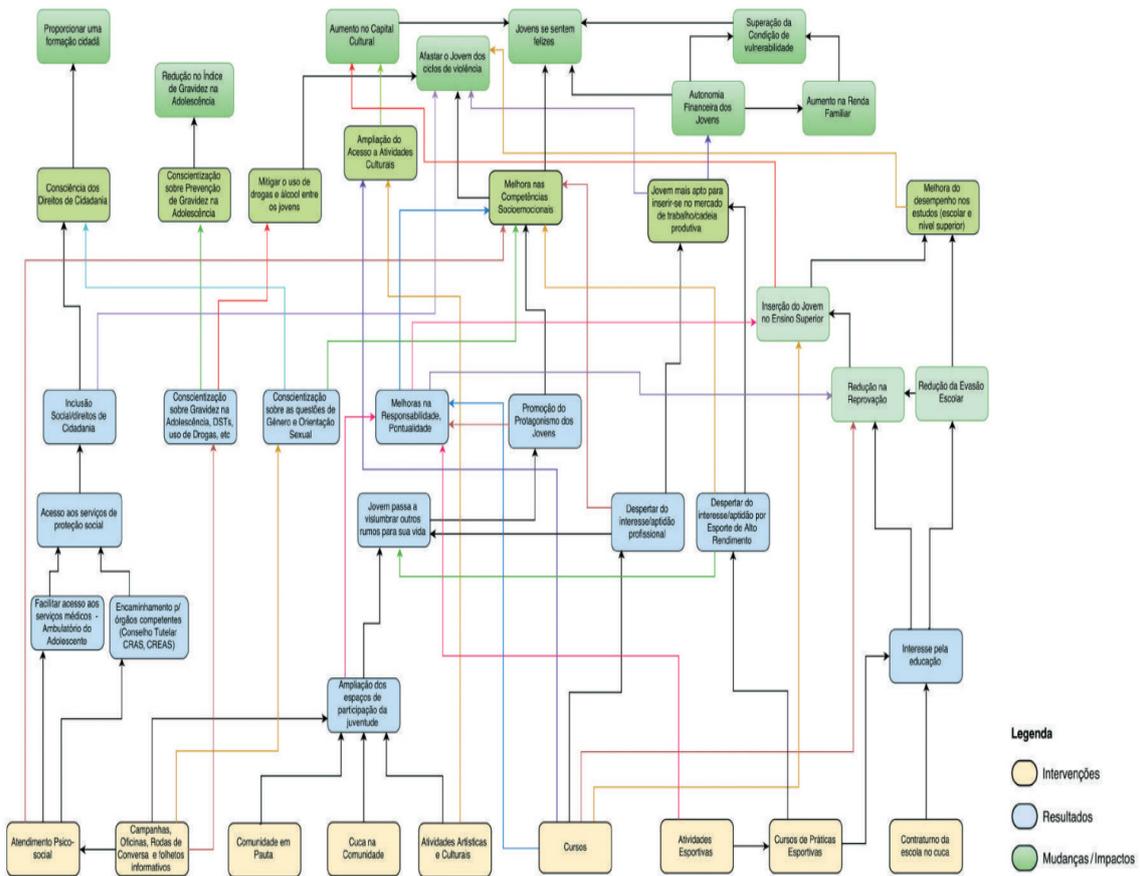
Fonte: IBGE, 2024

Para Rodrigues (2023) é compreensível que a realidade atual no Brasil seja fortemente influenciada por fatores socioeconômicos, resultando em disparidades sociais evidentes, onde nem todos têm acesso às mesmas oportunidades. No entanto, é plausível que políticas públicas, como a Rede Cuca, busquem engajar os jovens das áreas periféricas por meio de uma variedade de proje-

tos e programas sociais. Nesse contexto, o protagonismo social está relacionado ao esforço individual combinado com contribuições coletivas, sendo essencial que diferentes setores da sociedade incentivem e apoiem a implementação de políticas públicas municipais que visem garantir e promover programas voltados para o bem-estar da população.

Partindo do entendimento de Gomes (2020), no qual as interações sociais e as expressões culturais desempenham um papel essencial na promoção do protagonismo social. Esse fenômeno se manifesta quando os programas e iniciativas sociais são elaborados levando em consideração as cinco dimensões da mediação da informação: dialógica, estética, formativa, ética e política. Ao integrar essas dimensões, é possível criar um ambiente propício para o desenvolvimento do protagonismo social, onde os indivíduos são capacitados a assumir papéis ativos e influentes na sociedade. Em última análise, essa abordagem abrangente não só fortalece a participação cívica, mas também contribui para a construção de comunidades mais inclusivas e empoderadas, sendo essas fomentadas na caracterização social da Rede Cuca. Constrito a isso, motivado por uma política pública de transformação social como a Rede Cuca, abaixo está disposto um fluxograma das mudanças sociodemográficas parametrizadas na vida dos jovens atendidos pela Rede Cuca.

Fluxograma 1 – Mudanças sociodemográficas na vida dos jovens atendidos pela Rede Cuca.



Fonte: Rigout e Marques (2017, p.40)

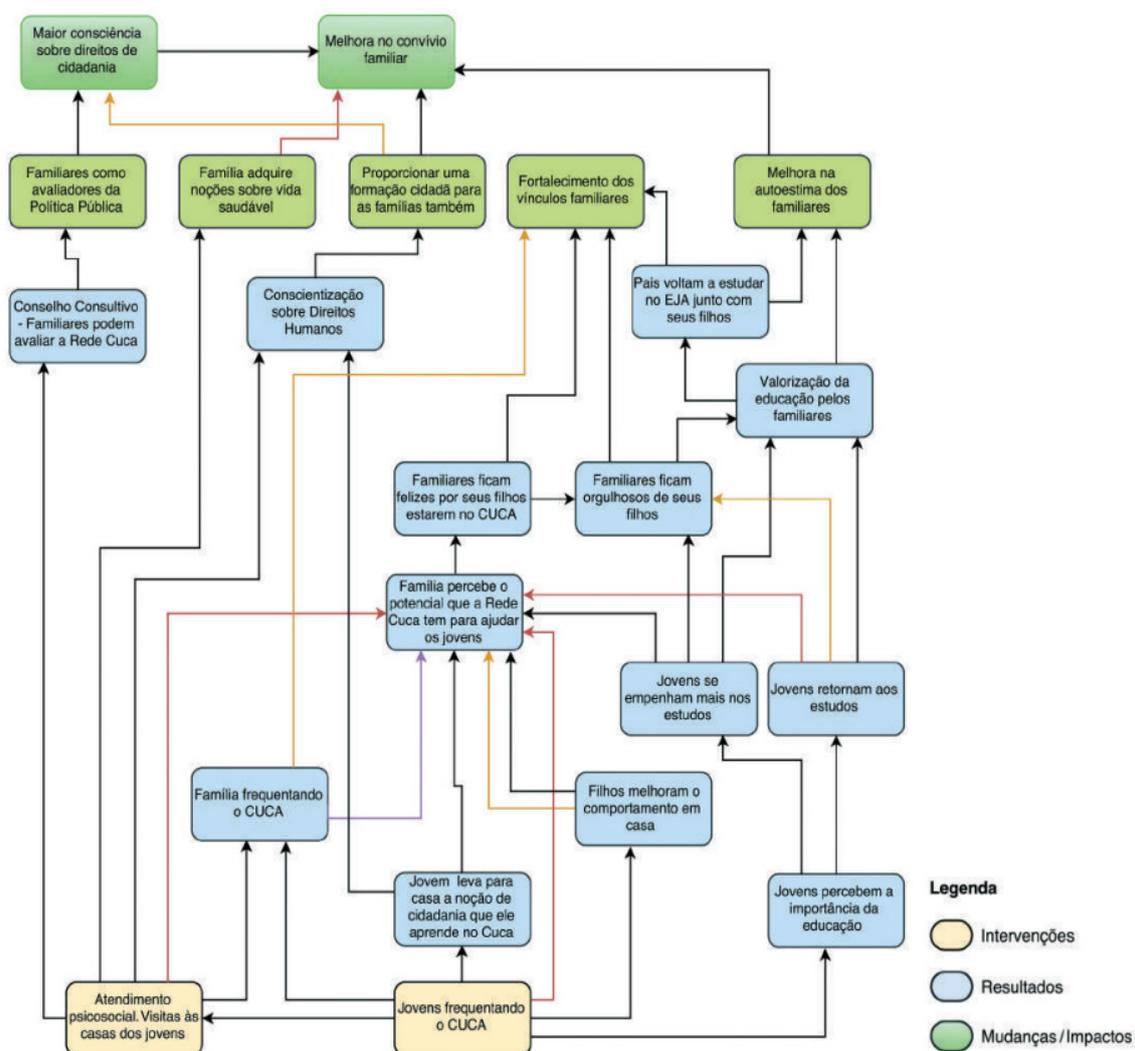
Assente ao entendimento de Rodrigues (2023), ao abordar temas como fortalecimento da justiça e inclusão social, a autora destaca a importância da mediação da informação como um impulsionador do protagonismo social. Essa perspectiva ressalta o papel fundamental da disseminação de informações e conhecimentos na capacitação dos indivíduos para assumirem um papel ativo na sociedade. Um exemplo concreto desse princípio pode ser observado no trabalho realizado pela Rede Cuca. Através da execução e planejamento de seus programas e projetos, a Rede Cuca busca garantir os direitos da juventude,

Acordante a tessitura de Rodrigues (2023), o protagonismo social pode ser fomentado e fortalecido por meio de políticas públicas que priorizem a participação cidadã, a criação de espaços de diálogo e o acesso à informação. Essa abordagem é claramente visível nos espaços oferecidos pela Rede Cuca. Através de uma variedade de atividades educativas, culturais e esportivas, os jovens encontram um ambiente propício para expressar suas identidades, explorar seus interesses e serem ouvidos e acolhidos. Além disso, esses espaços proporcionam uma oportunidade valiosa para os jovens compreenderem seus direitos e deveres como cidadãos plenos. A educação desempenha um papel crucial nesse processo, pois desde a infância, é essencial que os ensinamentos promovam o pensamento crítico, a criatividade e o engajamento social. Essas habilidades não apenas capacitam os jovens a se tornarem protagonistas em suas próprias vidas, mas também têm o potencial de fortalecer as interações familiares e contribuir para uma sociedade mais participativa e inclusiva.

Proporcionalmente a expositiva, Marques (2017) revela que tanto familiares quanto os próprios jovens reconhecem os impactos positivos do envolvimento em atividades esportivas e cursos oferecidos pela Rede Cuca no campo da educação, seja no âmbito da educação e desenvolvimento social. Em geral, observa-se uma melhoria significativa no comprometimento e na responsabilidade em relação aos estudos, na disciplina, na pontualidade e no desejo de alcançar um melhor desempenho

na educação formal. Essa mudança de comportamento é resultado, principalmente, de uma transformação na percepção da realidade social, enquanto descobertas de suas potencialidades, na qual os jovens passam a compreender melhor a importância de melhorar seus níveis de conhecimento.

Fluxograma 3 – Mudanças sociodemográficas nas famílias atendidas pela Rede Cuca.



Fonte: Rigout e Marques (2017, p.42)

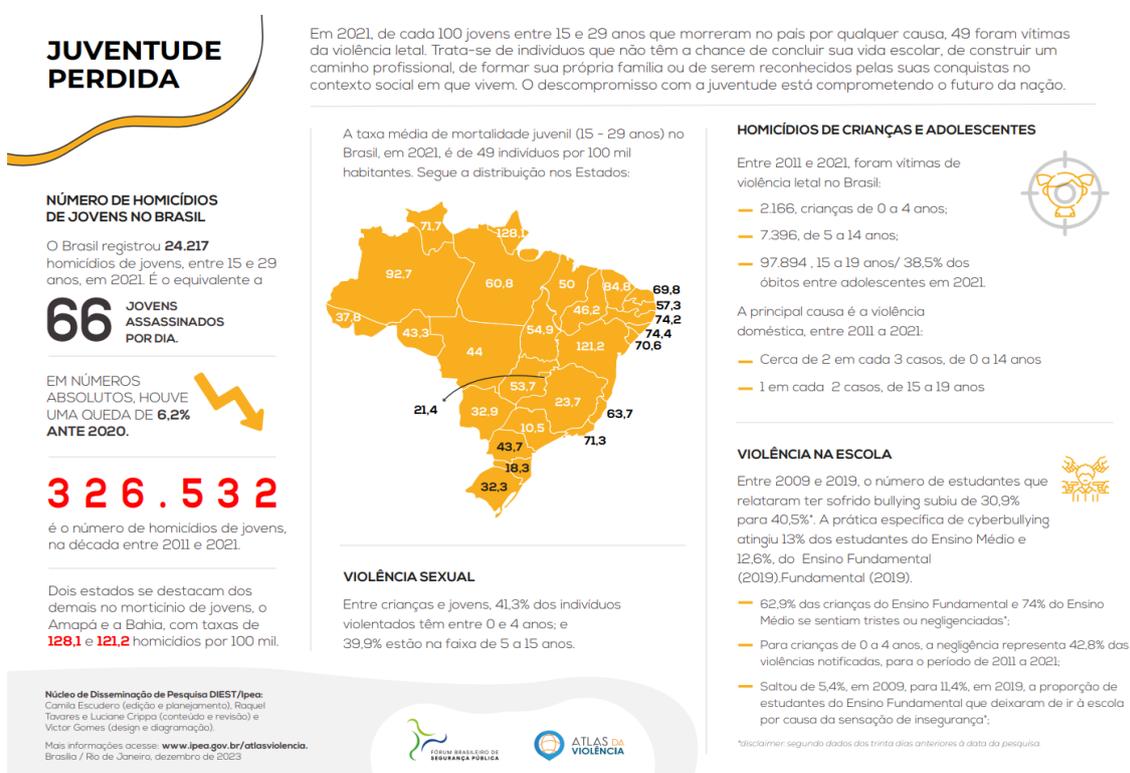
Esse cenário impacta diretamente o ambiente familiar, onde podem ocorrer mudanças significativas quando o jovem passa a adquirir confiança em si mesmo e em suas capacidades. À medida que ele se envolve em atividades na Rede Cuca e alcança um bom desempenho, essa autoconfiança é fortalecida, permitindo que ele desconstrua a percepção negativa que a família pode ter sobre ele.

Gadelha (2023) parte da discussão sobre a relação entre Estado/governo e cidadania/cidadãos e avançando em direção a um modelo de sociedade democrática progressista, destacamos a importância da implementação de políticas públicas em várias frentes para garantir e defender os direitos sociais/humanos. Reconhecemos a necessidade de intervenções para alcançar uma utopia social, considerando que a estrutura atual da sociedade é moldada pelo sistema capitalista. Ao focarmos nas necessidades da implementação de políticas públicas, percebemos que estas não apenas buscam reparar injustiças passadas, ainda presentes, mas também promovem uma formação crítica e reflexiva dos cidadãos, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

De acordo com o Atlas da Violência (2024) em 2021, de cada 100 jovens entre 15 e 29 anos que morreram no país por qualquer causa, 49 foram vítimas da violência letal. Trata-se de indivíduos que não têm a chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem

reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem. O descompromisso com a juventude está comprometendo o futuro da nação. Esses jovens, ceifados pela violência, são privados da oportunidade de concluir sua educação, de construir uma carreira profissional sólida, de formar suas próprias famílias e de contribuir com suas realizações para o tecido social em que estão inseridos. É essencial compreender que a juventude é um ativo fundamental para qualquer sociedade, representando não apenas o presente, mas também o futuro. Investir na proteção e no desenvolvimento integral dos jovens não é apenas uma questão moral, mas também uma estratégia imperativa para garantir um crescimento sustentável e inclusivo.

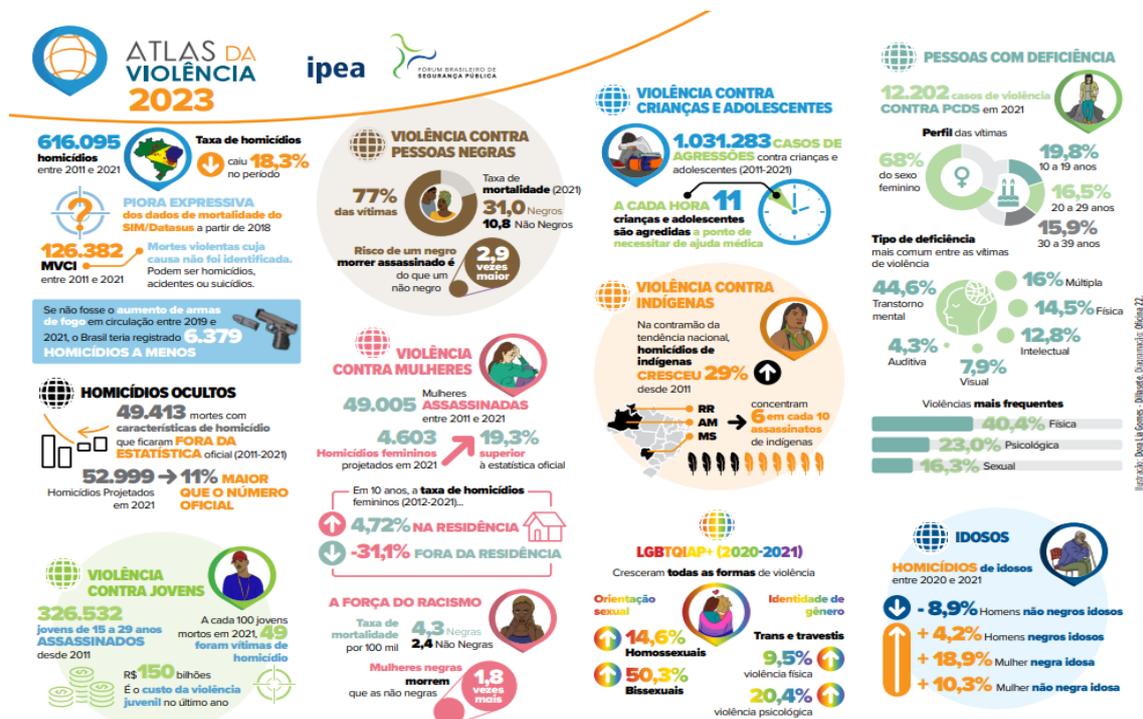
Figura 4 – Disseminação da violência na juventude.



Fonte: Atlas da Violência, 2024.

Nessa acepção, a violência mostra ser uma variável deveras preocupante. Por meio do Atlas da Violência (2023) foi possível constatar uma multiplicidade que pode recair sobre os jovens. Ao reconhecer e abordar as causas subjacentes da violência letal entre os jovens, como a falta de acesso a oportunidades, desigualdades socioeconômicas e a presença de grupos criminosos, podemos começar a construir um futuro mais promissor para a juventude e, conseqüentemente, para o país como um todo. A priorização da juventude não apenas salva vidas, mas também é fundamental para a construção de uma nação mais justa, próspera e resiliente. Em razão disso, abaixo foi explicitada uma figura relativa à multiplicidade de violência de incide sobre os jovens, independente de identificação étnico-racial ou de gênero.

Figura 5 – Multivariabilidade da violência incidente sobre jovens.



De forma equipolente, ainda conforme os ensinamentos de Marques (2017), versa que a implantação dos equipamentos da Rede Cuca em bairros caracterizados por uma significativa vulnerabilidade social já promoveu uma mudança perceptível no ambiente local. As melhorias urbanas associadas à instalação desses equipamentos, como a pavimentação de vias, a instalação de iluminação pública, a canalização de córregos e a limpeza das áreas circundantes, não apenas elevaram a autoestima dos residentes das comunidades vizinhas, mas também influenciaram positivamente a sensação de segurança entre aqueles que vivem ou transitam na região. No entanto, é importante destacar que o aumento da sensação de segurança não significa necessariamente que as raízes da violência tenham sido abordadas pela instalação dos equipamentos da Rede Cuca. Esse sentimento é amplamente compartilhado por membros das comunidades, pelos pais dos jovens frequentadores e pelos próprios jovens, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais abrangente para lidar com as questões subjacentes à violência nessas áreas.

Resignado pelos ensinamentos de Sousa (2019) no tocante as políticas públicas buscam que fomentar a participação juvenil por meio de modelos pré-estabelecidos, há o risco de limitar a autonomia dos jovens, uma vez que sua atuação fica restrita aos aspectos técnicos definidos por organizações, projetos e políticas governamentais. Nesse contexto, a participação social dos jovens muitas vezes é encarada como um mecanismo de ajuste

e integração individual, onde o jovem se vê como o único responsável por garantir sua própria inserção em uma sociedade que não oferece segurança ou garantias. O equipamento público de juventude, que se destaca como uma referência na capital e no estado, opera com base no paradigma do protagonismo juvenil. É interessante observar como a política de juventude influencia a forma como os jovens pensam e percebem a realidade ao seu redor. No entanto, é importante considerar que o estímulo ao protagonismo juvenil deve ser acompanhado por um ambiente que promova a liberdade, a criatividade e a capacidade dos jovens de influenciar ativamente as decisões que afetam suas vidas, ao invés de apenas seguir modelos pré-definidos.

De acordo com Medeiros (2021), para gerir os Centros Culturais, foi instituído o Instituto CUCA, uma Organização Social sem fins lucrativos que presta serviços à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. Essa coordenadoria, vinculada à administração municipal de Fortaleza, é encarregada do desenvolvimento e coordenação de políticas públicas voltadas para jovens, visando garantir direitos e promover a cidadania. Seu foco principal está nas áreas mais carentes da cidade, identificadas pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No contexto da Rede CUCA, conforme estabelecido pela Prefeitura, o objetivo é expandir a presença desses centros, buscando estabelecer um CUCA em cada regional do município, o que ampliaria consideravelmente o alcance e o impacto da Rede.

No âmbito da segurança, Rigout e Marques (2017) relatam ser inegável que o impacto positivo da Rede Cuca na redução da violência nos bairros onde estão localizados é consideravelmente limitado. Embora os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte tenham desempenhado um papel claro no desenvolvimento das comunidades, a presença e atividade de facções criminosas nessas áreas prejudicam significativamente a sensação de segurança tanto dentro quanto fora dos equipamentos da rede. Embora esse resultado não seja surpreendente, é crucial ressaltar que os efeitos esperados da atuação da Rede Cuca na percepção de segurança devem ser compreendidos como limitados. A presença de facções criminosas exerce uma influência substancial na dinâmica de segurança local, eclipsando, em muitos casos, os esforços e recursos investidos. Em razão dessa constatação, abaixo foi explicitada uma figura relativa à multiplicidade de violência de incide sobre os jovens, independente de identificação étnico-racial ou de gênero.

3 CONCLUSÃO

Ao reconhecer a importância das diversas relações que os jovens estabelecem com a cidade, como as oportunidades que ela oferece, o acesso aos direitos e o respeito à diversidade, senti a necessidade de aprofundar meu entendimento sobre o assunto e refletir sobre ele. Isso me levou a buscar produzir conhecimento de forma coletiva e dialógica para e com a cidade de Fortaleza.

Dessa forma, minhas preocupações abrangiam questões relacionadas às diferentes experiências das juventudes, às políticas públicas destinadas a garantir seus direitos, à dinâmica urbana e às diversas interações que ocorrem no cotidiano, especialmente as narrativas significativas que emergem desses encontros. Ao direcionar meu foco para a Rede Cuca, evitei adotar uma visão preconcebida e superficial, reconhecendo a importância de compreender o contexto e as realidades locais.

Ao compreender a relevância das diversas conexões que os jovens estabelecem com o ambiente urbano, como as oportunidades disponíveis, o acesso aos direitos e a valorização da diversidade, senti a necessidade de aprofundar minha compreensão sobre o tema e refletir sobre suas implicações. Isso me motivou a buscar a construção de conhecimento de maneira colaborativa e aberta, em diálogo constante com a comunidade de Fortaleza. Dessa maneira, minhas preocupações englobavam uma série de questões relacionadas às experiências variadas das diferentes camadas jovens, às políticas públicas voltadas para a garantia de seus direitos, à dinâmica urbana e às interações cotidianas, especialmente as histórias e narrativas significativas que surgem desses encontros. Ao concentrar minha atenção na Rede Cuca, procurei evitar adotar uma visão simplista ou pré-concebida, reconhecendo a importância de compreender profundamente o contexto local e as realidades específicas que moldam a vida dos jovens em Fortaleza.

Um estereótipo sobre o perfil do jovem participante

ou frequentador da Rede Cuca se destacava, caracterizando-o como residente da periferia e vulnerável socialmente. No entanto, essa visão simplista não resistiu à imersão no campo, às interações e às conversas. Foi possível perceber que dentro dos Cucas, havia uma diversidade de movimentos entre as juventudes, com fluxos que se entrelaçavam e formavam um panorama de possibilidades. Isso também implicou em direcionar o olhar para as atividades que ocorriam em diversos bairros da cidade, onde os jovens desempenhavam papéis ativos e articuladores. Esse cenário revela a importância da existência dos Cucas, a ausência de espaços de lazer nas periferias urbanas e a relação intrínseca com o espaço público, destacando a necessidade de acesso equitativo e o direito à cidade para todos os jovens.

A escolha de explorar a Rede Cuca como objeto de interesse para pesquisa surge da necessidade de compreender como esses espaços públicos são concebidos e operam, especialmente diante dos desafios de vulnerabilidade e violência enfrentados pelos jovens na capital cearense. Ao investigar a estrutura e as propostas desses equipamentos, busca-se também entender como eles podem contribuir para garantir os direitos dos jovens de Fortaleza, oferecendo espaços e programas alinhados com suas necessidades e demandas. É importante ressaltar que, dada a grandeza da capital cearense, com seu número significativo de equipamentos e a diversidade dos jovens que ali residem, é impossível abordar todas as facetas das juventudes e suas demandas de forma abran-

gente. No entanto, o planejamento e a implementação da Rede Cuca representam passos significativos em direção a políticas públicas mais eficazes para a juventude de Fortaleza.

Ao considerar o foco apresentado e, em particular, os desafios envolvidos, destacamos o interesse em explorar a Rede Cuca como objeto de pesquisa, um espaço que suscita questionamentos e busca por entendimento sobre seus propósitos, implementações, contradições e potenciais em uma cidade como Fortaleza. Nosso interesse em investigar esse campo específico é motivado pela percepção da Rede Cuca como parte integrante da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude da Prefeitura de Fortaleza. A Rede Cuca emerge como um espaço significativo e distinto que aborda as demandas dos jovens, as iniciativas do Poder Público e as interações entre diferentes atores em tais territórios urbanos. Essa abordagem visa compreender não apenas o funcionamento da Rede Cuca, mas também sua relevância na promoção do bem-estar e do desenvolvimento dos jovens e da cidade como um todo.

Nas áreas da cidade onde as construções predominantemente horizontais ainda prevalecem, os Cucas se destacam visualmente nos bairros da Barra do Ceará, Mondubim, Jangurussu e Pici. Esses equipamentos estão estrategicamente localizados nas regiões administrativas I, V, VI, VIII e XI, respectivamente, abrangendo áreas com um total de 15 (Regional I), 18 (Regional V), 27 (Regional VI), 9 (Regional VIII) e 14 (Regional XI) bairros. No en-

tanto, a ausência de equipamentos em outras regiões da cidade evidencia a necessidade de expandir ainda mais a Rede Cuca, garantindo uma cobertura mais abrangente e equitativa em toda a cidade.

Diante de todo o exposto fica positivado o tangenciamento dos objetivos da pesquisa uma vez que foi possível circunscrever as perspectivas sociodemográficas de forma direta e indireta sobre a fundamentalidade da Rede Cuca no tecido social da cidade de Fortaleza. Dessa feita o problema da pesquisa foi resolvido, uma vez que se analisar as modificações sociodemográficas resultantes da implementação da Rede Cuca no contexto social da juventude da cidade de Fortaleza mostrando ainda o protagonismo atuante com o qual transforma a realidade de seus participantes, estendendo-se as famílias e por fim alcançando a comunidade circunscrita ao equipamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nágela Raposo; BARBALHO, Alexandre Almeida. **A política pública para juventude em Fortaleza**. Conhecer: debate entre o público e o privado, v. 4, n. 12, p. 126-145, 2014.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; ELOY, Halana Rodrigues Freire. **Qualificação Profissional**: Para além da profissionalização, uma perspectiva social. Revista Produção e Desenvolvimento Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil ISSN-e: 2446-9580

CAMERINO, Larissa de Almeida Moraes. **Políticas de**

atendimento a adolescentes em conflito com a lei: quando as juventudes entram em cena na rede Cuca de Fortaleza-CE. *Humanidades em Perspectivas*, v. 4, n. 9, 2020.

GADELHA, José Wescley do Nascimento. **A Rede Cuca em Fortaleza-CE como política pública gratuita de caráter socioeducativo destinada às juventudes.** 2023.

GOMES, Henriette Ferreira. **Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política:** um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. *Informação & Sociedade: Estudos*. João Pessoa, v.30, n.4, p.1-23, out./dez. 2020

HENRIQUE, Samaisa dos Anjos Xavier. **Em busca das periferias nas narrativas das juventudes do Cuca Barra:** acompanhando processos de comunicação e produção de sentidos. 2017.

MARQUES, F. G. **Rede Cuca, Impactos Sociais e Econômicos.** Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2017.

MEDEIROS, Frederico Pinheiro de Souza. **O lugar de expressão dos jovens comunicadores:** discursos sobre concessão e conquista. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-graduação em Comunicação. 2021.

OLIVEIRA, Jamilly Ferreira. **Mapeamento da criminalidade na cidade de Fortaleza/CE.** 2019. 66 f. Monografia (Graduação em Economia Ecológica) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

- RIGOUT, Fabrizio; MARQUES, Fernando Gonçalves. **Rede CUCA: impactos sociais e econômicos.** São Paulo: Plan Avaliação, 2017
- RODRIGUES, Denise Marques. **Dimensões da mediação da informação nos programas e projetos da Rede Cuca.** 2023.
- SOUSA, Silva Alexsandra Maria; XIMENES, Veronica Moraes. **Políticas públicas e juventude: análises sobre o protagonismo juvenil na perspectiva dos jovens pobres.** Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2019.
- SILVA, Aliana et al. **Inclusão social e educação esportiva: Um estudo realizado no Cuca do Jangurussu no município de Fortaleza/Ce.**
- TAHIM, J. C. et al. **Processo de territorialização na atenção primária à saúde e o estágio curricular de saúde coletiva: um relato de experiência.** Seminário Internacional de Redes de Atenção à Saúde, Fortaleza-CE. Seminário Internacional de Redes de Atenção à Saúde, 2016.
- VASCONCELOS, Rachel Facundo. **Um estudo socioterritorial sobre as políticas públicas de cultura para a juventude em Fortaleza.** O Público e o Privado, v. 16, n. 32 jul. dez, p. 205-228, 2018.

